

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALCYR MACEDO LIMA PORTO

CENTRO LINDA BRASIL:
Proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+
em Aracaju/SE

Laranjeiras

2026

ALCYR MACEDO LIMA PORTO

CENTRO LINDA BRASIL:

**Proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+
em Aracaju/SE**

~~Trabalho~~ Conselho de Conclusão de
~~Trabalho~~ apresentado ao Departamento
Arquitetura e Urbanismo do Campus de
Laranjeiras, da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito necessário para
obtenção de grau de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cecília
Pereira Tavares

Laranjeiras

2026

ALCYR MACEDO LIMA PORTO

CENTRO LINDA BRASIL:

**Proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+
em Aracaju/SE**

~~Trabalho~~ Conselho de Conclusão de
apresentado ao Departamento
Arquitetura e Urbanismo do Campus de
Laranjeiras, da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito necessário para
obtenção de grau de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Defendido e aprovado em 27 de fevereiro
de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Cecília Pereira Tavares (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe (DAU/UFS)

Prof. Me. Fernando de Medeiros Galvão (avaliador interno)
Universidade Federal de Sergipe (DAU/UFS)

Rodrigo Lacerda (avaliador externo)
Arquiteto e Urbanista
Laranjeiras

2026

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo desenvolver uma proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ na zona norte de Aracaju. Percebe-se a necessidade de criação desse espaço diante da inexistência de equipamentos semelhantes nessa porção da cidade. Para elaboração dessa proposta, foi feito um estudo de referencial bibliográfico sobre gênero, sexualidade e vulnerabilidade social, de forma a atrelar a disciplina de projeto e o papel da arquitetura na mitigação de questões sociais e promoção do bem estar ao indivíduo. Após isso, foram analisados projetos arquitetônicos de edificações correlatas, percebendo a relação que possuem com o contexto urbano e extraindo informações importantes para a formação de um programa de necessidades. Também foi feito o mapeamento de áreas na cidade de Aracaju e a escolha do terreno, destacando uma necessidade de implantação no bairro Bugio, diante de uma conexão já existente com a comunidade LGBTQIA+. Com base no que foi ressaltado durante os estudos, foi proposto um espaço de acolhimento que se integre com o espaço urbano e promova pertencimento aos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: homotransfobia; diversidade sexual; espaços queer; integração urbana; arquitetura humanizada; LGBTQIA+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ por ano entre 2015 e 2024.....	8
Figura 02 - Notificações de violência interpessoal contra pessoas LGBTQIA+ por agressor.....	9
Figura 03 - Sede da Casa 1, em São Paulo-SP.....	10
Figura 04 - Distribuição de pessoas por sexualidade em Sergipe.....	11
Figura 05 - Pobreza e Desigualdade Social por bairro em Aracaju-SE.....	12
Figura 06 - Drag queen cantora Pablio Vittar.....	20
Figura 07 - Boneco da identidade e expressão de gênero.....	21
Figura 08 - Número de notificações no SINAN por tipo de violência interpessoal cometida contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil.....	28
Figura 09 - Número de violações em Direitos Humanos contra pessoa LGBTQIA+ por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil.....	29
Figura 10 - Número de violações em Direitos Humanos contra pessoa LGBTQIA+ por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil.....	30
Figura 11- Percepção dos estudantes sobre as providências tomadas por agentes da instituição de ensino após denunciar o incidente sofrido internamente.....	31
Figura 12 - Porcentagem de estudantes que já consideraram abandonar a instituição de ensino (recorte por identificação quanto ao sexo biológico/gênero).....	32
Figura 13 - Motivos para a baixa conversão da participação nos projetos em vagas de emprego formais.....	35
Figura 14 - Localização do Campus Anita May Rosenstein.....	41
Figura 15 - Perspectiva volumétrica setorizada do Campus Anita May Rosenstein..	42
Figura 15 - Vista aérea do Campus Anita May Rosenstein anterior à construção dos alojamentos de idosos e de jovens.....	42
Figura 16 - Planta de Implantação do Campus Anita May Rosenstein.....	43
Figura 17 - Pátio interno.....	44
Figura 18 - Planta do 1º pavimento do bloco de habitação temporária.....	44
Figura 19 - Planta do 2º e 3º pavimentos do bloco de habitação temporária.....	45
Figura 20 - Planta do 2º e 3º pavimento do alojamento de idosos.....	45

Figura 21 - Vista interna do espaço multiuso do Campus Anita May Rosenstein.....	46
Figura 22 - Volumetria do espaço multiuso do Campus Anita May Rosenstein.....	46
Figura 23 - Volumetria do setor administrativo durante a noite.....	47
Figura 24 - Localização e percurso entre as duas edificações da Casa 1.....	48
Figura 25 - Vista do Sobrado Casa 1.....	49
Figura 26 - Croqui esquemático do térreo do Sobrado Casa 01.....	50
Figura 27 - Espaço interno do Acervo Marielle Franco da Biblioteca Comunitária Caio Fernando Abreu.....	50
Figura 28 - Croqui esquemático do pavimento superior do Sobrado Casa 01.....	51
Figura 29 - Dormitório da Casa 01.....	51
Figura 30 - Fachada Frontal do Galpão Casa 01.....	52
Figura 31 - Intervenção artística na rua em frente ao galpão, representando a judoca Rafaela Silva, mulher lésbica, medalhista olímpica e mundial.....	52
Figura 32 - Croqui esquemático do térreo e pavimento superior do Galpão Casa 1.....	53
Figura 33 - Eventos realizados nos salão de atividade multiuso da Casa 1.....	53
33a - III Feira de Pequenas Produtoras.....	53
33b - Show de Johnny Hooker na Virada Casa 1.....	53
Figura 34 - Evento de inauguração do Galpão Casa 1, ocupando a varanda externa e o espaço da rua Adoniran Barbosa.....	54
Figura 35 - Voluntários do projeto em frente a sede.....	55
Figura 36 - Localização da sede da CasAmor.....	56
Figura 37 - Vista frontal do Centro de Capacitação Comum.....	57
Figura 38 - Planta Baixa do Centro de Capacitação Comum.....	58
Figura 38 - Planta Baixa do Centro de Capacitação Comum.....	58
Figura 39 - Vista interna do pátio central.....	59
Figura 40 - Detalhe da forma executada em tijolos de argila.....	60
Figura 41 - Síntese da análise dos projetos.....	61
Figura 42 - Programa de necessidades inicial.....	61
Figura 43 - Mapa de espaços queer de Aracaju.....	64
Figura 44 - Mapa de equipamentos públicos do Bairro Bugio.....	66

Figura 45 - Mapa de equipamentos públicos do Bairro Santos Dumont.....	66
Figura 46 - Terreno escolhido ocupado por praça pública.....	67
Figura 47 - Medidas e confrontantes do terreno.....	68
Figura 48 - Potencial Construtivo do Terreno.....	69
Figura 49 - Equipamentos de interesse para integração urbana e comunitária.....	70
Figura 50 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo - Raio de 200m.....	71
Figura 51 - Diagrama de Gabarito de Altura - Raio de 200m.....	71
Figura 52 - Diagrama de Sistema Viário.....	72
Figura 53 - Estudo de Incidência Solar através da Carta Solar 10° Sul.....	74
Figura 54 - Diagrama Bioclimático do Terreno.....	75
Figura 55 - Pré-dimensionamento do Setor de Habitação.....	77
Figura 56 - Pré-dimensionamento do Setor de Atendimento Individual.....	78
Figura 57 - Pré-dimensionamento do Setor Cultural e Educacional.....	79
Figura 58 - Pré-dimensionamento do Setor Comercial.....	79
Figura 59 - Funcionograma de Ambientes.....	80
Figura 60 - Estudo de Manchas do Térreo.....	81
Figura 61 - Estudo de Manchas dos pavimentos superiores.....	82
Figura 62 - Estudo de forma implantada inicial.....	83
Figura 63 - Estudo de implantação - Térreo.....	84
Figura 64 - Estudo de implantação - 2º Pavimento.....	85
Figura 65 - Estudo de implantação - 3º Pavimento.....	85
Figura 66 - Estudo volumétrico inicial.....	86
Figura 67 - Planta Esquemática do Térreo.....	87
Figura 68- Planta Esquemática do 2º Pavimento.....	88
Figura 69 - Planta Esquemática do 3º Pavimento.....	89
Figura 70 - Implantação Final - Térreo.....	91
Figura 71 - Vista do pátio e do Centro Cultural.....	92
Figura 72 - Vista do passeio, estacionamento e canteiro.....	92
Figura 73 - Vista do playground.....	93

Figura 74 - Vista geral do Centro Linda Brasil.....	93
Figura 75 - Fachada da rua Pedro Vitor da Cruz.....	94
Figura 76 - Elemento em alvenaria e cobogó na fachada.....	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. Sobre a diversidade sexual.....	15
2.2. Homotransfobia e vulnerabilidade de pessoas LGBTQIA+.....	21
2.2.1. Violência interpessoal.....	26
2.2.2. Evasão escolar.....	31
2.2.3. Pessoas em situação de rua.....	32
2.2.4. Acesso ao mercado de trabalho formal.....	34
2.2.5. Demandas desáude.....	36
2.3. O papel da arquitetura no bem-estar humano.....	37
3 CASOS CORRELATOS.....	40
3.1. Centro LGBT de Los Angeles - Campus Anita May Rosenstein.....	40
3.2. Casa 1.....	47
3.3. CasAmor Neide Silva.....	55
3.4. Centro de Capacitação Comum - CFC.....	56
4 ESTUDO DE VIABILIDADE DA ÁREA.....	62
4.1. Mapeamento e escolha da área de intervenção.....	62
4.2. Condicionantes e Potencialidades do Terreno.....	67
5 PROPOSTA ARQUITETÔNICA.....	75
5.1. Programa de Necessidades, Pré-Dimensionamento e Funcionograma.....	76
5.2. Estudos de Implantação e Volumetria.....	81
5.3. Proposta Final: Centro Linda Brasil.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

INTRODUÇÃO

Na atualidade, é notória a recorrência de debates acerca de gênero e sexualidade, principalmente no que tange a identidade de gênero, a orientação sexual, a equidade de direitos e as desigualdades decorrentes da discriminação de pessoas fora do padrão cis-heteronormativo. Várias conquistas foram alcançadas nas últimas décadas, como criminalização da homotransfobia, a adoção por casais homoafetivos, o reconhecimento do nome social por pessoas trans, entre outras. Nesse contexto, esses indivíduos estão se tornando protagonistas dos debates, deixando de serem desumanizados, e tornando-se sujeitos políticos na reivindicação da equivalência de direitos (PRADO; MACHADO, 2008).

Entretanto, apesar do fortalecimento do movimento LGBTQIA+¹ nas últimas décadas, a realidade dessa parcela da população ainda é marcada por medo, repressão e preconceito. Esse preconceito é originado através “de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominamos de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas” (PRADO; MACHADO, 2008).

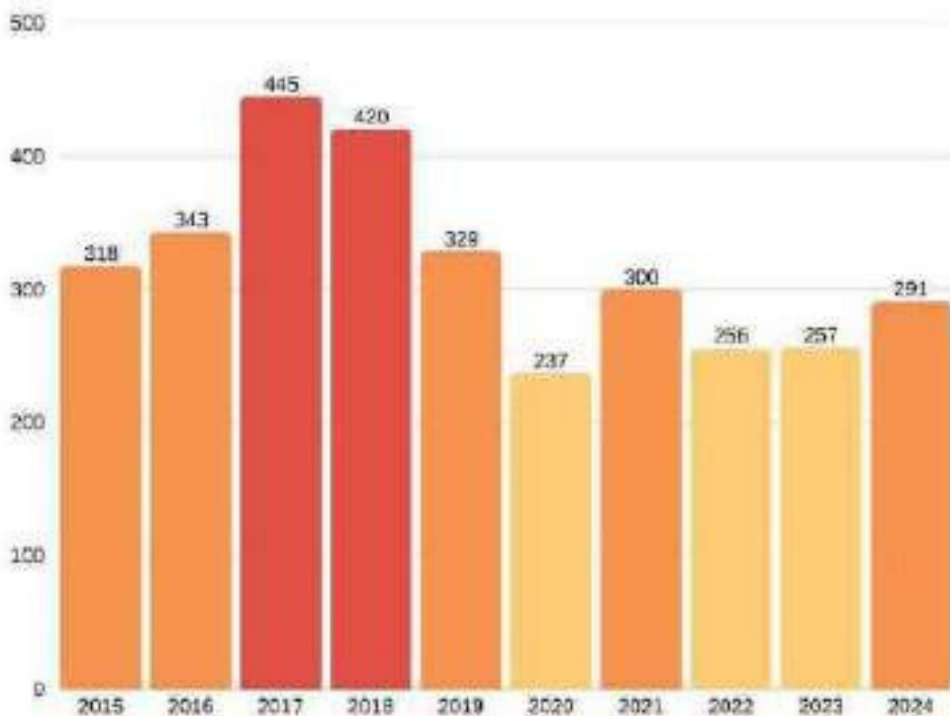
Em meio a vários desafios, o fundamentalismo religioso, centrado em discursos moralistas, pode ser considerado como um dos principais enfrentados pelas pessoas LGBTQIA+, uma vez superados os arcabouços jurídicos e pseudocientíficos que faziam da homossexualidade um crime ou uma doença (MASIERO, 2013). Sendo o Brasil um país de maioria cristã - cerca 83,60% distribuídos entre católicos (56,75%) e evangélicos (26,85%), conforme o censo 2022 do IBGE -, a manutenção de discursos homotransfóbicos é facilitada, ocorrendo não somente dentro dos espaços religiosos, mas em qualquer outro ambiente em que as pessoas dessas religiões estejam, como dentro de escolas, ambientes de trabalho e até na própria residência.

Na prática, a homotransfobia é exposta através de notícias e dados que

¹ LGBTQIA+ é a sigla referente a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, assexuais e outras identidades não-cisgênero ou não-heterossexual. Há variação da sigla em diversos contextos, incluindo ou retirando letras, como LGBTQIAPN+, LGBTQQICAPF2K+ ou apenas LGBT. A justificativa da escolha da sigla LGBTQIA+ para o presente trabalho dá pela abrangência das diversas orientações sexuais e identidades de gênero existentes.

registram a ocorrência de violência simbólica, psicológica e/ou física motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse sentido, o Brasil se mantém ano após ano como o país que registra mais mortes de pessoas LGBTQIA+ no mundo, conforme dados do Grupo Gay da Bahia (GGB)², alcançando em 2024, o número de 291 casos de mortes violentas, totalizando 3196 casos no período entre 2015 e 2024 (Figura01).

Figura 01 - Número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ por ano entre 2015 e 2024.

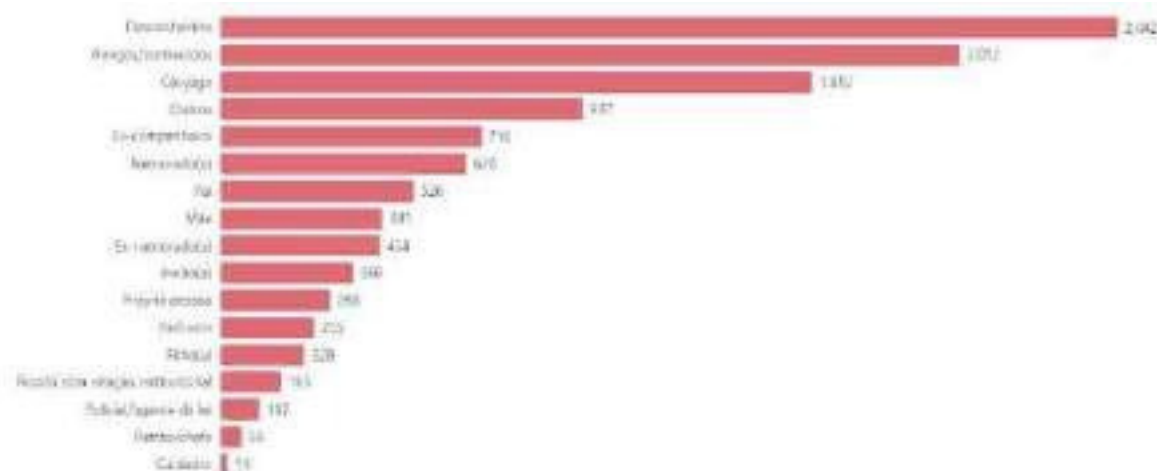


Fonte: Adaptado de Grupo Gay da Bahia, 2025.

Além das mortes violentas, segundo os dados do ObservaDH, foram notificadas 11.120 ocorrências de violência interpessoal contra pessoas LGBTQIA+ ao SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) no ano de 2022. Dentre as formas de violência praticadas notificadas, se destacam as físicas, psicológicas, sexuais, torturas, negligências e abandonos, entre outras. Os dados referentes aos agressores revelam que, apesar da categoria “Desconhecido” se destacar no topo do gráfico com o maior número de ocorrências, a maioria dos casos foram provocados por pessoas próximas às vítimas, incluindo pessoas com vínculo familiar, como pais, mães, irmãos e cônjuges, e amigos/conhecidos. (Figura 02).

O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos LGBT do Brasil, originado em 1980, em Salvador. Organiza desde a sua fundação o Observatório da Violência, onde levanta dados anuais das mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Figura 02 - Notificações de violência interpessoal contra pessoas LGBTQIA+ por agressor



Fonte: ObservaDH, 2024.

O ambiente familiar se revela como um espaço vulnerável para esses indivíduos, onde a violência se reproduz tanto através de falashomotransfóbicas quanto através de agressões físicas. Com medo das violências que seus filhos podem sofrer, os familiares podem se tornar cúmplices das agressões, pois antecipam as violências dentro do espaço de domínio familiar, o que provoca maiores danos nas vítimas, já que é provocada por alguém próximo e que geralmente possui confiança (SOLIVA; SILVA JUNIOR, 2014). Em consonância a isso, a submissão a essas violências dentro do ambiente familiar impacta na saúde e qualidade de vida de jovens LGBTQIA+, já que, ou precisam buscar alternativas para manter o silêncio e a impotência diante da violência dentro de casa, ou são expulsos de suas residências, com rompimento do vínculo familiar (BRAGA et al., 2018).

É em situações de expulsão de casa e quebra de relações familiares que a vulnerabilidade social de pessoas LGBTQIA+ se apresenta como um problema ainda mais grave. Com a perda desse vínculo, indivíduos que não possuem independência financeira sofrem com desqualificação social, que, muitas vezes, é a causa principal de uma condição de vida em situação de rua (PAUGAM, 2003 apud SALGADO, 2011). Em decorrência dessa exclusão, questões como o acesso à moradia, educação, emprego e serviços de saúde são dificultadas duplamente, seja pela situação socioeconômica vulnerável, como também pela divergência de orientação sexual e/ou identidade de gênero (MEDEIROS; AMORIM; NOBRE, 2020).

Nesse contexto, esses indivíduos tendem a buscar um novo referencial

familiar através da identificação com pessoas da comunidade e/ou amigos, a fim de ter um apoio social (SEDGWICK, 2007). Nesse sentido, casas e centros de acolhimento para aqueles em situação de vulnerabilidade social são criados, principalmente por instituições não governamentais, buscando trazer apoio e dignidade à vida, como também acesso a direitos fundamentais.

O Centro LGBT de Los Angeles (Los Angeles LGBT Center), existente desde 1969, é considerado a maior organização LGBTQIA+ do mundo, e oferece programas de saúde, serviços sociais, moradia, cultura, educação, liderança e advocacia. Tal iniciativa inspirou outras organizações não governamentais no mundo, e refletiu na criação de espaços como esse no Brasil, como a Casa 1, em São Paulo-SP (Figura 03). Além disso, em dezembro de 2023, o Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (Programa Acolher+), colocando o poder público como agente direto no combate a violência e vulnerabilidade social enfrentados por essa população.

Figura 03 - Sede da Casa 1, em São Paulo-SP



Fonte: Casa Vogue, 2025.

No estado de Sergipe, e principalmente, no município de Aracaju, a realidade de vulnerabilidade não diverge do que é perceptível no Brasil. Na escala estadual, em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (IBGE, 2022), foram registradas em Sergipe 25.086 pessoas que se declararam não heterossexuais (cerca de 1,5%), num registro total de 1.703.150 indivíduos (Figura

04). Na escala municipal, não existem dados quantitativos coletados com relação à orientação sexual, bem como à identidade de gênero, não há dados em nenhuma das escalas citadas. Já sobre a violência sofrida por essa população, foram registrados 49 casos no estado de Sergipe, sendo 17 no município aracajuano (BRASIL, 2024). Além disso, a ausência de outros dados dificulta entender com clareza a realidade do estado e da cidade de Aracaju no que tange a temática de pessoas LGBTQIA+ vulneráveis.

Figura 04 - Distribuição de pessoas por sexualidade em Sergipe



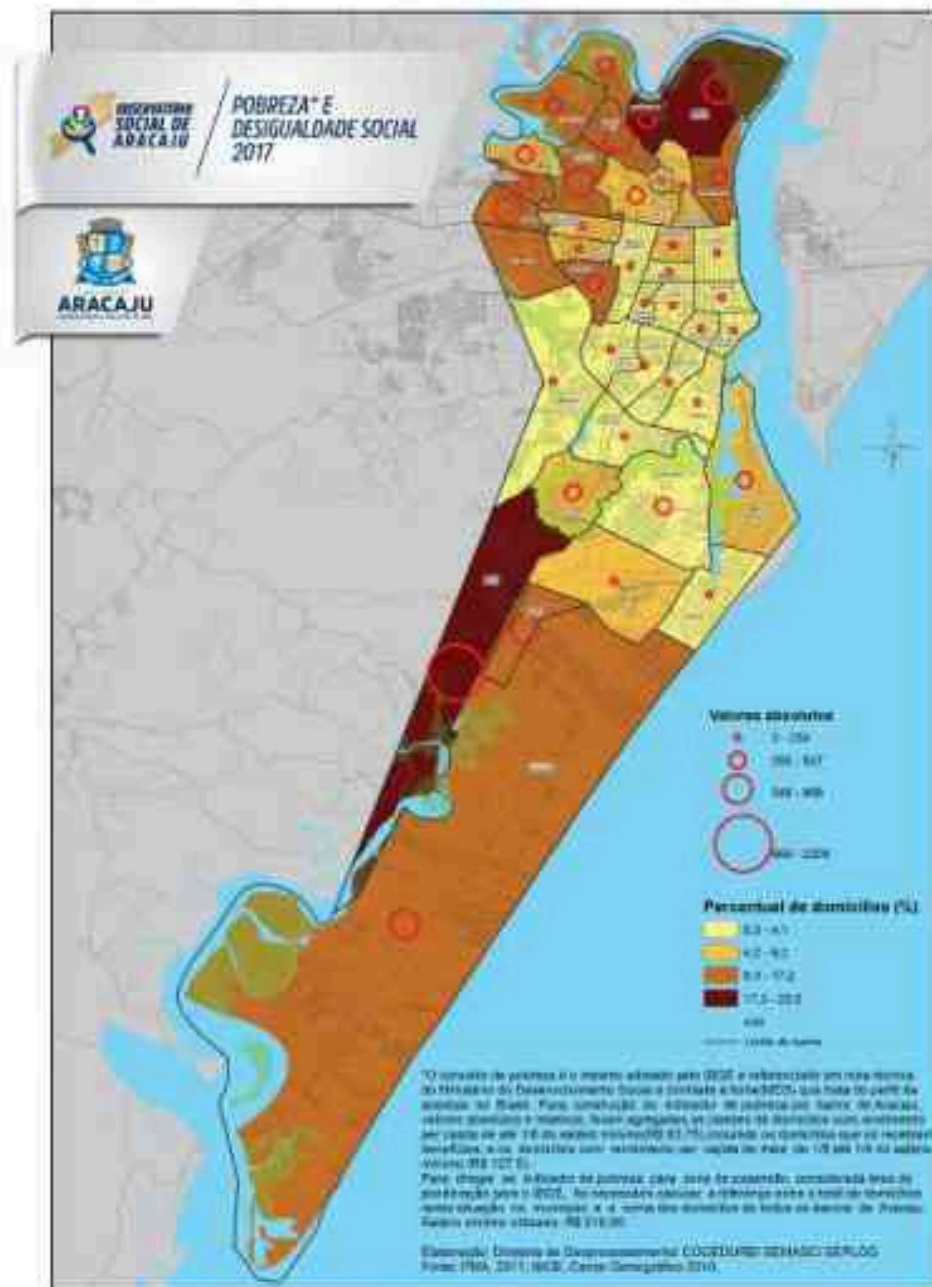
Fonte: ObservaDH, 2024.

Com relação aos espaços de acolhimento, a CasAmor Neide Silva é a única instituição de assistência a pessoas *queer*³ na porção sul da capital sergipana. Localizada no bairro Inácio Barbosa, a instituição não governamental idealizada pela ativista e atual deputada estadual Linda Brasil, acolhe pessoas da comunidade LGBTQIA+ sem lar e em vulnerabilidade, oferecendo assistência social, apoio psicológico, assessoria jurídica e oficinas de capacitação profissional, e encaminhamento para moradias do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MTST). Outros espaços que fornecem serviços essenciais são a ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT, uma organização não governamental, e o Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+, idealizado pelo Governo de Sergipe, ambos localizados no centro de Aracaju, e que funcionam também através da oferta de serviços de semelhantes ao da CasAmor. Destaca-se, assim, que a cidade não conta com um espaço de acolhimento que possui serviço de habitação temporária, bem como a região norte da cidade, onde a desigualdade social se apresenta como

³Queer é "um termo guarda-chuva para pessoas que não se enquadram nas normas tradicionais de gênero e/ou sexualidade" (ARCO, 2024). Anteriormente utilizado como xingamento e ofensa, é um termo em inglês que significa "estranho" ou "bizarro" e foi ressignificado e apropriado pela comunidade LGBTQIA+ internacional.

um problema maior, em bairros como Japãozinho, Porto Dantas, Siqueira Campos, Soledade e Cidade Nova (IBGE, 2010) (Figura 05), não possui nenhum espaço dedicado a serviços gerais de assistência e acolhimento de pessoas LGBTQIA+ vulneráveis.

Figura 05 - Pobreza e Desigualdade Social por bairro em Aracaju-SE



Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju, 2019.

Levando em consideração essas informações e dando responsabilidade ao poder público, aliado ao Programa Acolher+, urge a necessidade de um Centro de Acolhimento na zona norte da cidade de Aracaju, fornecendo moradia, capacitação

profissional, assistência psicológica, entre outros serviços básicos, que fortaleça o espírito de comunidade entre pessoas LGBTQIA+, levando em consideração o bem-estar da pessoa vulnerável.

Dessa forma, o objetivo geral do presente trabalho é desenvolver uma proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social na zona norte da cidade de Aracaju que possua espaços direcionados a moradia, atendimento psicoterapêutico, profissionalização e valorização da cultura, atendendo diretrizes projetuais que visem promover o bem-estar dos usuários.

Para desenvolvimento do trabalho, definiu-se como objetivos específicos:

- Entender a questão de gênero e sexualidade e as dificuldades decorrentes da homotransfobia;
- Compreender o funcionamento e as necessidades das casas e centros de acolhimento para pessoas LGBTQIA+;
- Identificar e selecionar área na cidade de Aracaju com potencial para implantação do projeto;
- Elaborar proposta arquitetônica que se integre ao contexto urbano e comunitário de um bairro da Zona Norte.

Para alcançar os objetivos desejados, o presente trabalho será desenvolvido através de 4 etapas metodológicas, sendo elas revisão bibliográfica, estudo de casos correlatos, mapeamento e estudo de terreno, e desenvolvimento da proposta arquitetônica.

Primeiro, será feita a pesquisa bibliográfica em periódicos, websites e bibliotecas, para entendimento dos temas gênero e sexualidade, homotransfobia, vulnerabilidade social e o papel da arquitetura no bem-estar.

Após isso, serão estudados casos correlatos, através da análise de funcionamento e necessidades de casas e centros de acolhimento para pessoas LGTBQIAP+. Esses estudos serão feitos através de análises dos projetos arquitetônicos, bem como revisão de conteúdos existentes em sites e/ou redes sociais dessas organizações.

Na terceira etapa, será realizado mapeamento de áreas favoráveis ao desenvolvimento da proposta arquitetônica, através do software Google Earth Pro, e que serão analisadas através de condicionantes como acessos, equipamentos públicos, infraestrutura existente, relação com a temática. Após análise prévia, será

feita a escolha do terreno para a implantação do projeto a ser desenvolvido. Essa área será estudada através de análise de condicionantes físicas e ambientais, como planialtimetria, ventilação natural e insolação, análise de uso e ocupação do solo do entorno imediato, e análise de legislação local, como o vigente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (PDDU), para identificar o potencial construtivo.

Por fim, será desenvolvida a proposta arquitetônica do Centro de Acolhimento, através dos softwares AutoCad, SketchUp Pro e Revit. Tal proposta arquitetônica levará em consideração as informações obtidas nas etapas anteriores, como as condicionantes legais, planialtimétricas e bioclimáticas do terreno obtidas na terceira fase, bem como as referências projetuais estudadas, de forma a atender da melhor forma as necessidades da população que utilizará desse espaço.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sobre a diversidade sexual

A sexualidade e o gênero são construídos através de diversas práticas e aprendizagens determinadas pelas variadas instâncias sociais e culturais em que vivemos (LOPES, 2008). Nesse sentido, percebe-se diferentes formas do ser humano viver e expressar a sua sexualidade e o seu gênero, uma vez que as diferenças culturais moldam o homem. A presença de uma diversidade sexual na sociedade contemporânea rompe com normas preexistentes, uma vez que surgem novos modos de compreender e viver a sexualidade humana em contraponto ao padrão do homem branco heterossexual de classe média urbana como identidade de referência (LOPES, 2008). Assim, para compreendermos com clareza a questão da diversidade sexual, urge o entendimento do que é sexualidade e gênero, bem como as formas como se expõem nas vivências humanas através das orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2006), a sexualidade pode ser resumida como um aspecto inerente e importante do ser humano que é influenciada pela interação de diversos fatores de diversas esferas humanas, abrangendo sexo, identidades de gênero, intimidade, entre outros temas.

"Sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida que abrange sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivenciada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todas são sempre vivenciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais" (OMS, 2006, p.10, tradução nossa)

Para Jeffrey Weeks (2000), a sexualidade ultrapassa a expressão do corpo biológico. O que compõe a sexualidade são também as nossas crenças, ideologias e os nossos pensamentos. Nesse aspecto, a cultura e a época em que vivemos influencia na forma como a sexualidade é percebida e expressa, bem como os atos sexuais e as identidades sexuais possuem diferentes relações a depender do local e da época do observador. Dessa forma, nossos comportamentos sexuais e identidades sexuais não são uma evolução natural, mas sim moldados através das relações de poder. Logo, a sexualidade é um aspecto que diz menos sobre o indivíduo, e sim mais sobre a verdade da nossa cultura (WEEKS, 2000).

Nesse sentido, Weeks (2000) sugere que a sexualidade é modelada através da combinação da esfera subjetiva - o que somos e como nos expressamos - e a esfera social - a preocupação com a prosperidade e o bem-estar social:

“Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros — pelo bem da uniformidade moral, da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde — ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos.” (WEEKS, 2000)

Segundo Foucault (1988, p.101) a sexualidade é um dispositivo histórico de estratégias de saber e de poder, caracterizada como uma forma de “controlar as populações de modo mais global”. Como instrumento de poder, organizado por discursos, leis e outras organizações moralizantes, a sexualidade, principalmente a partir da sociedade moderna, atua não como repressão, mas sim condicionante no modo de viver de acordo com o que é considerado certo ou errado em relação ao sexo. Com isso, a sociedade moderna, através da psiquiatrização e patologização do sexo, quis estabelecer um padrão sexual centrado na heterossexualidade masculina, com silenciamento das expressões sexuais das mulheres, crianças e outras minorias sexuais.

“No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os decurso. E se o estêrio insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções.” (FOUCAULT, 1988, p.10)

Portanto, podemos entender que a sexualidade não é algo inerente ao indivíduo, mas sim uma construção social que varia de acordo com o contexto cultural e social. A sexualidade é influenciada por diversos aspectos do meio em que vivemos, principalmente a cultura em que o indivíduo está inserido, que o induz a formas específicas de vivê-la e expressá-la.

Quanto ao gênero, a OMS (2021) refere-se, através de uma visão binária, às características de mulheres e homens construídas socialmente, através de “normas, papéis e relações de e entre grupos de homens e mulheres”. Nesse sentido, gênero se refere às percepções que uma sociedade tem sobre o que é “ser homem” e “ser mulher”, sendo variável a depender do contexto local, social e cultural, e definindo papéis para cada um dos gêneros aqui definidos.

De forma semelhante, Judith Butler (2018) traz como um conceito criado para contrapor o determinismo biológico de sexo, em que o gênero é construído

culturalmente e “como fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2018, p.27). Entretanto, Butler se contrapõe ao binarismo do gênero, de forma que o ser humano pode ou não atender as expectativas sobre o que é ser homem/mulher através da maneira que expressa o gênero.

“Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade.” (BUTLER, 2018, p.42)

Nesse sentido, as características atribuídas a um gênero em um sistema binário homem/mulher são ultrapassadas quando nos referimos a indivíduos que através da sua identidade se expressam de forma a subverter esse padrão, e as expectativas que relacionam sexoegênero são frustradaserompidas.

“Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos, categorias ressignificáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero.” (BUTLER, 2018, p.151)

Conclui-se que o gênero, assim como a sexualidade, é construído a partir de diversos fatores e “através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais.” (LOPES, 2008, p.18). A partir do destrinchamento do que é sexualidade e gênero, podemos entender conceitos que categorizam as vivências pessoais, como orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e sexo biológico, termos que muitas vezes são confundidos entre si.

Sobre orientação sexual, de acordo com Rios e Piovesan (2001), existe um consenso na antropologia que a define como a identidade de alguém a partir da sua direção em relação a sua conduta ou atração sexual. Ou seja, a orientação sexual é determinada através da atração emocional, afetiva ou sexual que um indivíduo tem por outras pessoas, sejam elas do mesmo gênero, do gênero oposto, ou de mais de um gênero. Sua classificação é dada justamente a partir dos gêneros que uma pessoa se sente atraída, sendo as mais conhecidas a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade e a assexualidade. Vale ressaltar que a orientação sexual existe independente das experiências sexuais

prévias de um indivíduo, e que pode ser expressada ou não ao longo da sua vida através das relações que uma pessoa estabelece ao longo da sua existência.

A heterossexualidade é caracterizada pela atração sexual e romântica que um indivíduo sente apenas por pessoas do gênero oposto ao seu (GÊNERO, 2009). Já a homossexualidade é atribuída as pessoas que se atraem apenas por pessoas do mesmo gênero que o seu (GÊNERO, 2009), como os homens gays (homens que sentem atração por outros homens) e mulheres lésbicas (mulheres que sentem atração por outras mulheres). A bissexualidade, por sua vez, é a atração por pessoas tanto do mesmo gênero, quanto do oposto ao indivíduo (GÊNERO, 2009). Por fim, a pansexualidade é conhecida por ser uma orientação em que as pessoas possuem atração sexual por outras independente do sexo ou gênero, fugindo, dessa forma, das definições binárias da sexualidade e gênero (GRINBERG, 2021).

Todos os conceitos citados fazem parte do espectro da asexualidade, ou seja, orientações sexuais que definem indivíduos, que possuem atração sexual de forma constante ou permanente por outras pessoas (REIS; CAZAL, 2021). Em contraponto, a assexualidade é um espectro das orientações sexuais em que o indivíduo apresenta “ausência total, parcial, condicional ou circunstancial de atração sexual por outra ou outras pessoas” (REIS; CAZAL, 2021, p.22). Como um espectro e sendo a orientação sexual uma identidade do ser humano que é variável de indivíduo para indivíduo, a assexualidade pode ser vista em várias categorias, como a assexualidade estrita (não sentir atração por nenhum gênero) e a demissexualidade (não sentir atração sexual por outra pessoa ao menos que uma relação emocional forte seja estabelecida).

Enquanto a orientação sexual se estabelece nas práticas sexuais, a partir das atrações sexuais, afetivas e românticas de uma pessoa, a identidade de gênero é definida através das experiências internas e individuais com relação ao gênero que a pessoa se identifica, podendo ou não ser correspondente a expectativa da relação gênero/sexo biológico. Para compreender com clareza as identidades de gênero, vale saber que sexo biológico é um rótulo atribuído geralmente ao nascer através das características biológicas do indivíduo, principalmente a anatomia sexual e reprodutiva. Quanto ao sexo, uma pessoa pode nascer macho, fêmea, ou intersexo.

Pessoas intersexo possuem variações biológicas que não os enquadram na binariedade de macho/fêmea, como pessoas que nascem com anatomia interna

predominante masculina enquanto possui aparência feminina externa (INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA, 2008).

Categorizando, as identidades de gênero se dividem entre cisgênero, transgênero, agênero, não-binários e gênero-fluido. Conforme Reis e Cazal (2021), cisgênero refere-se a pessoa que se identifica com o gênero que foi atribuído ao nascer, correspondente ao sexo biológico. Em contrapartida, transgênero é, por vezes, considerado como um termo guarda-chuva para descrever todas as identidades de pessoas que não se identificam parcial ou totalmente com o sexo atribuído ao nascer, como agêneros, não binários ou gênero-fluido (LGBTQIA RESOURCE CENTER, 2025). No contexto da transgeneridade no Brasil, destaca-se também as identidades transexuais e travestis.

Para Reis e Cazal (2021), transexuais são pessoas que se identificam com o gênero oposto ao sexo designado no nascimento. De forma similar, travesti é a identidade da pessoa que abdica do sexo masculino atribuído ao nascer e se reconhece através do feminino, entretanto, sem anseio de ser identificada enquanto “mulher” e trazendo significado político ao termo que as identificam, seja visto o estigma histórico existente acerca da sua existência (SIMPSON, 2015).

Com relação a outras formas de transgeneridade, agênero é “a pessoa que não se sente pertencente a nenhum gênero” (CADERNOS, 2017 apud REIS; CAZAL, 2021). Gênero-fluido corresponde à identidade das pessoas que não possuem um gênero definido, fluindo entre os gêneros definidos ou não, podendo estar dentro dos aspectos de masculinidade e feminilidade. Por fim, identificam-se como pessoas não-binárias aqueles que não se enquadram nos padrões binários de gênero, em desacordo com as características de feminilidade e masculinidade existentes.

De acordo com o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, identidade de gênero é a

“dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.” (BRASIL, 2016).

Entretanto, a identidade de gênero nem sempre é visível para outras pessoas nas relações sociais, uma vez que é um processo interno e diferente da forma que um indivíduo expressa o gênero. Logo, expressão de gênero é entendida justamente como a forma em que o indivíduo se apresenta socialmente, através de nomes,

vestimentas, características corporais, comportamentos, entre outros fatores, e, assim como a identidade de gênero, pode romper com os padrões binários de homem/mulher, sendo equivocado assumir qual o gênero de uma pessoa a partir da expressão de gênero. (REIS, CAZAL, 2021).

Em muitos casos, as expressões de gênero não são relacionadas à identidade de gênero de uma pessoa, uma vez que também podem ser expostas de maneira artística ou também de modo não constante na vida de uma pessoa. Exemplos claros são as *drag queens* e *drag kings* (figura 06), que utilizam da arte para fazer performances de gênero, sejam eles femininos, masculinos ou que rompem com a binariedade, podendo ser feitas por qualquer pessoa com fins profissionais, expressão pessoal ou crítica social. Outra forma de expressão de gênero é o *cross-dresser*, que refere-se a homens que usam esporadicamente roupas, maquiagens e acessórios culturalmente associados às mulheres (REIS, CAZAL, 2021).

Figura 06 - Drag queen cantora Pabllo Vittar



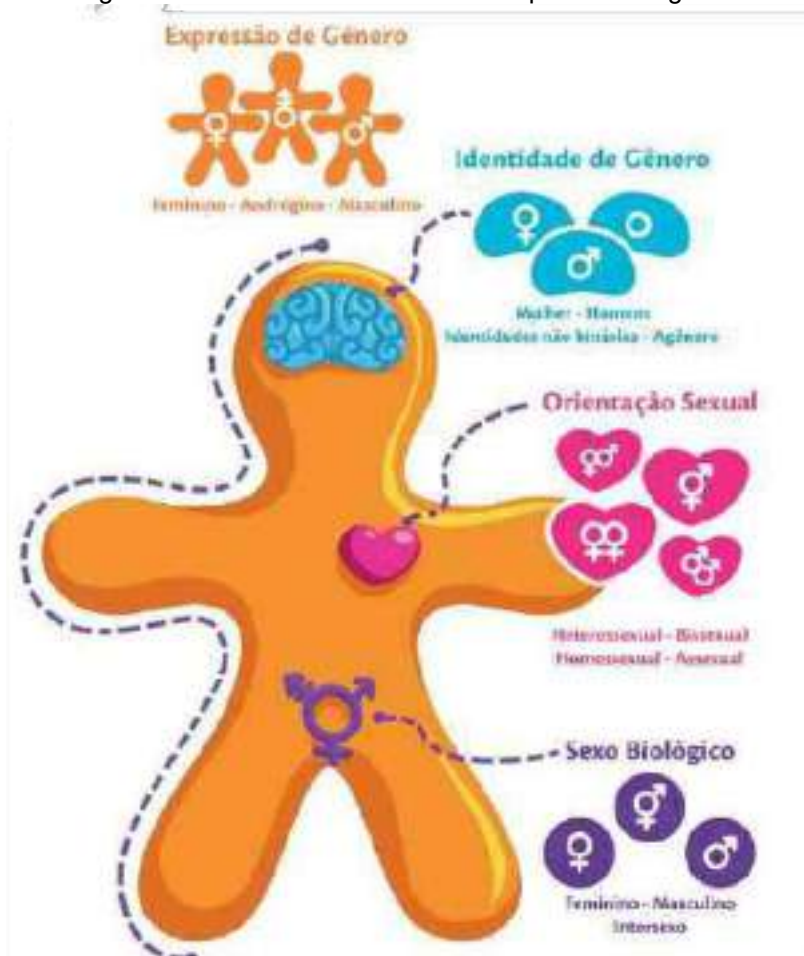
Fonte: Pabllo Vittar, 2025⁴

Podemos resumir, assim, a orientação sexual como a forma de atração por outras pessoas, a identidade de gênero como um aspecto individual e interno acerca do gênero, sexo biológico às características biológicas no que tange anatomia sexual e reprodutiva, e expressão de gênero como a forma de externar o gênero na vivência cotidiana (figura 7). Entender esses conceitos, bem como as definições de sexualidade e gênero, nos auxiliam a entender as dificuldades e vulnerabilidades da

⁴ Disponível em <https://www.instagram.com/p/DGrRtDyO8fD/?img_index=1>. Acesso em 26 ago. 2025.

vivência de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, a partir da análise da cis-heteronormatividade como padrão ou norma a ser seguido.

Figura 07 - Boneco da identidade e expressão de gênero



Fonte: Manual de Comunicação LGBTI+, 2021

2.2. Homotransfobia e vulnerabilidade de pessoas LGBTQIA+

Ao longo da história da humanidade as relações e comportamentos sexuais divergentes da heterossexualidade possuíram diversos tipos de aceitação e, principalmente, de repressão. Na Grécia Antiga, por exemplo, a homossexualidade era aceita e valorizada culturalmente, apesar de, segundo Corino (2006), ter enfoque nas relações homoeróticas entre homens com foco pedagógico e de proteção, como na sociedade espartana, em que os homens possuíam relacionamentos incentivados pelo treinamento militar, ou em Atenas, em que a relação se estabelecia entre homens mais velhos com homens mais novos, como uma forma também de passagem de conhecimentos.

Com o estabelecimento da religiosidade cristã, no Império Romano, a sociedade passa a reprimir as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo a

partir de pressupostos bíblicos, condenando comportamentos sexuais que não possuíam objetivo de procriação (BORRILLO, 2010, pp. 48 e 49). Até o final do século XVIII pessoas homossexuais eram punidas com a morte em fogueiras, por conta da prática pecadora e transgressora da sodomia, de forma que acreditavam que o fogo era "uma forma específica e necessária de purificação, não só do indivíduo - queimando-lhe a carne para salvar a alma - mas igualmente da comunidade, extirpando o mal que a corrói em seu âmago" (BORRILLO, 2010, p. 54).

Nas sociedades indígenas brasileiras, as práticas homossexuais e bissexuais eram comuns e valorizadas, como afirma Gilberto Freyre

"Quanto aos pajés, é provável que fossem daquele tipo de homens efeminados ou invertidos que a maior parte dos indígenas da América antes respeitavam e temiam do que desprezavam ou abominavam. [...] Uns, efeminados pela idade avançada, que tende a masculinizar certas mulheres e a efeminar certos homens; outros, talvez, por perversão congênita ou adquirida. A verdade é que para as mãos de indivíduos bissexuais ou bissexualizados pela idade resvalavam em geral os poderes e funções de místicos, de curandeiros, pajés, conselheiros, entre várias tribos americanas" (FREYRE, 2003, p.186).

Na óptica da colonização portuguesa e catequização dos povos originários, ainda aponta que as práticas sexuais indígenas que envolviam a homossexualidade e bissexualidade foram apontadas através do crime de sodomia e "a Igreja fulminou neles como pecado dos mais profundos [...]" (FREYRE, 2003, p.189).

À luz da Revolução Francesa, em 1791, de acordo com Borrillo (2010), a sodomia passa a não ser motivo de condenação, tendo em vista a liberdade individual como um fator a ser preservado. Entretanto, distante disso, é a partir do século XVIII que a sexualidade passa a ser dispositivo histórico de poder e assunto do Estado, segundo Foucault (1988), em que as práticas sexuais se colocam como objetos da medicina, não mais das questões religiosas, em que o sexo assumia

"posição de "responsabilidade biológica" com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; (...). Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados." (FOUCAULT, 1988, p.112)

Foucault (1988) ainda afirma que a instituição da sexualidade se inicia na burguesia moderna, como forma de distinção e superioridade de classe, como um projeto de "expansão infinita da força, do vigor, da saúde, da vida" (FOUCAULT,

1988, p. 118). Dessa forma, o corpo deveria ser cuidado e protegido de todos os contatos, e o sexo era instrumento apenas de reprodução, longevidade e perpetuação da vida sadia. Se estabelecia uma hierarquia entre a burguesia, que tinha controle das práticas sexuais, e o proletariado, que vivia desreguladamente as perversões sexuais.

“Na psiquiatrização das perversões, o sexo foi referido a funções biológicas e a um aparelho anátomo-fisiológico que lhe dá "sentido", isto é, finalidade; também a um instinto que, através do seu próprio desenvolvimento e de acordo com os objetos a que pode se vincular, torna possível o aparecimento das condutas perversas e, sua gênese, inteligível;” (FOUCAULT, 1988, p. 144)

O proletariado só assume um corpo e uma sexualidade diante de uma realidade que atribuía a ele a responsabilidade de conflitos e problemas que colocavam a sociedade toda em risco, como as epidemias, as doenças venéreas, e a necessidade de controle demográfico, e, a partir daí, instaura-se a vigilância dos seus corpos e sexualidades, através de instrumentos como as escolas, a medicalização da população e as políticas de habitação.

Conclui-se, assim, que entre os séculos XVIII e XX, a medicina, enquanto detentora do conhecimento científico, principalmente através da psiquiatria, se torna protagonista frente a patologização da homossexualidade, compreendendo como uma prática desviante e de transtorno sexual. Conforme Laurenti (1984), a homossexualidade é incluída em 1945 na 6ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID) na categoria Personalidade Patológica (320), na subcategoria Desvio Sexual (320.6) e, na 8ª revisão, datada de 1965, é classificada na categoria Desvios e Transtornos Sexuais através da subcategoria “Homossexualismo”. Nesse sentido, a homossexualidade vira uma marca do indivíduo, como uma característica mais importante do que a própria subjetividade do ser humano, já que era olhado através da patologização da sua condição.

É só com movimentação popular que ocorre o processo de despatologização da homossexualidade. Conforme Carneiro (2015), no Brasil essa mobilização popular se inicia com o Movimento Homossexual Brasileiro⁵ e impulsionada através

O Movimento Homossexual Brasileiro, surgido na década de 70 em meio a Ditadura Militar, é considerado como o início da mobilização popular no Brasil que hoje se organiza através do Movimento LGBTQIA+.

da atuação do grupo SOMOS⁶ e do Grupo Gay da Bahia. É através da mobilização política e luta social do Grupo Gay da Bahia que o Brasil antecipa, em 1985, a despatologização da homossexualidade que só seria retirada pela OMS da CID em sua 10ª revisão (CID-10), em 1990:

“Com todas essas adesões e significativo apoio popular com mais de 16 mil assinaturas, finalmente aos 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu nossa reivindicação, deixando a homossexualidade de ser enquadrada no código 302.0 e passando para o código 2062.9, “outras circunstâncias psicossociais”, ao lado do “desemprego, desajustamento social, tensões, psicológicas”. Como o “CID” inclui também códigos não relativos a doenças, os quais servem unicamente para codificar motivos de atendimento médico, a partir de então a homossexualidade deixou de ser considerada “desvio e transtorno sexual”, para tornar-se apenas uma estatística do atendimento médico. Assim sendo, não há mais nenhuma lei, nem código no Brasil que se refira à homossexualidade como “patologia”. Portanto é legal ser homossexual, é saudável ser homossexual.” (MOTT, 2011)⁷

Apesar de superada essa patologização nas classificações médicas e psiquiátricas, esse fato ainda é utilizado para justificar práticas homofóbicas há muito tempo recorrentes, como a chamada “cura gay” ou “terapias de reversão sexual”, praticadas por profissionais da psicologia e psiquiatria e até mesmo dentro de espaços religiosos, que utilizam também do aparato bíblico para condenação da homossexualidade. Segundo o psicólogo Héder Bello, essas práticas se fortalecem no contexto da pandemia do HIV, na década de 80, que atrela o vírus da AIDS como um castigo divino em resposta às liberdades sexuais e as sexualidades que não correspondiam a heterossexualidade (BOEHM, 2023).

Com relação a transgeneridade na história, pouco é discutido justamente pela invisibilidade dada aos indivíduos que viveram através dessa identidade, sendo, muitas vezes associados simplesmente ao dispositivo da sexualidade. De acordo com Santos (2010, p.81), “antes de 1950 não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais, isto é, não havia diferenciação entre transexuais, travestis e homossexuais”, deixando claro que não havia o reconhecimento da identidade transgênero anterior a esse contexto, apesar de registros históricos que falam sobre indivíduos que se adequam ao que hoje se classifica e identifica a partir da transgeneridade e transsexualidade.

Nesse sentido, podemos reiterar como a transsexualidade é invisibilizada pela

⁶ SOMOS - Grupo de Afirmação Sexual é o primeiro coletivo paulista de militância homossexual.

⁷ Boletim do Grupo Gay da Bahia nº 11 ano V in MOTT, 2011, pp.188 e 189.

não correspondência da expectativa de gênero de acordo com o sexo biológico, fato esse que se perpetua até os dias de hoje:

“A transexualidade não é uma experiência identitária a-histórica, ao contrário, revela com toda dor e dramaticidade os limites de uma ordem de gênero que se fundamenta na diferença sexual. Quando se retira o conteúdo histórico dessa experiência, apagam-se as estratégias de poder articuladas para determinar que a verdade última dos sujeitos está no seu sexo” (BENTO, 2008, p.24)

A medida que a OMS retira a homossexualidade da CID-10, inclui a transgeneridade a partir das classificações “transsexualismo”, “travestismo bivalente”, “transtorno de identidade sexual na infância” “outros transtornos da identidade sexual” e “transtorno não especificado da identidade sexual”, todas categorizadas como “Transtornos da Identidade Sexual”. Assim, através da patologização, a transgeneridade é levada a uma universalização enquanto “distúrbio” que possui “sintomas” iguais em todo o mundo (BENTO, 2008). Na 11ª revisão da CID, a OMS, altera a classificação para “incongruência de gênero” na categoria “Condições relacionadas à saúde sexual”, que se justifica através do entendimento que a transgeneridade não é um transtorno mental e que deve ser melhor compreendida para ampliação do acesso a cuidados de saúde que contribuam com a afirmação de gênero dos indivíduos transgêneros (OMS, 2025).

Brevemente, podemos destacar que a homotransfobia, ao longo da história e na contemporaneidade, se estabelece além da violência interpessoal contra as pessoas LGBTQIA+, ocorrendo principalmente a partir do controle das práticas sexuais e dos corpos que divergem da cis-heteronormatividade pelas instituições, como a Igreja, o Estado e a medicina, e também da forma como esse controle se perpetua culturalmente ao longo dos tempos, com estigmas, perpetuação da cis-heteronormatividade e hierarquização relacionados a esses indivíduos. Tal pensamento corrobora com a ideia da homofobia como um “fenômeno complexo e plural” que se manifesta em três níveis: “(i.) violência interpessoal (homofobia individual); (ii.) violência das instituições (homofobia de Estado); (iii.) violência simbólica (cultura homofóbica)” (MASIERO, 2013, p.129).

É possível concluir também que o principal fundamento da hierarquização que causa a homotransfobia está atrelado ao binarismo de gênero homem/mulher e as expectativas que eles carregam através do que é masculino e feminino. Dessa forma, uma vez fora da cis-heteronormatividade, homens são constantemente

relacionados com a feminilidade, mulheres são inferiorizadas por serem mulheres e outras identidades transgêneros são invisibilizadas. Isso é destacado pelo pensamento de Daniel Welzer Lang, ao afirmar que

“o duplo paradigma naturalista que define, por um lado a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro lado, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal. Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, à doxa de sexo e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal.” (LANG, 2001 apud MASIERO, 2013, p.138)

Decorrente de todo esse processo histórico, cultural, social e médico de discriminação, inferiorização e patologização das pessoas LGBTQIA+, podemos afirmar que esses indivíduos são estigmatizados por suas identidades. Estigma, segundo Goffman (1982), é um “atributo profundamente depreciativo”, sendo assim uma característica da pessoa que o autor destaca sendo de uma das três naturezas: das “abominações do corpo” (física), das “culpas de caráter individual” (a moral humana e os comportamentos) e dos “estigmas tribais” (origem étnico-racial). Para ele, a existência do estigma acarreta na marginalização ou exclusão do indivíduo do ciclo social ou da necessidade de adaptação a uma norma considerada correta e, conseqüentemente, uma aceitação, em que a característica que o estigmatiza é esquecida.

À vista disso, apesar de vivermos em uma realidade já caracterizada pelas lutas sociais e conquistas de direitos pelos movimentos sociais, a realidade de muitos indivíduos *queer* ainda é a de exclusão social, vulnerabilidade, negação e apagamento da sua identidade. Isso transparece de forma clara quando analisamos fenômenos como a violência interpessoal, a evasão escolar, a vivência em situação de rua, as questões de saúde, com foco na saúde mental, a dificuldade de acesso ao trabalho formal e os subempregos, entre outros que afligem a população estudada.

2.2.1. Violência interpessoal

É fato que a violência, independente de quem a sofre, é um assunto relevante e que deve ser estudado para entender suas causas e conseqüências. De acordo

com a OMS, violência é conceituada como:

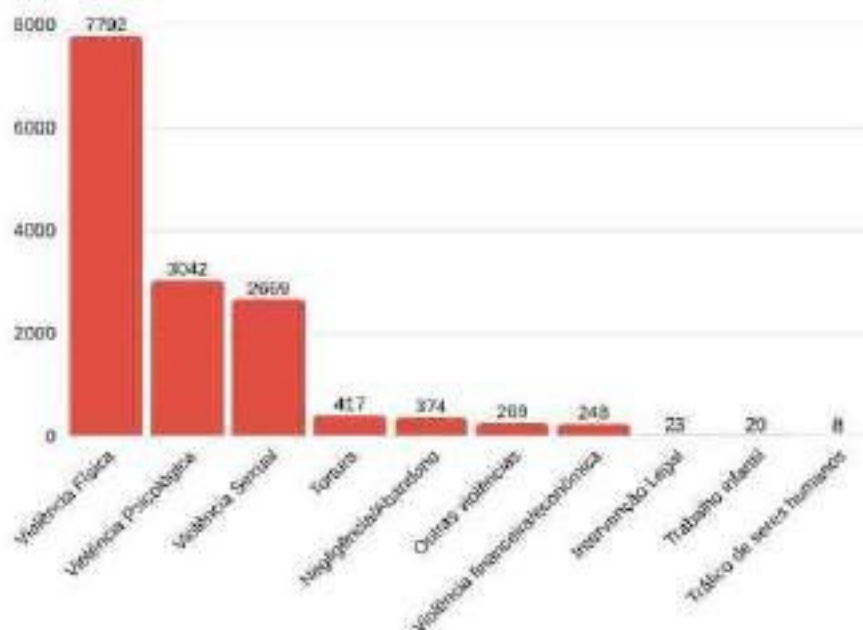
“Uso intencional da força física ou do poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte, ou tenha a possibilidade de resultar, em lesão, morte, dano psicológico, comprometimento do desenvolvimento ou privação” (Krug *et al.*, 2002 apud DGS, 2016, p.24).

Já por violência interpessoal, assunto que aqui será abordado com relação às pessoas LGBTQIA+, se entende como toda a forma de violência praticada por um indivíduo em relação a outro, podendo ser de aspecto físico, psicológico, sexual e de privação e negligência. As violências físicas incluem todas ações que causam dano físico para a vítima, indo de agressões até tentativas de homicídio. Sobre violência psicológica, descreve-se como o “conjunto de atos verbais ou não verbais que causam dano, também simbólico em quem é vítima, ou em que haja a intenção de causar danos nesta.” (REDONDO *et al.*, 2012 apud DGS, 2016, p.27). Já a sexual envolve as formas de coação, ameaça ou obrigação de uma pessoa a ter práticas sexuais não desejadas. Por último, as privações e negligências referem-se a “privação ou omissão no que respeita ao provimento de necessidades básicas de um indivíduo” (REDONDO *et al.*, 2012 apud DGS, 2016, p.27).

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, compreendeu que “há omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminalize atos de homofobia e transfobia” (STF, 2019) e, com isso, práticas discriminatórias contra pessoas LGBTQIA+ passaram a ser criminalizados e enquadrados na Lei 7.716/2018 (Lei do Racismo). Como resultado, como afirma Dias (2023, apud IBDFAM, 2023), esperava-se a redução do número de casos de crimes discriminatórios contra pessoas LGBTQIA+, através do caráter pedagógico da legislação, bem como a mobilização do legislativo na formulação de lei específica para crimes de homotransfobia

Entretanto, segundo o SINAN (BRASIL, 2024), o número de casos notificados de violência interpessoal contra indivíduos LGBTQIA+ apresentaram um aumento gradual desde 2015 até 2022, último ano em que os dados foram divulgados, chegando a 11.220 casos. Entre essas notificações, se destaca principalmente a violência física (7.792), seguida pela violência psicológica (3.402) e violência sexual (2.669) (figura 08).

Figura 08 - Número de notificações no SINAN por tipo de violência interpessoal cometida contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil



Fonte: Adaptado de ObservaDH, 2024.

Em estudos sobre as notificações ao SINAN das violências interpessoais contra pessoas LGBTQIA+ em São Paulo, foi constatada a dificuldade de precisão dos dados uma vez que há alguns fatores que podem interferir na integridade das informações, como “as limitações decorrentes da autoidentificação das vítimas em relação a algumas variáveis, como a raça/core de identidade de gênero.” (FERNANDES *et al.*, 2022, p.7). Nesse sentido, a dimensão desse fenômeno é, na realidade, desconhecida, uma vez que a subnotificação também é uma realidade enfrentada, (2020), e a falta de qualificação dos profissionais envolvidos são omitidos quando se refere à orientação sexual ou identidade de gênero por efeito dos preconceitos e abordagens profissionais sobre esses tópicos.

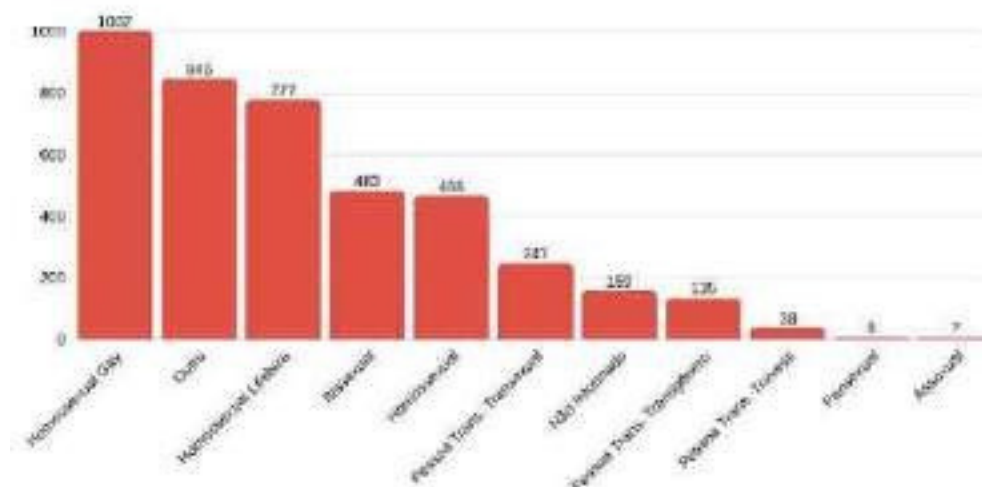
Na análise do perfil através dos dados do SINAN entre 2015 e 2017, Pinto *et al.* (2020) identifica que a ocorrência de violências acontece principalmente dentro do espaço residencial e em vias públicas, e, nos casos de adolescentes e pessoas idosas, os principais autores são familiares, revelando que, a família, uma das principais instituições que atuam na formação do indivíduo, não age como rede de apoio para os indivíduos. De acordo com Perucchi, Brandão e Vieira (2014), a discriminação tem início dentro do núcleo familiar como “saída do armário”, que surge, geralmente, com uma quebra de expectativas que os pais ou outros familiares com relação à orientação sexual ou identidade de gênero. A partir daí o

que ocorre é a tentativa de enquadramento do “sujeito, através de mecanismos violentos, a parâmetros binários e naturalizados de exercício da sexualidade” (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014, p.71).

A violência dentro do ambiente familiar tem, de modo simplificado, dois resultados. O primeiro é a expulsão da vítima de casa, de forma a distanciar esse indivíduo da vivência familiar para que esse núcleo não seja relacionado como conivente com a condição de identidade sexual ou de gênero que não segue a heterossexualidade, como forma de manutenção do poder e respeito que a cis-heteronormatividade possui na sociedade. O segundo resultado é a permanência desse jovem no mesmo ambiente da família, sendo ainda mais doloroso, conforme Perucchi, Brandão e Vieira (2014), pois esse sujeito estará submetido cotidianamente a formas sutis de discriminação e humilhação. Por conseguinte, um dos impactos da homotransfobia ocorre justamente na saúde mental das vítimas, que, de acordo com os autores, experienciam quadros de desânimo e tristeza decorrentes da discriminação.

Com relação aos dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) sobre as denúncias de violação em Direitos Humanos contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil no ano de 2022 (figura 09), destaca-se uma prevalência entre o total de 4.168 denúncias de um perfil de vítima homossexual e bissexual (65,45%), sem relação de identidade de gênero, e apenas 420 notificações em que as identidades transgênero foram definidas como parte importante e informada nas denúncias (10,07%).

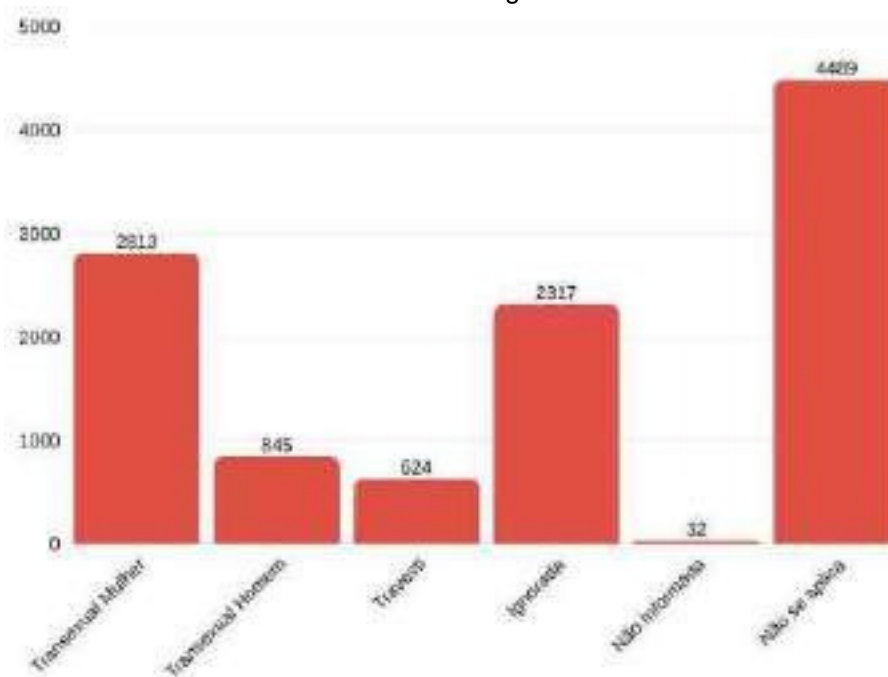
Figura 09 - Número de violações em Direitos Humanos contra pessoa LGBTQIA+ por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil.



Fonte: Adaptado de ObservaDH, 2024.

Tal dado, se analisado de forma única e superficial, poderia inferir que o preconceito e violência motivado por identidade de gênero é menor que as violências motivadas por orientação sexual. Em contraponto, a partir das notificações no SINAN, os casos que foram cometidas contra pessoas a partir da sua identidade de gênero já acumulam uma maior porcentagem que as violações denunciadas ao ONDH, totalizando 4.282 casos (38,50%), destacando principalmente a realidade das mulheres trans (figura 10). Podemos inferir, novamente, que as informações tratadas podem não representar a realidade devido a subnotificação.

Figura 10 - Número de violações em Direitos Humanos contra pessoa LGBTQIA+ por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil.



Fonte: Adaptado de ObservaDH, 2024.

Na vivência de pessoas transgênero, a violência se apresenta de forma mais severa. No contexto familiar, por exemplo, Souza *et al.* (2015) evidencia que, na vivência de travestis, a homossexualidade é considerada pelos familiares como uma condição mais fácil de ser aceita ou “suportada”. A violência se reproduz contra pessoas trans, travestis e outras identidades transgêneras também em espaços prestadores de serviço de saúde, onde, a partir do início do atendimento, muitas vezes são chamadas pelo seu nome de registro ao invés do nome social, causando constrangimento, até situações referentes a falta de preparo de profissionais que não conhecem os problemas que as afetam, conclui Souza *et al.* (2015).

2.2.2. Evasão escolar

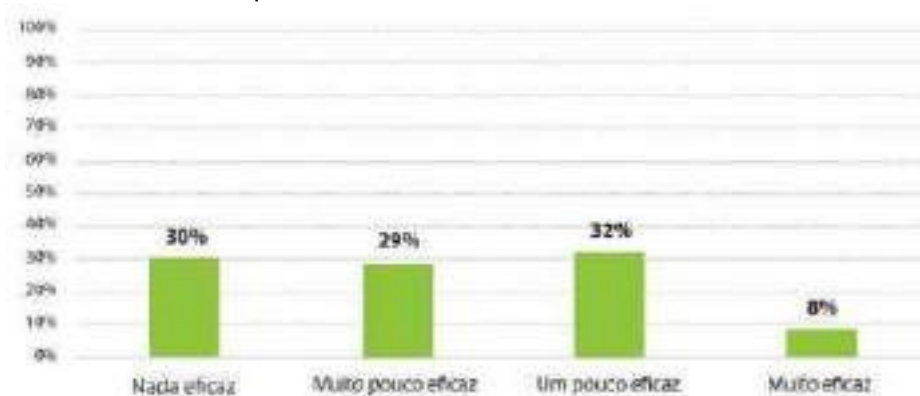
Outro espaço em que a violência contra pessoas LGBTQIA+ se apresenta é a escola, sendo essa uma das instituições que atuam na formação do indivíduo e, dessa forma, no controle dos corpos e das sexualidades. De acordo com Warner (1993, apud JUNQUEIRA, 2013),

“A escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade – um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão.” (JUNQUEIRA, 2013)

Conforme a Aliança Nacional LGBTI+ (2025), através da Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro, 9 a cada 10 estudantes *queers* afirmam ter sido vítimas de algum tipo de agressão verbal, e cerca de 34% afirmam ter sido vítimas de agressões físicas dentro do ambiente escolar. Com relação às agressões verbais, destaca-se a relação entre a formação social do indivíduo e a heterossexualização compulsória que “implicam processos classificatórios e hierarquizantes, nos quais sujeitos ainda muito jovens podem ser alvos de sentenças que agem como dispositivos de objetivação e desqualificação” (JUNQUEIRA, 2013, p.486).

Quando denunciadas violências físicas ou verbais à Escola, 69% dos entrevistados afirmaram que nenhuma providência foi tomada, e, quando tomadas, apresentaram pouca ou nenhuma eficácia. (figura 11). Dessa forma, podemos reiterar a forma como essa instituição atua na perpetuação da violência, se silenciando diante do preconceito ou não tomando medidas educadoras eficientes para mitigação do problema, como discussões em sala de aula sobre diversidade, respeito e diferença, como completa Junqueira (2013).

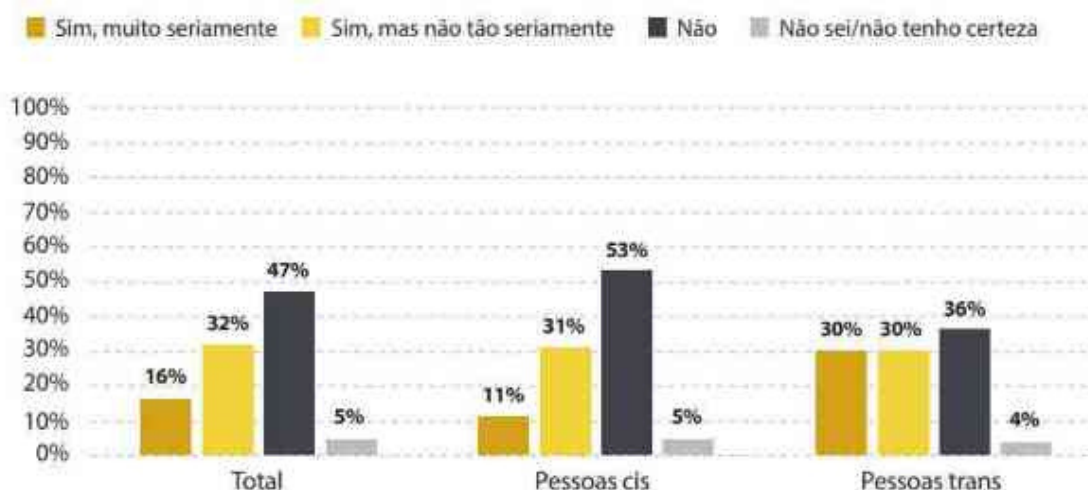
Figura 11- Percepção dos estudantes sobre as providências tomadas por agentes da instituição de ensino após denunciar o incidente sofrido internamente



Fonte: Aliança Nacional LGBTI+, 2025

Nesse sentido, a evasão escolar acaba sendo considerada como uma das alternativas de fuga da realidade de preconceito contra jovens LGBTQIA+ dentro desse ambiente. Ainda de acordo com a Aliança Nacional LGBTI+ (2025), 48% dos estudantes já pensaram consideraram essa situação, sendo o número mais expressivo entre pessoas trans (figura 12). Essa realidade de evasão é resultado da reincidência das violências, surgindo como uma possibilidade de distanciamento das relações que discriminam e invisibilizam as suas identidades. Para BENTO (2011), não devemos considerar esse fenômeno nos mesmos aspectos da evasão de um indivíduo que abandona os seus estudos para ajudar na renda familiar, por exemplo, e que há um real desejo de exclusão desses indivíduos do ambiente escolar. A evasão não é um fenômeno unicamente escolar, ocorrendo também no ensino superior, e é um dos fatores que caracteriza uma população com baixa escolaridade.

Figura 12 - Porcentagem de estudantes que já consideraram abandonar a instituição de ensino (recorte por identificação quanto ao sexo biológico/gênero)



Fonte: Aliança Nacional LGBTI+, 2025

2.2.3. Pessoas em situação de rua

De acordo com dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, a população de rua brasileira teve um aumento de 5,37% com relação a todo o ano de 2024, chegando a um número de 345.542 pessoas nessa condição (MIRANDA, 2025). O Programa Nacional para a População em Situação de Rua caracteriza esses indivíduos como um

“grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma

temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (BRASIL, 2009)

As principais causas da situação de rua, segundo dados do Cadastro Único, são a exclusão econômica, mencionada por 54% dos cadastrados, o rompimento ou fragilidade dos vínculos com a família, citado por 47,3%, e problemas de saúde, como uso de drogas ou questões de saúde mental, relatados por 32,5% dos casos (IPEA, 2025). Como um problema social e urbano generalizado, a vivência em situação de rua também respinga em indivíduos LGBTQIA+, apesar da existência ínfima de dados precisos que quantifiquem essa população de acordo com orientação sexual ou identidade de gênero, bem como de bibliografia que retrata a realidade e dificuldades desses indivíduos no contexto brasileiro (MEDEIROS; AMORIM; NOBRE, 2020).

Podemos associar o rompimento dos vínculos familiares adjunto a situação de desemprego como uma das principais causas da situação de rua também para pessoas fora do padrão cis-heteronormativo. Pinto *et al.* (2020) destaca que a fuga do contexto familiar é uma estratégia para manutenção da qualidade de vida diante de discursos discriminatórios que comprometem a sua saúde mental e física. Entretanto, quando não há uma rede de apoio que acolha esses indivíduos, somada a uma realidade econômica desfavorável, a rua acaba sendo um destino comum (PAUGAM, 2003 apud SALGADO, 2011).

A vivência nas ruas, principalmente quando nos referimos às mulheres cisgênero lésbicas, às mulheres transgênero e às travestis, é marcada por muitas adaptações na luta pela sobrevivência. Conforme Medeiros, Amorim e Nobre (2020), o espaço da rua para a pessoa que se encontra nessa situação de vulnerabilidade é um espaço tanto de perigo, onde as violências e discriminações se perpetuam em favor da heterossexualidade, mas também um espaço em que as pessoas *queer* encontram formas de resistir e se blindar contra a discriminação. Entre essas estratégias, encontram-se modificações corporais, adoção e manifestação de aspectos culturais, como características ciganas, e expressão de comportamentos masculinos (CAMPOS; CARDOSO; MORETTI-PIRES, 2019), se apoiando em performances de gênero e mudanças que causam estranhamento e, conseqüentemente, afastamento de outras pessoas.

Outros fatores comuns às vivências de rua por pessoas LGBTQIA+ são o uso de drogas, tanto como motivador que levou a essa situação, como estratégia de

adaptação e manutenção nas ruas (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018). Em relato aos autores, uma jovem afirma que

“Nas ruas, passou a usar drogas, principalmente para se manter acordada durante as noites, com medo da violência, para ‘amortecer seus sentimentos’, e muitas vezes fez uso de grandes quantidades para ‘apagar’ e conseguir dormir.” (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018, p.9)

Quanto a saúde dessas pessoas, é evidenciada uma falta de preparo profissional no atendimento, diante de más experiências vivenciadas por essa população. Nesse sentido, os cuidados com a saúde costumam ser feitos por outras pessoas também em situação de rua, principalmente por outros indivíduos LGBT (CAMPOS; CARDOSO; MORETTI-PIRES, 2019). Destaca-se também a realidade de muitas mulheres transgêneros e travestis que, diante do desemprego, entram na prostituição, o que as tornam mais suscetíveis as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), bem como a realização de procedimentos irregulares de feminilização, como a aplicação de silicone industrial (BARROS *et al.*, 2023), que muitas vezes trazem consequências irreversíveis, além da exposição a ISTs.

2.2.4. Acesso ao mercado de trabalho formal

De acordo com Fundo Positivo e Institutos Matizes (2024), a participação de pessoas LGBTQIA+ na economia depende da forma como esse grupo tem acesso aos seus direitos de maneira igualitária em relação a toda a sociedade. Contesta-se que vários são os fatores que prejudicam essa inclusão econômica, todos decorrentes da violência sofrida por essa população: falta de acolhimento por parte da família, baixo aproveitamento no aprendizado na escola, evasão escolar, questões de saúde mental, dificuldade de formação profissional e acesso ao mercado de trabalho formal, e discriminação dentro dos espaços de trabalho (FUNDO POSITIVO; INSTITUTO MATIZES, 2024).

Segundo dados da Pesquisa do Orgulho (ALL OUT; HAWAIIANAS; DATAFOLHA, 2022, apud FUNDO POSITIVO; INSTITUTO MATIZES, 2024), cerca de 34% de pessoas *queer* acreditam não ter as mesmas possibilidades e oportunidades de crescimento profissional que pessoas não LGBTQIA+, enquanto 40% dos entrevistados afirmaram sentir rejeição no mercado de trabalho. Podemos atrelar isso principalmente à estigmatização existente com relação a esses corpos, conforme Goffman (1982), que reduz a qualificação profissional do indivíduo a sua orientação sexual ou identidade de gênero, favorecendo a manutenção de

preconceitos dentro dos espaços de trabalho.

A dificuldade de acesso ao mercado formal também está associada a questões de baixa qualificação educacional e profissional, decorrentes justamente da fuga dos indivíduos de espaços violentos e discriminatórios, como as escolas, o que acarreta. Uma das formas que esse fenômeno se apresenta de maneira mais grave é a prostituição de travestis e mulheres trans, evidenciada por Souza, Ferreira e Sá (2013) em estudo sobre a população travesti do Recife-PE, que quantificou 71,8% de travestis que afirmam ter recebido dinheiro em troca de sexo no período de um ano anterior a pesquisa. Benevides e Nogueira (2020) estimam que, na população trans e travesti, 90% encontram-se na prostituição, 6% no mercado informal e subempregos, e apenas 4% no mercado formal.

Quando ofertadas oportunidades de profissionalização de indivíduos lidos como diferentes, através de projetos de inserção econômica, ainda é possível constatar a dificuldade de reversão dessas ações em acessos a empregos formais. Tal fato pode ser confirmado através do relatório de Inclusão econômica e geração de renda da população LGBTQIA+ no Brasil (FUNDO POSITIVO; INSTITUTO MATIZES, 2024), ao constatar que, de 47 iniciativas, 57,5% delas puderam afirmar que somente um quarto das pessoas assistidas pelos projetos conseguiram entrar no mercado de trabalho formal. Com relação às justificativas para a baixa reversão (figura 13), em primeiro lugar encontra-se a falta de parceria dos projetos com os empregadores (66,7%), seguida pelo perfil do público-alvo (33,3%). Percebe-se uma manutenção da homotransfobia no contexto da admissão no mercado formal, independente da qualificação profissional, principalmente contra pessoas transgênero, que são destacadas como o principal público alvo dessas iniciativas.

Figura 13 - Motivos para a baixa conversão da participação nos projetos em vagas de emprego formais



Fonte: Fundo Positivo e Instituto Matizes, 2024.

2.2.5. Demandas de saúde

Conforme compila Cardoso e Ferro (2012), as demandas da população LGBTQIA+ com relação a saúde perpassam por diversos aspectos, como a propensão a problemas de saúde mental, como transtornos, ideação suicida e vício em drogas, a vulnerabilidade sexual e a dificuldade de acesso a procedimentos de readequação corporal para afirmação de gênero, potencializadas pela falta de preparo e atitudes discriminatórias por parte dos profissionais nos serviços de saúde. Para entender essas questões, vale lembrar que os corpos e identidades cis-heteronormativas foram patologizadas ao longo da história, recebendo até classificações de transtorno ou distúrbio mental, bem como suas práticas sexuais foram atreladas a epidemias e pandemias, como a da AIDS, na década de 80, levando a marginalização e exclusão social desses indivíduos.

Com relação às questões de saúde mental enfrentada por pessoas *queer*, assim como em todas as outras temáticas que abordam esse grupo identitário, Gontijo *et al.* (2024) destaca que há uma escassez de artigos científicos que abordem de maneira quantitativa e qualitativa essa temática no contexto brasileiro, o que dificulta uma análise mais profunda acerca do assunto. Podemos simplificar a propensão aos transtornos mentais, como depressão e ansiedade, por pessoas LGTBQIAP+ como um resultado das violências sofridas em todos os âmbitos da sua vida, independente de qual aspecto que ela se reproduz. Paveltchuk e Borsa (2020) tratam o estresse de minoria como um dos fatores que impactam na saúde mental de indivíduos *queer*. Esse estresse de minoria se caracteriza por situações de estresse que um indivíduos vivenciam a partir do seu status de minoria, como experiências de vitimização, homofobia internalizada e ocultação da sexualidade (MEYER, 2003 apud PAVELTCHUK; BORSA, 2020).

Quanto à saúde sexual da população LGBTQIA+ brasileira, vale ressaltar a situação de vulnerabilidade nas práticas sexuais de alguns desses indivíduos. Sobre vulnerabilidade, Meyer, Klein e Andrade (2007, p.234) entendem que “as pessoas *não são*, em si, vulneráveis, mas *podem estar* vulneráveis a alguns agravos e não a outros, sob determinadas condições, em diferentes momentos de suas vidas”. Essas condições admitem não somente a falta de informação e educação sobre sexo seguro e infecções sexualmente transmissíveis, mas também as relações de gênero e sexualidade estabelecidas nas culturas (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2007).

Podemos entender isso através do que Barros *et al.*(2023) evidencia sobre os riscos elevados de contração do HIV por mulheres transgênero que trabalham com o sexo e realizam práticas de sexo anal desprotegidas para obtenção de maior renda. Aliada a baixa escolaridade e falta de informação por parte da população trans e travesti no acesso às medidas preventivas, destacada por Souza et al (2013), o que leva a essas práticas é o contexto socioeconômico desfavorecido dessas pessoas, fazendo com que elas se submetam a situações indesejadas para melhor prestígio. Nesse sentido, Meyer, Klein e Andrade (2007) destacam a importância de discutir e reconhecer essas dimensões sociais dinâmicas para que o processo de adoecimento não recaia na culpabilização do indivíduo, mas, que a partir disso, sejam elaboradas estratégias preventivas em relação ao contexto social.

Podemos destacar, por exemplo, a distribuição gratuita de PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) para profissionais do sexo e homens gays como uma forma que o SUS realiza essa prevenção, entretanto, é necessário melhor preparo profissional para rompimento dos discursos discriminatórios e estigmatizantes dentro dos serviços de saúde. Santana *et al.*(2020) reitera que muitos profissionais não possuem esse preparo para lidar com as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, e, muitas vezes, nem conhecem realidades específicas da população LGBTQIA+, o que acaba reforçando preconceitos e, conseqüentemente, afastando essa população do acesso à saúde.

Diante de uma realidade violenta para as pessoas LGBTQIA+, faz-se necessário que a inclusão e diversidade sexual e de gênero seja um assunto constante nos diversos âmbitos da sociedade, uma vez que direitos essenciais são dificultados a essa população e ocorre uma exclusão social que acarreta em condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, espaços dedicados ao acolhimento de pessoas LGBTQIA+ surgem como uma forma de integrar o indivíduo à sociedade, oferecendo apoio e assistência, de maneira que o seu bem-estar e segurança sejam garantidos.

2.3. O papel da arquitetura no bem-estar humano

Espaços *queer* são aqueles que utilizam de estratégias que permitem uma relação do ambiente com às questões de gênero e sexualidade (JOSEPH, 2020).

Nesse sentido, atender as especificidades dessa população através de soluções arquitetônicas é um dos princípios para a formação desses espaços. Como exemplo,

podemos citar a criação de banheiros públicos de gênero neutro, que atendem uma necessidade comunitária e incluem pessoas trans e não-binárias, que muitas vezes são impedidas de utilizar banheiros restritos masculinos ou femininos. A estratégia de não haver divisões por gênero aproxima-se de uma realidade residencial, por exemplo, já que nas casas não há essa diferenciação, somente estabelecendo o banheiro como um espaço privado para atender as necessidades fisiológicas do indivíduo. Dessa forma, projetar bons espaços para todos está atrelado a promover condições de saúde, conforto e segurança atrelado aos devidos usos, e gerando sentimento de pertencimento aos usuários.

Segundo a WHO (1946), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Nesse sentido, podemos inferir que a realidade das pessoas LGBTQIA+ se distancia de uma plena condição de saúde, já que, distante dos espaços *queer*, vivencia diariamente situações discriminatórias nos ambientes em que convive. Para além das violências, a condição de bem-estar individual também está associada à forma como as pessoas vivenciam e se sentem pertencentes a um espaço, e, a partir disso, também imprimem às suas características pessoais (KUHNEN *et al.*, 2010). De tal maneira, a apropriação de um espaço pelas pessoas definem as relações sociais, as memórias, as expectativas e os hábitos cotidianos. Quando impossibilitadas de ter controle sobre o espaço, Kuhnén et al. (2010), apresenta uma possibilidade de adoecimento com a quebra da identidade de lugar, que nega, de modo direto ou indireto, o pertencimento da pessoa ao espaço físico por ela usufruído.

Bem como um espaço pode ser apropriado e modificado por um indivíduo para sentimento de pleno pertencimento, as características de um ambiente precedentes a existência dele tem efeito direto na experimentação do espaço, e é através delas que o ser humano pode se reconhecer, estabelecer relações sociais e gerar ou não pertencimento.

O espaço armazena dados e oferece estímulos que são captados pelo corpo; a mente, que acomoda os componentes dessa subjetividade, atua como filtro que controla as respostas humanas em um determinado ambiente; e o resultado dessa associação é a experiência (ALVES; CELASCHI, 2023, p.2)

No contexto de produção do espaço, a neuroarquitetura se estabeleceu como a disciplina da arquitetura responsável por atrelar os conhecimentos da neurociência

na construção do espaço construído, uma vez entendida a direta relação que os espaços construídos possuem sobre o cérebro e os comportamentos humano (VILLAROUÇO *et al.*, 2021). Nesse sentido, há a preocupação com o aproveitamento do potencial terapêutico que um espaço pode ter para um indivíduo, uma vez associadas às condutas humanas aos estímulos presentes e provocados por ele no ser humano (ALVES; CELASCHI, 2023).

Atrelado ao processo de aprendizagem do ser humano através da assimilação de metáforas ou símbolos, a arquitetura, através da caracterização e produção dos espaços de modos únicos, se coloca como um dos atores dessa formação humana (MARJOUËI *et al.*, 2018 apud ALVES; CELASCHI, 2023). É nesse sentido que muitas vezes fazemos associações de características de um espaço às sensações humanas, como, por exemplo, a insegurança que sentimos ao andar sozinho em uma rua escura, ou a tranquilidade em estar em um espaço aberto, claro e arejado com pessoas que gostamos. Vale ressaltar que as sensações, ou respostas emocionais, são únicas a cada indivíduo, já que a forma com eles experienciam e interagem com o meio são únicas, podendo receber estímulos de diferentes variáveis do espaço (ALVES; CELASCHI, 2023).

Um aspecto considerado importante e que deve ser considerado na arquitetura é a aproximação com a natureza, que se define atualmente através da biofilia. De acordo com Kellert (1993 apud FALCÃO; COSTA, 2025, p.324), o ser humano manteve a nível psicológico uma dependência e relação com a natureza. Nesse sentido, o contato com elementos naturais e princípios geométricos da natureza, estão atrelados ao bem-estar humano. Para Sillingaros (2024 apud FALCÃO; COSTA, 2025, p.324), a associação de diversos elementos biofílicos favorece em uma maior sensação de bem estar, devendo considerar, assim, 10 características listadas por ele: luz natural, cores, gravidade, fractais, formas curvas, elementos detalhados, água, vida, representações da natureza e complexidade organizada.

Além disso, as questões de bem-estar provocadas por um espaço não se associam unicamente aos símbolos que ele carrega, como cores, formas, luzes, texturas, mas também está diretamente ligada a outras características de conforto ambiental de um ambiente, como conforto lumínico, térmico, acústico, ergonômico, de qualidade do ar, todas decorrentes das decisões tomadas na concepção do objeto arquitetônico.

O produto da arquitetura também deve considerar o bem estar no contexto urbano em que ele é implantado. De acordo com Guelli e Zucchi (2005, p.42) , em conformidade com o Sistema de Avaliação Integral do Espaço Físico, uma das categorias que classifica a qualidade de uma edificação é justamente “Integração urbana e social”, que aborda sobre “o modo como o edifício se relaciona com seu entorno, observando se este desempenha uma função positiva na vizinhança”. Assim, deve-se sempre considerar o impacto que uma edificação vai gerar em determinado contexto, alimentando, por exemplo, sensações de segurança ou pertencimento. É nesse sentido que Jane Jacobs (2011) estimula a combinação de usos principais na produção do espaço urbano, e que pode ser adotado pelo objeto arquitetônico, proporcionando diversidade e vitalidade das cidades.

Em suma, podemos concluir a necessidade de pensar em uma produção arquitetônica que pense no bem-estar do usuário, bem como do contexto geral urbano em que esse produto da arquitetura vai ser instalado. Nesse sentido, a arquitetura, através de princípios da neuroarquitetura e biofilia, será uma das protagonistas da mitigação de questões sociais, como a saúde, a diminuição das violências e dos estresses cotidianos. Ao considerar os aspectos culturais de quem vai usufruir do espaço, o sentimento de pertencimento dos indivíduos poderá ser atingido.

3 CASOS CORRELATOS

Diante da necessidade de criação de espaços seguros e que promovam bem estar para a população LGBTQIA+, faz-se necessária a análise de centros e casas de acolhimento já existentes como fundamentação para o processo de planejamento de novas edificações dessa tipologia. Nesse sentido, o capítulo a seguir abordará o estudo de casos correlatos, seguindo critérios de público alvo, capacidade, impacto e relação com o contexto urbano em que está inserido, ambientes e atividades realizadas, estratégias arquitetônicas e aspectos diferenciais desses espaços.

3.1. Centro LGBT de Los Angeles - Campus Anita May Rosenstein

O Centro LGBT de Los Angeles surgiu em 1969 em Los Angeles, Califórnia, a partir da fundação da Liberation House, um abrigo seguro para pessoas *queer*, e se consagra na década atual como a maior organização LGBTQIA+ do mundo (LOS

ANGELES LGBT CENTER, 2016a). Em 2019, inaugura o Campus Anita May Rosenstein, projetado pelos escritórios de arquitetura Leong Leong e Killefer Flammang Architects com o propósito de ser uma nova proposta de desenvolvimento urbano comunitário com uma diversidade de usos e que promova relações marcadas pela diversidade de identidades (ARCHDAILY, 2019).

O projeto está localizado em frente a uma antiga instalação da organização, ocupando uma área de cerca de 7.500m², com área construída de 17.250 m² distribuída em blocos de até 4 pavimentos, abrigando diversos serviços, como moradia fixa, abrigo temporário, espaços de profissionalização, espaços multiuso para eventos, administração, espaços comerciais, espaços de apoio e assistência jurídica e social (figura 14). Sendo uma edificação de grande porte, ocupando mais de um terço da quadra em que está implantada, ela possui um grande impacto urbano, que poderia ser totalmente negativo na vivência urbana, mas que através do uso misto, estratégias de implantação e acessos, além de soluções de fachada são mitigados.

Figura 14 - Localização do Campus Anita May Rosenstein

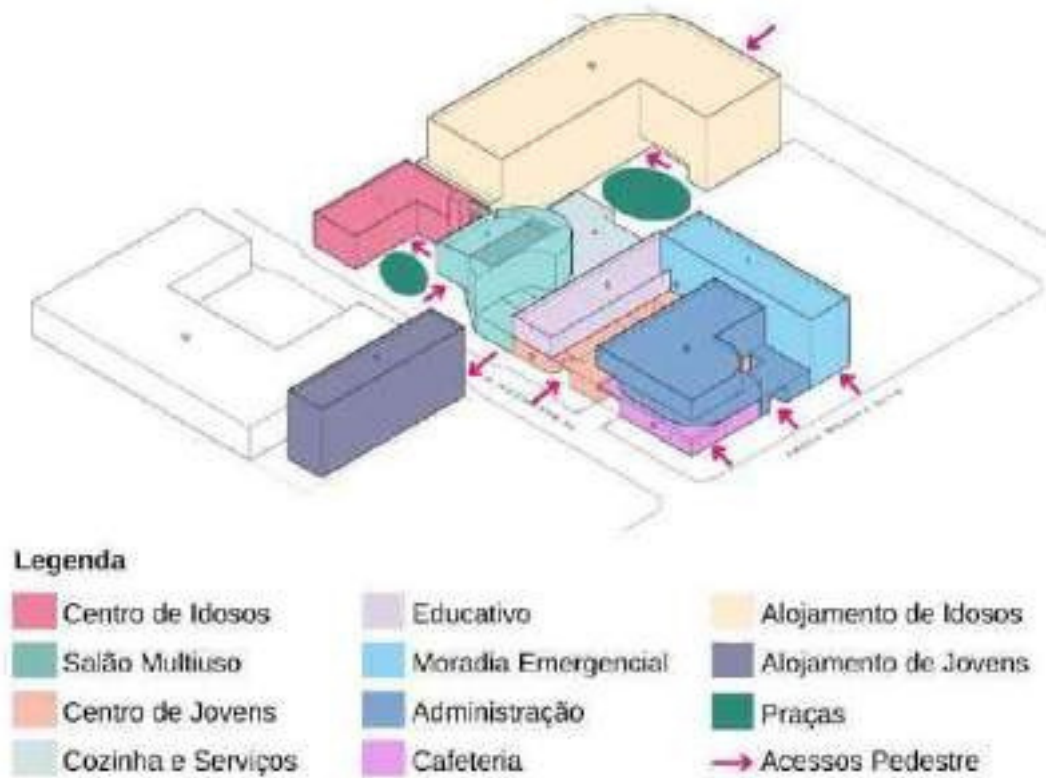


Fonte: Google Earth Pro, 2025

Devido a um grande programa, os arquitetos adotaram estratégias volumétricas e materiais que diferenciam espaços de uso público e administrativos dos espaços profissionalizantes e moradia. Enquanto os primeiros possuem volumes que fogem da regularidade prismática e uso de peles de vidro transparentes nas fachadas, permitindo uma maior comunicação com o espaço externo, os segundos

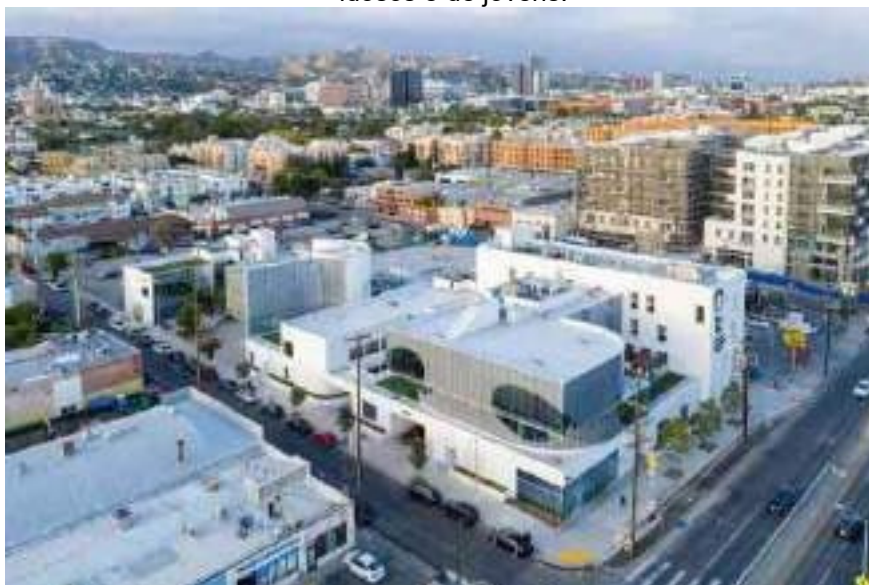
se organizam através de uma prevalência da forma volumétrica de um prisma retangular em pintura branca e esquadrias pontuais conforme as necessidades dos espaços, criando ambientes mais privativos e discretos (figuras 15 e 16). Nesse sentido, se estabelece uma hierarquia e separação entre o público, o semi-público e o privado.

Figura 15 - Perspectiva volumétrica setorizada do Campus Anita May Rosenstein



Fonte: Adaptado de ArchDaily, 2019.

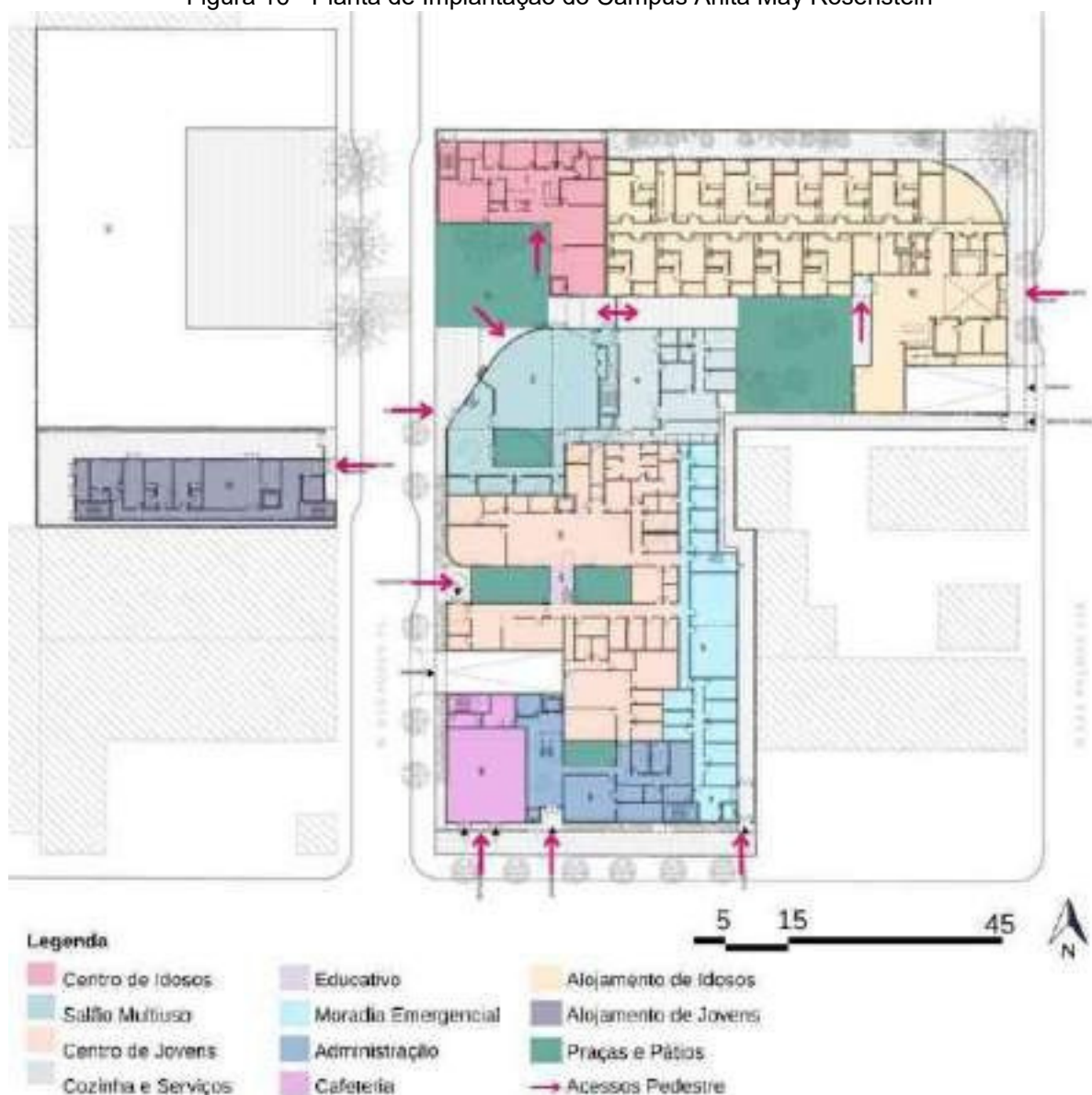
Figura 15 - Vista aérea do Campus Anita May Rosenstein anterior à construção dos alojamentos de idosos e de jovens.



Fonte: ArchDaily, 2019.

A partir da implantação (figura 16) também percebemos uma setorização clara entre os usos e gerações, e também uma proximidade de setores com certa ligação, como a moradia juvenil e o centro juvenil, e a moradia e o centro para idosos. Possui em sua maior parte uma forma regular, com ambientes retangulares, que facilitam uma racionalização do espaço, com exceção do salão multiuso, que não possui layout específico, o que permite um espaço amplo com uma entrada curva, que se destaca já na implantação. Entre os espaços estão implantados pátios e praças que permitem transitar entre os ambientes de forma a ter contato externo dentro da edificação, bem como entrar iluminação natural em ambientes internos que necessitam de privacidade com relação ao espaço urbano (figura 17).

Figura 16 - Planta de Implantação do Campus Anita May Rosenstein



Fonte: Adaptado de ArchDaily, 2019.

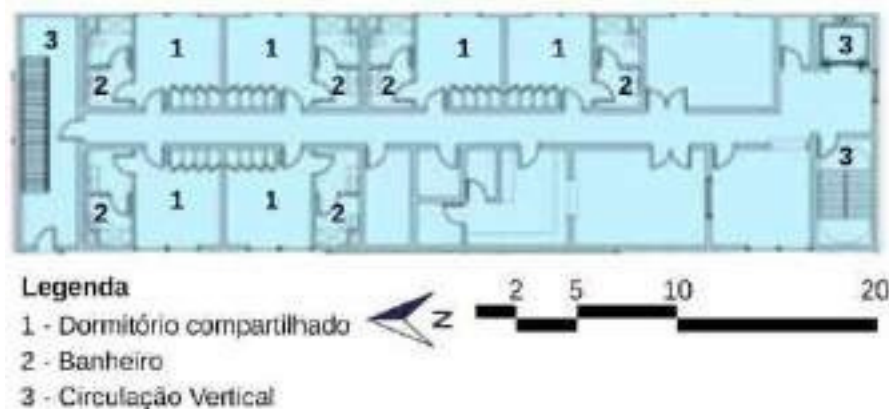
Figura 17 - Pátio interno



Fonte: ArchDaily, 2019.

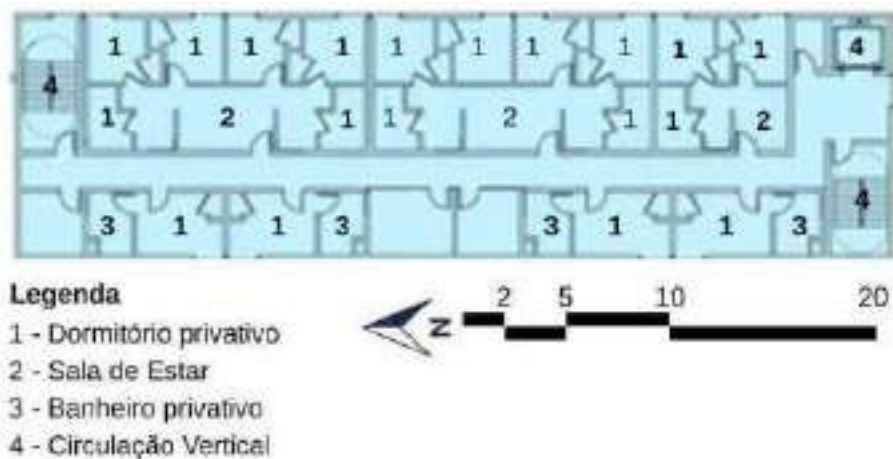
Os serviços de moradia fornecidos pelo Centro LGBT de Los Angeles são distribuídos em 3 blocos que compõem a edificação, sendo um exclusivo para uso emergencial, com uso pernoite, e os outros dois de moradias permanentes, separados por jovens e idosos. A habitação temporária tem como público jovens queer entre 18 e 24 anos que se encontram em situação de rua, e sua edificação fornece 92 leitos (LOS ANGELES LGBT CENTER, 2016b), distribuídos em apartamentos compartilhados, com duas tipologias, uma de dormitório compartilhado (figura 18), que são para situações emergenciais, e outra de dormitórios privativos (figura 19), com 52 unidades que podem ser ocupadas por até 24 meses, equipados com camas, lockers e banheiro para cada unidade (LOS ANGELES LGBT CENTER, 2016b).

Figura 18 - Planta do 1º pavimento do bloco de habitação temporária



Fonte: Adaptado de Archdaily, 2019.

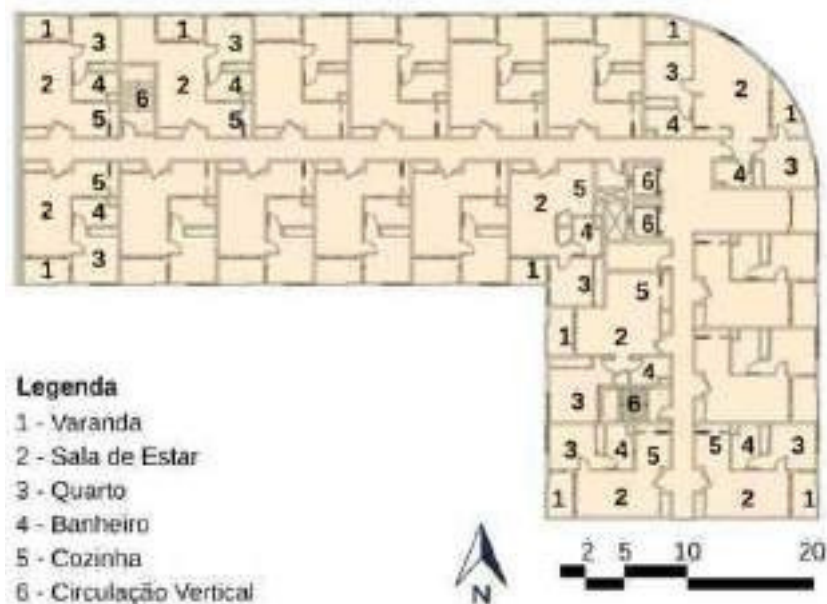
Figura 19 - Planta do 2º e 3º pavimentos do bloco de habitação temporária.



Fonte: Adaptado de Archdaily, 2019.

Já as moradias permanentes são distribuídas em alojamento para jovens, com 25 apartamentos na tipologia *studio*, e alojamento para idosos (figura 20), com 64 apartamentos, contendo sala, quarto, cozinha, banheiro e varanda, ambos distribuídos em blocos de 4 pavimentos. Além disso, apesar da proximidade espacial com os centros de atendimento e profissionalização voltado a cada público geracional, não há ligação interna direta entre eles, o que permite movimentação no espaço interno e externo devido a necessidade desse deslocamento.

Figura 20 - Planta do 2º e 3º pavimento do alojamento de idosos.



Fonte: Adaptado de Archdaily, 2019.

Se estabelece também no campus uma cafeteria e um espaço multiuso, ambos localizados no térreo e com acessos diretos da rua e que são usados não somente pelo público que reside ou participa das atividades de profissionalização do

centro, mas também por toda a comunidade. No espaço multiuso (figura 21), por exemplo, ocorrem exposições, palestras e festas, em um ambiente amplo que permite a disposição de diversos layouts conforme as necessidades de uso, e que também se abre para uma praça aberta. Além disso, ele se destaca na edificação, junto com o setor administrativo, através da sua forma que se diferencia da regularidade formal dos outros blocos (figuras 22).

Figura 21 - Vista interna do espaço multiuso do Campus Anita May Rosenstein



Fonte: ArchDaily, 2019.

Figura 22 - Volumetria do espaço multiuso do Campus Anita May Rosenstein



Fonte: ArchDaily, 2019.

Outro recurso arquitetônico usado pelos arquitetos foi a iluminação, para dar ainda mais destaque à edificação durante a noite. Além das peles de vidro que permitem que a luz interna seja vista no ambiente externo durante a noite, o volume do 2º pavimento do bloco administrativo possui um perfil de led colorido contornando toda a parte inferior da laje, destacando a forma angular da edificação (figura 23).

Figura 23 - Volumetria do setor administrativo durante a noite.



Fonte: Iwan Baan, 2019.⁸

Nesse sentido, podemos perceber que o Campus Anita May Rosenstein do Centro LGBT de Los Angeles se estabelece como uma edificação multifuncional, com uso misto do espaço, a partir de uma arquitetura contemporânea e tecnológica que trabalha com a transparência e integração dos espaços, e que também considera aspectos de conforto e privacidade, atendendo diversas necessidades da população LGBTQIA+ em geral, como moradia, assistência social, profissionalização e atividades culturais.

3.2. Casa 1

Fundada em janeiro de 2017 na cidade de São Paulo-SP, a Casa 1 é uma república de acolhida, centro cultural e clínica social voltada para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, que atua como uma organização não governamental e conta com o apoio do financiamento coletivo para a sua manutenção (CASA 1, 2023). Enquanto república de acolhida, fornece moradia temporária para jovens *queer* entre 18 e 25 anos que foram expulsos de casa, com predominância de pessoas negras de baixo poder aquisitivo. Já como centro cultural, se expande para a comunidade em geral, através da promoção de eventos abertos à população, como shows, exposições, exibição de filmes, feiras, clubes do

⁸ Disponível em <<https://oculuslightstudio.com/projects/la-lgbt-center/>>. Acesso em 29 ago. 2025.

livro, cursos, oficinas, palestras e workshops, além de também possuir uma biblioteca comunitária. Em sua frente de atuação como clínica social, a Casa 1 oferece serviços de psicologia, com atendimentos psicoterápicos, e de assistência social.

Atualmente estabelece suas atividades em 2 edificações localizadas no Bixiga, bairro central e popular da capital paulista. De acordo com o fundador, Iran Giusti, a escolha dessa localidade para o projeto foi feita através de características sociais peculiares desta região, “como a existência de cortiços, histórico de casos de racismo, tráfico de drogas, violência policial e presença de população em vulnerabilidade” (DUARTE; CYMBALISTA, 2019, p. 9). Nesse sentido, o projeto além de atender a população LGBTQIA+ vulnerável, dialoga com a comunidade a partir de outros recortes sociais, como raça e classe.

Com relação ao espaço ocupado, a primeira edificação é o Sobrado Casa 1, localizado na esquina da Rua Condessa de São Joaquim e a Rua dos Bororós, um antigo sobrado de uso misto comercial e residencial, onde atualmente estão sediadas a biblioteca comunitária Caio Fernando de Abreu e a república de acolhida. Já a outra é o Galpão Casa 1, um antigo galpão na rua Adoniran Barbosa onde hoje acontecem os eventos culturais e onde está situada a clínica social. Estão localizadas a uma distância de aproximadamente 300m, o que promove uma caminhabilidade de pessoas entre as duas edificações, principalmente os moradores temporários, que se deslocam para a realização de cursos e atendimentos em seu cotidiano (figura 24).

Figura 24 - Localização e percurso entre as duas edificações da Casa 1



Fonte: Google Earth Pro, 2025

A organização se instala nessas duas edificações a partir da readequação de espaços já existentes, dando uso aos ambientes a partir das necessidades das atividades realizadas. No Sobrado Casa 1 (figura 25), há uma clara divisão do espaço público (comunitário) e privado (residência), já estabelecida a partir da estrutura comercial de dois pavimentos, com a biblioteca comunitária no térreo, que possui a característica de portas abertas à população, enquanto o pavimento superior abriga a função de moradia temporária da ONG.

No pavimento térreo (figura 26), o programa atendido pela biblioteca é composto pelo Acervo Marielle Franco, com cerca de 4000 livros, e duas salas, que anteriormente eram utilizadas para atendimento e realização de cursos, mas atualmente encontram-se em desuso, visto a transferência dessas atividades para a outra edificação da organização. Além disso, cada uma das salas possuem um banheiro de apoio. A forma como o espaço é organizado não possui complexidade, com um layout composto apenas por estantes em todas as paredes, abrigando o acervo, uma mesa central ao espaço, para leitura e rodas de conversa, e uma mesa para atendimento bibliotecário, disposta próxima à entrada (figura 27).

Figura 25 - Vista do Sobrado Casa 1



Fonte: Casa 1, 2024.⁹

⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/photo/?fbid=922243379941656&set=pb.100064680085181.-2207520000>. Acesso em 30 ago. 2025.

Figura 26 - Croqui esquemático do térreo do Sobrado Casa 01



Fonte: Adaptado de Duarte e Cymbalista, 2019.

Figura 27 - Espaço interno do Acervo Marielle Franco da Biblioteca Comunitária Caio Fernando Abreu



Fonte: Angelo Castro, 2024.¹⁰

Quanto ao pavimento superior (figura 28), que abriga a moradia temporária da Casa 1, apresenta 4 ambientes: amplo dormitório, com capacidade para até 20 pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro. Quanto ao espaço reservado ao descanso, contesta-se uma arquitetura marcada pela emergencialidade, de fornecer

¹⁰

Disponível em <https://www.casaum.org/conheca-o-club-de-leitura-da-biblioteca-caio-fernando-abreu/>. Acesso em 30 ago. 2025

um espaço seguro onde a pessoa possa dormir em segurança, mas que desconsidera a privacidade do indivíduo, tendo em vista a inexistência de divisões espaciais que torne isso possível (figura 29). Entretanto, vale ressaltar que, como se trata de um projeto fruto de financiamento coletivo, ter um espaço maior, que possibilitasse essa privacidade, significa maiores custos e uma dificuldade de manutenção.

Figura 28 - Croqui esquemático do pavimento superior do Sobrado Casa 01



Fonte: Adaptado de Duarte e Cymbalista, 2019.

Figura 29 - Dormitório da Casa 01



Fonte: Captura de Tela, 2025.¹¹

O Galpão Casa 1 (figura 30), segunda edificação que compõe a estrutura física da Casa 1, é um galpão de 2 pavimentos onde ocorrem as atividades culturais, cursos e atendimentos psicoterapêuticos e de assistência social. Essas atividades são bem setorizadas a partir dos pavimentos, com o térreo dedicado à cultura, profissionalização e aprendizagem, e o pavimento superior ao atendimento individual, bem como um espaço particular ocupado pelo fundador da ONG. Uma

¹¹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Ocu1V2vHLkE&t=114s>>. Acesso em 30 ago. 2025.

característica interessante dessa edificação é a mutabilidade dele com relação a fachada e paredes internas de alguns espaços, que carregam expressões artísticas desenvolvidas por artistas queer e a própria população que participa de algumas atividades artísticas desenvolvidas pela ONG, como oficinas de lambes, reforçando o caráter participativo do espaço e, como principal temática, a militância. (figura 31).

Figura 30 - Fachada Frontal do Galpão Casa 01



Fonte: Carla Carniel, 2022.¹²

Figura 31 - Intervenção artística na rua em frente ao galpão, representando a judoca Rafaela Silva, mulher lésbica, medalhista olímpica e mundial.



Fonte: Casa 1, 2024.¹³

¹² Disponível em https://cultura.uol.com.br/noticias/53135_conheca-a-casa-1-centro-de-cultura-e-acolhimento-de-pessoas-lgbtqia-que-luta-para-se-manter-apos-pandemia-htm, Acesso em 30 ago. 2025.

¹³ Disponível em <https://www.facebook.com/casaum/posts/pfbid0x68REPyAXNsWrP59netbEkYTcVE8LXijmQxc1FiYYrPp4GV3Jxw1bBajaw5s7AC4I>, Acesso em 30 ago. 2025.

O térreo do Galpão é composto por uma varanda externa (recuo frontal), um salão de atividades multiuso onde ocorrem as apresentações artísticas e feiras (Salão Leci Brandão), 2 salas de aula dedicadas aos cursos fornecidos (salas Jaqueline Gomes de Jesus e Sammy Larrat), uma cozinha comunitária industrial, um ateliê dedicado a oficinas e cursos profissionalizantes de beleza (Ateliê Lea T, ou popularmente “Babadeira”) e banheiros de apoio. Já no pavimento superior estão localizadas as duas salas de atendimento individual e uma área restrita ao público (figura 32).

Figura 32 - Croqui esquemático do térreo e pavimento superior do Galpão Casa 1.



Fonte: Duarte e Cymbalista, 2019.

Uma característica desses espaços é a adaptabilidade de acordo com a atividade a ser realizada, com destaque ao salão de atividades multiuso, que recebe desde palestras e feiras com um público menor, até eventos culturais, como a Virada Casa 1, com shows de artistas populares como Urias, Johnny Hooker, Carol Biazin, que atraem uma maior movimentação do público LGBTQIA+ (figura 33). Localizado na entrada do galpão e com portões de enrolar, esse tipo de esquadria permite que o espaço seja aberto e integrado com a varanda externa e até mesmo a rua, promovendo uma maior integração com o espaço urbano (figura 34).

Figura 33 - Eventos realizados nos salão de atividade multiuso da Casa 1.

33a - III Feira de Pequenas Produtoras

33b - Show de Johnny Hooker na Virada Casa 1.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025. (33a) Casa 1, 2025.¹⁴ (33b) Lucas Zacarias, 2025.¹⁵

Figura 34 - Evento de inauguração do Galpão Casa 1, ocupando a varanda externa e o espaço da rua Adoniran Barbosa.



Fonte: Casa 1, 2018.¹⁶

Nesse sentido, concluímos que a Casa 1 possui impacto positivo no contexto em que está inserido, permitindo a população em geral ter contato com temáticas de gênero e sexualidade a partir das atividades públicas realizadas pela organização em um espaço aberto a todos e que possibilita que todos se sintam confortáveis para se expressar dentro dele, e gerando movimentação no espaço urbano. Como ponto negativo, podemos destacar a inexistência da privacidade no espaço do

¹⁴ Disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=1207875181378473&set=pcb.1207885534710771>. Acesso em 30 ago.2025.

¹⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1204678385031486&set=pb.100064680085181.-2207520000&type=3>. Acesso em 30 ago. 2025.

¹⁶ Disponível em <https://www.casaum.org/nossos-espacos/centro-cultural/> . Acesso em 30 ago. 2025.

dormitório, mas que independe da vontade da organização.

3.3. CasAmor Neide Silva

A CasAmor Neide Silva é uma iniciativa não governamental localizada na cidade de Aracaju-SE idealizada pela atual deputada estadual e mulher trans Linda Brasil para ser um espaço de moradia provisória para pessoas LGBTQIA+ expulsas de casa em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, devido a questões financeiras e burocráticas para manutenção do projeto, esse uso não foi concretizado (SE NOTÍCIAS, 2025). Atualmente considerado como o primeiro ponto de cultura e memória LGBT de Sergipe, a organização funciona dando amparo jurídico, social e psicológico para o público LGBTQIA+ vulnerável, principalmente pessoas trans, negras e periféricas.

Está sediada no Bairro Inácio Barbosa, em uma casa localizada em área predominantemente residencial, distante dos equipamentos públicos, mas próxima da Avenida Tancredo Neves, que permite a integração com outros espaços da cidade. (figuras 35 e 36). A edificação foi adaptada para receber as atividades da casa e, apesar de realizar eventos abertos ao público da comunidade em geral, como eventos culturais, não é possível reconhecer uma interação da vizinhança com o projeto, mas sim um maior contato da população LGBTQIA+ da cidade que conhece o projeto.

Figura 35 - Voluntários do projeto em frente a sede.



Fonte: CasAmor Neide Silva, 2020. ¹⁷

¹⁷ Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CEuz63YBtkf/>> . Acesso em 31 ago. 2025.

Figura 36 - Localização da sede da CasAmor



Fonte: Google Earth Pro, 2025

Atendendo às atividades de profissionalização social, CasAmor realiza oficinas, programações culturais e programações educativas, como oficina de corte e costura, de culinária. Além de ocupar sua sede, também realiza atividades em outros espaços, como a Casa Linda Brasil, localizada no centro da capital sergipana. Quanto à questão da habitação, possui relação com o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), fazendo encaminhamento das pessoas que procuram o projeto para ocupações urbanas (SE NOTÍCIAS, 2025).

3.4. Centro de Capacitação Comum - CFC

O Centro de Capacitação Comum (figura 37) é um projeto desenvolvido pelo escritório Node Urban Lab em 2022, e funciona como um espaço de profissionalização e aprimoramento de técnicas de costura de couro (ARCHDAILY, 2022). Está localizado no distrito de Adra, na Índia e ocupa uma área de 438m². Apesar de não atuar como uma edificação da tipologia a ser projetada neste

trabalho, esse projeto carrega estratégias arquitetônicas interessantes e que valem ser consideradas para o processo projetual.

Figura 37 - Vista frontal do Centro de Capacitação Comum.



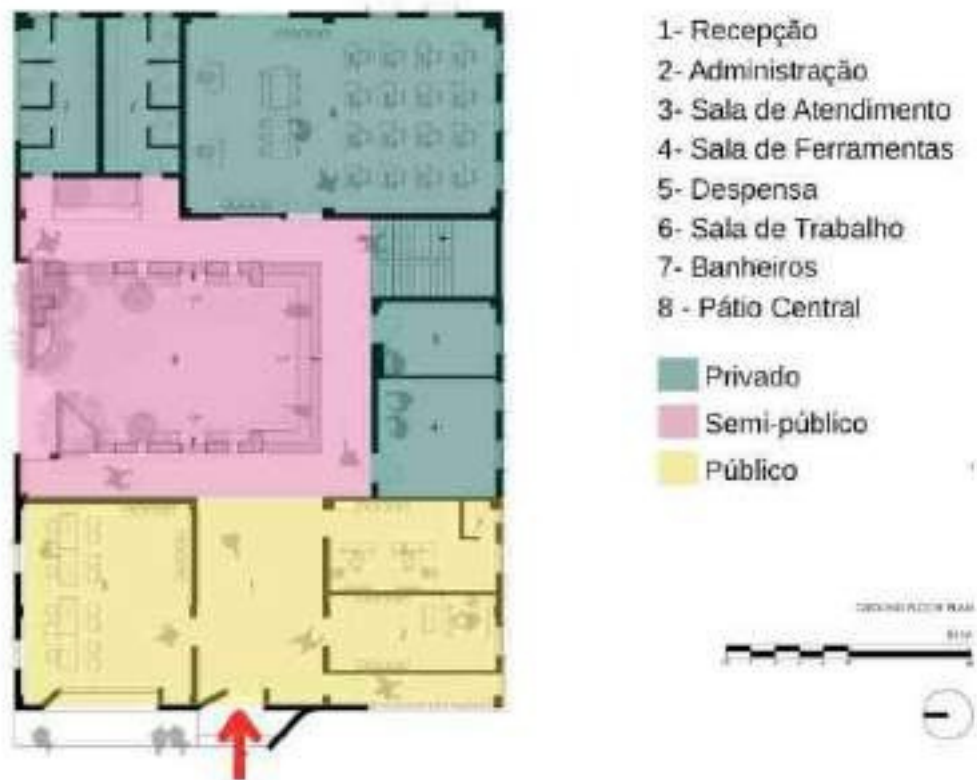
Fonte: Harsh Nigam, 2022.¹⁸

Possui 2 pavimentos e um terraço na cobertura e estabelece uma organização espacial bem definida com relação aos setores públicos, semi-públicos e privados. Essa espacialidade engloba uma área de recepção e administração na parte frontal da edificação no pavimento térreo (figura 38), de caráter público, um pátio central de uso semi-público e as salas e banheiros dispostas ao redor do pátio e no pavimento superior, definindo o setor privado (figura 39). Possui uma capacidade ampla, permitindo que 55 pessoas utilizem ao mesmo tempo os espaços de salas de trabalho e aula.

¹⁸

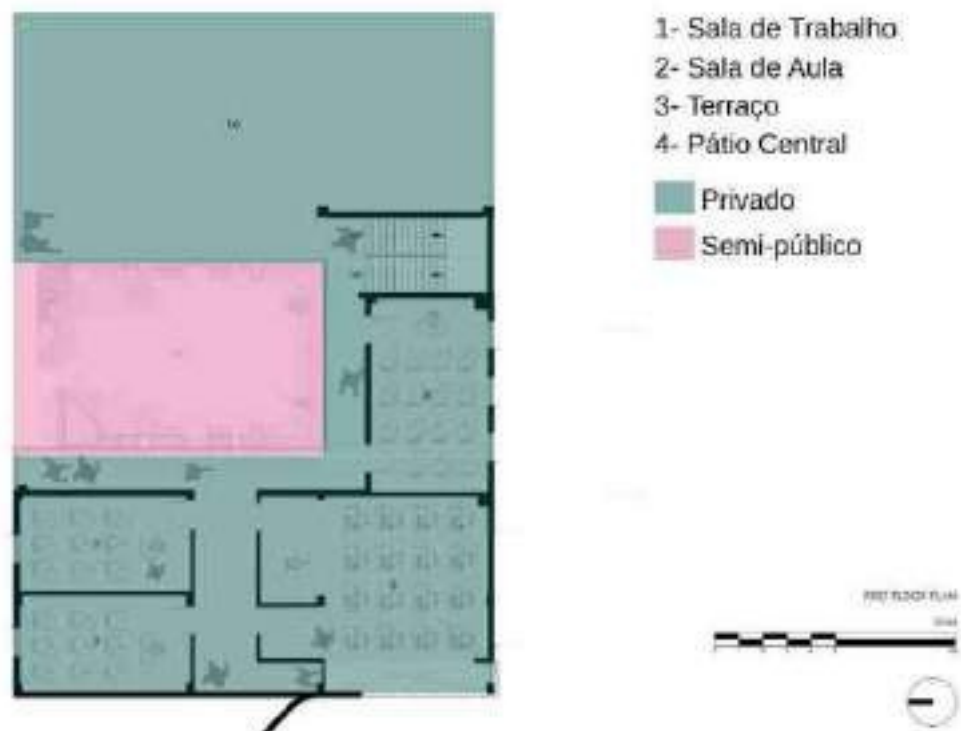
Disponível em
<https://www.archdaily.com.br/br/1020107/centro-de-capacitacao-comum-cfc-node-urban-lab?ad_source=myad_bookmarks&ad_medium=bookmark-open>. Acesso em 31 ago. 2025.

Figura 38 - Planta Baixa do Centro de Capacitação Comum



Fonte: Adaptado de ArchDaily, 2022.

Figura 38 - Planta Baixa do Centro de Capacitação Comum



Fonte: Adaptado de ArchDaily, 2022.

O pátio central é uma estratégia aqui que permite a socialização dos usuários, o conforto ambiental e um ambiente integrado, que permite a ampla visualização do espaço independente da sua posição dentro da edificação, o que estabelece segurança. Outro ponto que se destaca é a demarcação de esquadrrias através da cor em um bloco quase que integralmente branco, o que provoca a atenção do usuário, bem como indica os acessos dos espaços (figura 39).

Figura 39 - Vista interna do pátio central.

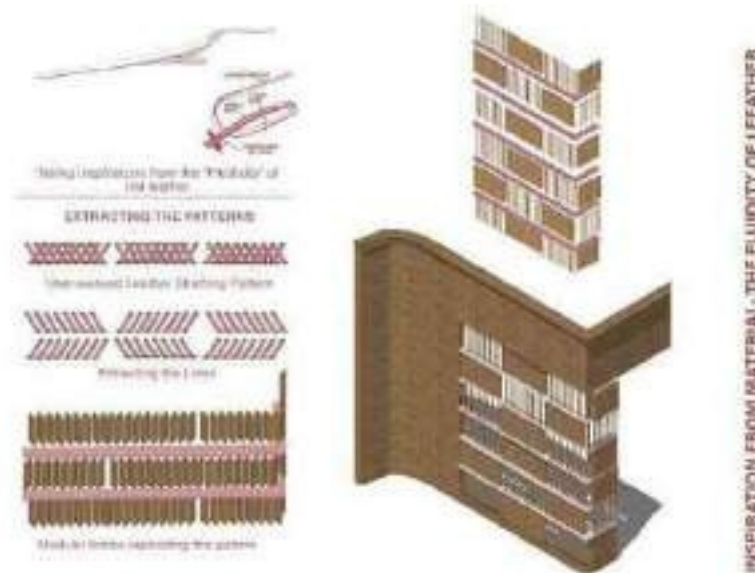


Fonte: Harsh Nigam, 2022.¹⁹

Por fim, outro aspecto interessante é a quebra da forma regular da edificação através do detalhe na fachada frontal feito com tijolos de argila queimado, que se dispõem de maneira entrelaçada e saltando da volumetria geral a partir de uma

curva. Tal recurso foi inspirado nas tranças de couro, revelando um caráter de inspiração de estratégias atrelado ao uso principal do espaço (figura 40).

Figura 40 - Detalhe da forma executada em tijolos de argila



Fonte: ArchDaily, 2022.

As escolhas dos projetos tiveram como objetivo determinar estratégias arquitetônicas e programa de necessidades para o desenvolvimento da proposta arquitetônica de um centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, foram escolhidas 3 edificações com a mesma tipologia e uma de uso divergente, mas que complementam as informações extraídas nos outros. Dessa forma foi elaborado um quadro síntese, destacando os principais pontos de cada projeto (figura 41) e um programa de necessidades inicial (figura 42).

Figura 41 - Síntese da análise dos projetos

	Centro LGBT de Los Angeles	Casa 1	CasAmor	Centro de Capacitação Comum
Público-Alvo	Pessoas LGBTQIAP+ em geral	Pessoas LGBTQIAP+ (principalmente trans, negras e periféricas)	Pessoas LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade social	Profissionais da indústria do coque na Índia
Capacidade de moradia	92 leitos temporários; 25 studios para jovens; 64 apartamentos para idosos	20 pessoas em leito temporário	Não se aplica	Não se aplica
Relação com o contexto urbano	Empreendimento e acessos espalhados ao longo da edificação	Portas abertas à comunidade	Eventos culturais, mas não atrai a vizinhança	Não se aplica
Atividades Realizadas	Habitação, cursos, assistência social e jurídica, eventos culturais, atividade comercial, administração	Atividades culturais, cursos profissionalizantes, assistência social e psicológica, e habitação temporária	Assistência jurídica, social e psicológica, eventos culturais e cursos educacionais	Profissionalização e socialização
Principais espaços	Espaço multiuso, habitação temporária, apartamento para idosos	Salão Multiuso, salas de aula e biblioteca	-	Pátio Central e salas de aula
Estratégias Arquitetônicas	Pátios, forma que destaca ou dá privacidade ao espaço.	Portões de enrolar que permitem a abertura do espaço para eventos comunitários	-	Pátio Central e uso de cores, destacando as esquadrias
Aspecto Diferencial	Iluminação que reforça a forma	Fachadas que mudam através da arte	-	Detalhe em tijolos de argila

Fonte: Do autor, 2025

Figura 42 - Programa de necessidades inicial

Programa de Necessidades	
Setor	Ambiente
Administração	Diretoria
Habitação Temporária	Leitos compartilhados
	Leitos privativos
	Banheiro
	Cozinha
	Área de Serviço
Cultura	Espaço Multiuso
	Biblioteca comunitária
Educaçãol	Cozinha Industrial
	Salas de Aula Multiuso
	Ateliê de Costura
	Ateliê de Beleza
Assistência Pessoal	Salas de Psicoterapia
	Salas de Assistência Social
	Salas de Assistência Jurídica
Comercial	Loja de Artesanatos
	Cafeteria/Lanchonete

Fonte: Do autor, 2025

ESTUDO DE VIABILIDADE DA ÁREA

Com a necessidade de implantação de uma edificação que impacta no contexto urbano, de forma que o centro de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ desenvolvido neste trabalho concentre diversas atividades e atenda às múltiplas necessidades dessa população, bem como estabeleça uma relação com a comunidade local e constitua uma nova centralidade, faz-se necessário um estúdio prévio para a escolha do terreno e, após seleção, o melhor aproveitamento dele a partir das condicionantes existentes. Neste sentido, é preciso entender brevemente o contexto urbano da cidade de Aracaju, os espaços ocupados pela população LGBTQIA+, as áreas vulneráveis da cidade e a oferta de infraestrutura urbana como critérios para a escolha do terreno. A partir dessa seleção, serão exploradas as potencialidades da área escolhida através de condicionantes físicas, ambientais e legais para o melhor uso do espaço.

4.1. Mapeamento e escolha da área de intervenção

Localizada em Sergipe, Aracaju é uma cidade criada em 1855 e projetada para ser a capital do estado, retirando esse status administrativo da cidade de São Cristóvão no ano de 1865. Seu processo de formação se dá inicialmente pelo atual bairro Centro, expandindo conforme o crescimento populacional para a porção norte e oeste pela população com menor poder aquisitivo. Com o processo de urbanização e industrialização da cidade, bem como consolidação do centro, a zona sul passa a ser ocupada pela população de maior renda, enquanto as pessoas mais pobres passam a ocupar as áreas marginais da cidade, mais próximas das indústrias (SOUZA, 2011)

Atualmente a capital sergipana conta com uma população aproximada de 602.757, distribuídas em um território de cerca de 182,16km² em 42 bairros (IBGE, 2024). Como ponto importante a ser considerado para a implantação desse equipamento, a vulnerabilidade socioeconômica é destacada como um fenômeno predominante na porção norte da cidade, como os bairros Japãozinho, Porto Dantas, Dezoito do Forte, Bugio e Santos Dumont, e no bairro Santa Maria, na porção sul da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2020).

Outro ponto a ser considerado é a relação da comunidade LGBTQIA+ e a forma que elas ocupam o espaço urbano aracajuano. Podemos reconhecer como

espaços apropriados pela população queer aqueles onde são realizados eventos culturais, educativos e, sobretudo, políticos, voltados para esse público, de forma que as pessoas se sintam seguras de expressarem suas identidades, bem como as sedes das instituições idealizadas para atender esse público. Nesse sentido, foram mapeados através do resultado de pesquisas online quais os espaços são ocupados por essa população, considerando eventos do Gaymado²⁰, da cena *ballroom* sergipana²¹, festas frequentadas por um público majoritariamente LGBTQIA+, as sedes das instituições de assistência e outros eventos que celebram a diversidade (figura 43).

Através do mapeamento, pode-se perceber uma predominância de espaços *queer*, com foco nos espaços de festa nas porções central e sul da cidade, com destaque para os bairros Atalaia, São José e Centro. As instituições de assistência - CasAmor, Centro de Referência em Direitos Humanos LGBTI+ e a AstraLGBT - estão sediadas respectivamente nos bairros Inácio Barbosa, Centro e Getúlio Vargas. A ocupação da porção norte ocorre de forma pontual nos bairros Industrial e Bugio, com eventos da cena ballroom no primeiro, e o segundo com o evento anual Fest LGBT do Bugio. Nesse sentido, os bairros da zona norte possuem uma carência de espaços ocupados pela população, bem como nenhuma instituição de assistência voltada especificamente a esse público.

²⁰ “Gaymado” é um movimento sergipano que resgata a brincadeira do queimado como uma forma da comunidade LGBTQIA+ ocupar os espaços urbanos de Aracaju.

Ballroom é um movimento artístico e político da população afrolatina que celebra a diversidade de gênero, sexualidade e raça. Se expressa através dos *balls*, eventos culturais onde as pessoas podem se expressar livremente através de danças, figurinos e performance, com temas e batalhas. A cena ballroom se organiza através das *houses*, que são coletivos de pessoas em uma estrutura familiar de afeto e acolhimento, de forma a fomentar pertencimento à comunidade através da sua organização. A cena ballroom sergipana é fomentada pela House of Mangue, a Casa de Ratturas, a Kiki Casa DiBarro

Figura 43 - Mapa de espaços *queer* de Aracaju

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Atrelando os dados de vulnerabilidade social com a carência de espaços queer, reduziu-se o número de bairros para a escolha do terreno, excluindo todos aqueles das porções central, oeste e sul da cidade, além de bairros da zona norte com maior proximidade do Centro (Industrial, Dezoito do Forte, Santo Antônio e Palestina), já que possuem uma maior conexão através da mobilidade urbana. A partir desse afunilamento, foi feito um mapeamento de terrenos com áreas entre 1.500m² e 5.000m² através do Google Earth Pro, obtendo um resultado de 3 terrenos, sendo 2 no bairro Bugio e 1 no bairro Santos Dumont.

Os terrenos do bairro Bugio estão localizados próximos, na Rua Geny da Silva Dias e Avenida Centenário, e, por isso, foram analisados de forma conjunta. O terreno 1 possui uma área de aproximadamente 4.000m² e é uma propriedade da prefeitura de Aracaju. Já o terreno 2 é um terreno de propriedade privada, contendo aproximadamente 3.240m². Ambos estão localizados nas extremidades das suas quadras e permeiam o perímetro de 3 ruas em um contexto predominantemente residencial. Quanto a oferta de infraestrutura, assim como o bairro Santos Dumont, o Bugio é provido de abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário e energia elétrica. Quanto aos equipamentos públicos, dentro dos limites do bairro, verifica-se a existência de 2 unidades básicas de saúde (UBS), 6 escolas estaduais, 1 delegacia, 1 posto policial e 4 praças públicas, sendo uma delas ocupada pela população LGBTQIA+ no Fest LGBT do Bugio. Quanto à mobilidade urbana, possuem acesso facilitado e proximidade com pontos de ônibus que ligam o bairro a outros da Zona Norte e as outras zonas da cidade através de 3 linhas (figura 44).

Já o terreno do bairro Santos Dumont (3) está localizado nas ruas São José, Maj. Corbiniano e Minervina Barros, próxima a uma área residencial e ao lado de uma unidade de saúde da família, ocupando uma área de aproximadamente 1.780m² de propriedade da prefeitura. Quanto aos equipamentos públicos do bairro, verifica-se a presença de mais 2 unidades de saúde, 1 delegacia metropolitana, 6 escolas públicas, 1 escola de esportes, 2 quadras públicas, 1 centro de referência em assistência social e 3 praças. Assim como os terrenos do Bugio, também possui acesso facilitado e proximidade com pontos de ônibus, através de 5 linhas de ônibus (figura 45).

Figura 44 - Mapa de equipamentos públicos do Bairro Bugio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 45 - Mapa de equipamentos públicos do Bairro Santos Dumont



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Como os 3 terrenos estão inseridos em contextos muito semelhantes, 4 fatores foram decisivos para a escolha do terreno 1. O primeiro é a relação do bairro Bugio com a comunidade LGBTQIA+ através do Fest LGBT do Bugio, que deve ser levada em conta para um maior fortalecimento e ocupação do espaço público pelas pessoas *queer*. O segundo ponto foi a distância que esse terreno possui em relação a maioria dos equipamentos públicos quando comparado com o terreno 2, o que permitiria a constituição de mais uma centralidade no bairro, mas que também mantém proximidade com outros equipamentos, permitindo uma relação comunitária. Além disso, foi considerado o fato de ser uma propriedade da prefeitura municipal. Por fim, observou-se um uso prévio da população no espaço, que já foi ocupado por uma praça e um campinho de areia, usos que podem ser resgatados através do projeto (figura 46).

Figura 46 - Terreno escolhido ocupado por praça pública.



Fonte: Google Street View, 2015.

4.2. Condicionantes e Potencialidades do Terreno

O terreno escolhido para desenvolvimento do projeto encontra-se nos limites do bairro Bugio e Jardim Centenário e possui uma área total cadastrada de 3.923,94m², oriundas de um desmembramento de um terreno maior da prefeitura. Essa área está distribuída em um formato trapezoidal, sem desníveis consideráveis (inclinação inferior a 5%) observados através do software Google Street View, e

ocupa a esquina da quadra em que está localizado, confrontando a norte com a rua Geny da Silva Dias, a leste com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Bonfim, a sul com a rua Pedro Vitor da Cruz e a oeste com a Rua Manoel (Figura 47).

Figura 47 - Medidas e confrontantes do terreno.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

No que se refere às condicionantes legais, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, do ano de 2000 e vigente até os dias atuais, o terreno está localizado na Zona de Adensamento Básico II (ZAB II), sendo assim uma área que apresenta “potencial de urbanização, porém com “déficit” de infra-estrutura, sistema viário, transporte, comércio e serviços” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU, 2000). Nesse sentido, possui diretrizes favoráveis a implantação do Centro de Acolhimento, pois foca no adensamento controlado de forma a aproveitar o potencial de urbanização e infraestrutura existente de forma controlada, no incentivo a atividades comerciais e de serviço, e na implantação de equipamentos e espaços públicos compatíveis ao adensamento urbano.

Segundo os critérios de uso e ocupação do solo, dispostos no Anexo III do PDDU 2000, o projeto deverá atender os parâmetros de taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, taxa de permeabilidade e recuos. Dessa forma, apresenta-se através da **figura48** o potencial construtivo do terreno.

Figura 48 - Potencial Construtivo do Terreno

POTENCIAL CONSTRUTIVO		
ÍNDICE URBANÍSTICO	VALOR DE REFERÊNCIA	RESULTADO FINAL (EM m ²)
TAXA DE OCUPAÇÃO (ATÉ 2 PAVIMENTOS)	90%	3.531,53
TAXA DE OCUPAÇÃO (A PARTIR DE 3 PAVIMENTOS)	40%	1569,58
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	3	15.695,76
TAXA DE PERMEABILIDADE	5%	196,19
TAIS VALORES DEVEM RESPEITAR OS VALORES DE RECUO DISPOSTOS A SEGUIR (EM m):		
RECUO FRONTAL	3,00 (VIAS LOCAIS E COLETORAS TIPO II)	
RECUO LATERAL	ISENTO ATÉ DOIS PAVIMENTOS; 1,50 NO 3º PAVIMENTO	
RECUO DE FUNDO	ISENTO NO PRIMEIRO PAVIMENTO; 1,50 NOS 2º E 3º PAVIMENTOS	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Pensando em uma potencial integração urbana e comunitária do projeto a ser implantado, foram destacados através de mapeamento no bairro Bugio edificações e equipamentos públicos de lazer, cultura e educação (figura 49). Destacam-se, assim, a sede do Grupo de Teatro Boca de Cena, que está localizada no Bairro Jardim Centenário, mas que não possui um espaço físico específico para suas apresentações, ocorrendo algumas vezes no Barracão Cultural Seu Osmar, no Bugio, que também recebe outras apresentações culturais e eventos. Na parte esportiva, o bairro conta com o Estádio Municipal do Anchieta, que funciona como um estádio de futebol local, a Praça Minervino Correia Silva, que apresenta um campo de futebol, e o Estação Cidadania, que oferece aulas de diversas modalidades esportivas. No setor educacional, destacam-se três escolas mais próximas ao terreno, que atendem desde o ensino infantil até o ensino fundamental, e o Espaço Cuidar que atua como um centro de cidadania e inclusão social, oferecendo oficinas de corte, costura, artesanato, pintura, funcional, jiu-jitsu e treinamento ritmado.

Figura 49 - Equipamentos de interesse para integração urbana e comunitária



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Sobre o entorno imediato da edificação, em um raio de 200m a partir do centro do terreno, o uso e ocupação do solo é marcado por edificações residenciais, comerciais ou que mesclam entre esses dois usos (figura 50). O que se diferencia dessa tipologia são a EMEF Manoel Bonfim, um templo da Igreja Evangélica da Assembléia de Deus, a praça Minervino Correia Silva e o Estádio Municipal do Anchieta, sendo os dois primeiros localizados na mesma quadra do terreno de implantação do empreendimento. Em geral, aponta-se para um entorno com baixo incômodo sonoro, mas com destaque para uma emissão de ruído oriunda da escola em horários de funcionamento. Além disso, essa localidade é marcada por uma tipologia construtiva de edificações com até 2 pavimentos, totalmente adensada (sem terrenos não edificadas), com exceção apenas para a praça e o estádio, que não possuem área construída computável (figura 51). Com essa análise, foram observadas necessidades e potencialidades de integração, com compartilhamento de usos das edificações existentes e a ser projetada, que se traduz na definição final do programa de necessidades, a ser apresentado no próximo capítulo.

Figura 50 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo - Raio de 200m



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

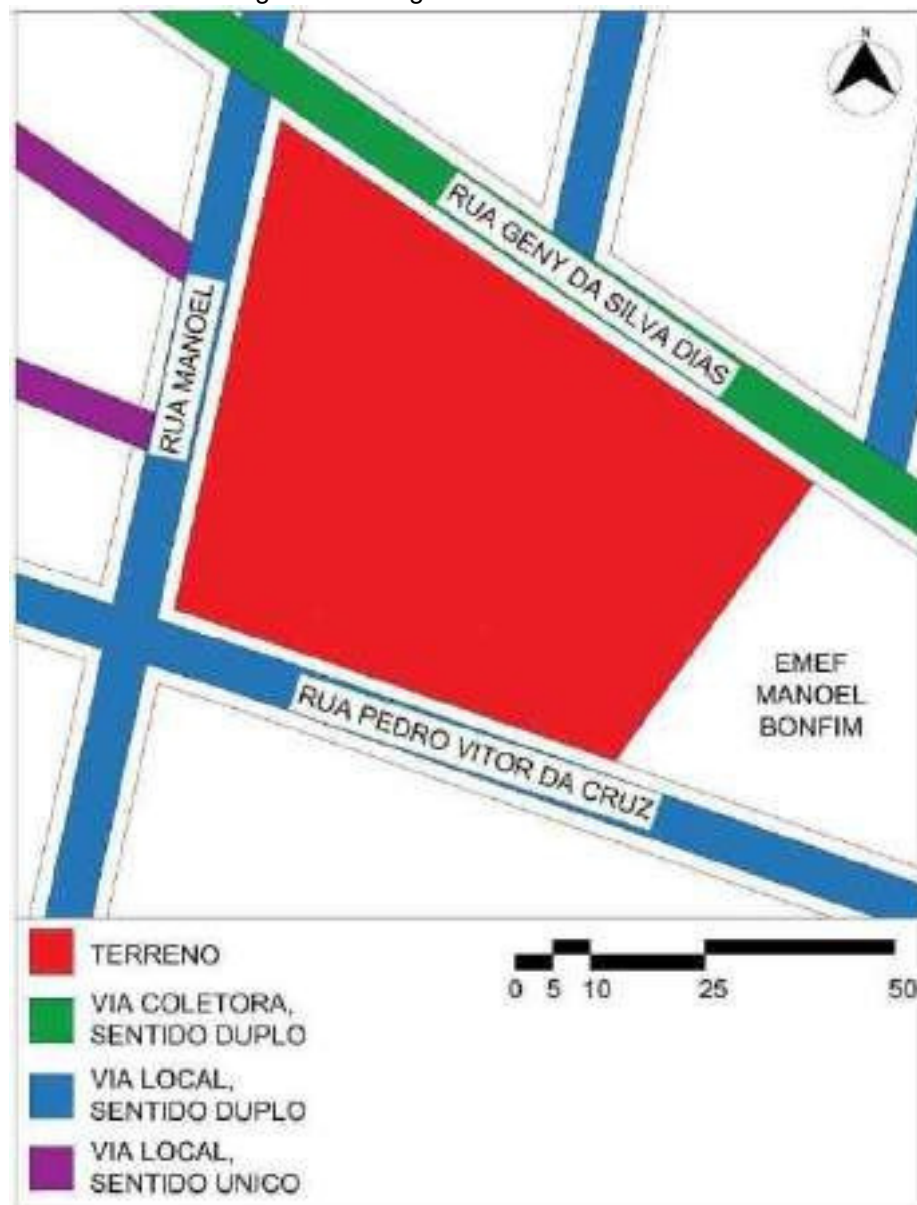
Figura 51 - Diagrama de Gabarito de Altura - Raio de 200m.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

No que tange a mobilidade urbana e o sentido das vias do entorno imediato do terreno, a Rua Geny da Silva Dias, classificada como uma via Coletora 1, possui sentido duplo e pavimentação em asfalto, enquanto as ruas Manoel e Pedro Vitor da Cruz, vias locais, também de sentido duplo, possuem pavimentação em paralelepípedos (Figura 52). Na primeira, há passagem de transporte público que conecta o bairro, e, conseqüentemente, o terreno de implantação, com outros espaços da cidade, como a zona Sul, através da linha de ônibus 080 (Augusto Franco/Bugio). Dessa forma, define-se que o acesso principal será feito através da via coletora Geny da Silva Dias, enquanto as outras vias serão utilizadas como ruas de acessos secundários e de serviço.

Figura 52 - Diagrama de Sistema Viário.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

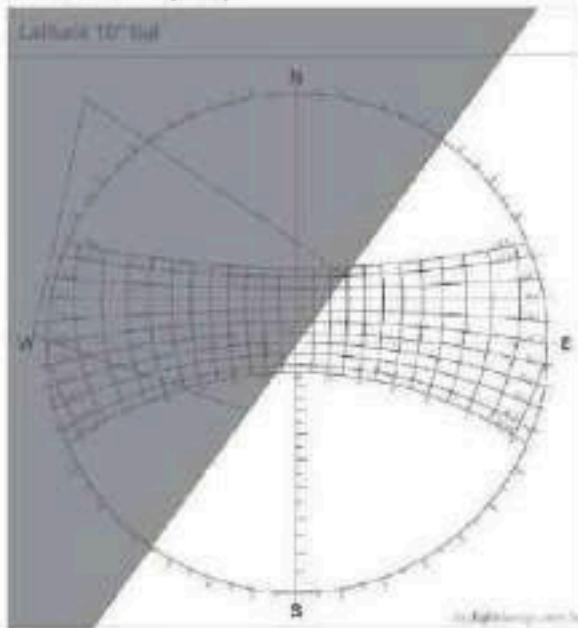
Com relação às condicionantes bioclimáticas, de acordo com a ABNT(2005), a cidade de Aracaju está inserida na Zona Bioclimática 8 (ZB8), com tipologia de clima tropical úmido e quente, com temperaturas médias anuais de 26°C, devendo, as edificações serem dotadas de aberturas grandes e sombreadas para ventilação, com estratégias de ventilação cruzada permanentes. Em estudo na plataforma Windy, pode-se perceber que os ventos predominantes são oriundos da direção leste e sudeste, faces principais onde devem estar localizadas as aberturas de entrada de vento ou outras estratégias de ventilação natural.

Com o estudo da carta solar da latitude 10° sul (Figura 53), onde está localizada a cidade de Aracaju, pode-se perceber que durante o solstício de verão, as faces confrontantes com Rua Pedro Vitor da Cruz (sul) e Rua Manoel (oeste) são as mais afetadas pela insolação, principalmente durante o período da tarde, enquanto as faces confrontantes com a EMEF Manoel Bonfim (leste) e Rua Geny da Silva Dias (norte) são pouco afetadas pela insolação durante o dia inteiro. Já durante o solstício de inverno, a face oeste continua a ser a mais prejudicada, mas a face sul já encontra uma situação de sombreamento maior, em contrapartida da face norte que recebe incidência solar em quase todo o dia. Durante todo o ano, a face leste é favorecida com menor insolação, ocorrendo apenas durante o período da manhã, período em que os espaços ainda estão resfriados pela temperatura amena noturna.

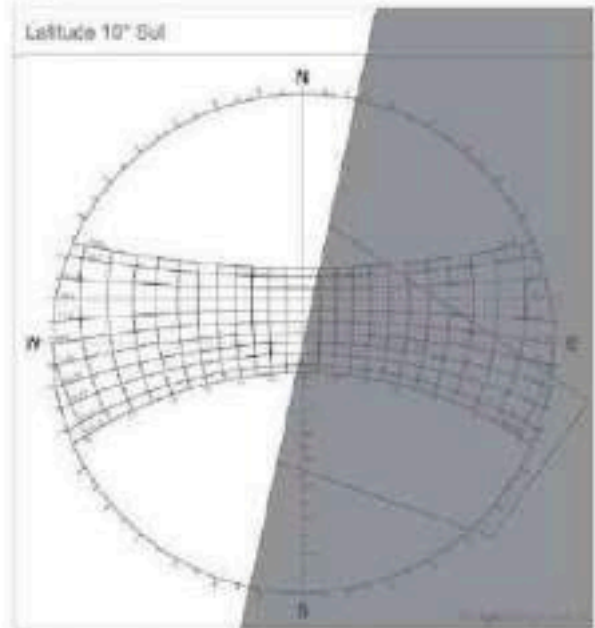
Dessa forma, através do diagrama bioclimático (figura 54), percebe-se que a face leste é a mais favorecida com relação tanto a ventilação natural direta, quanto incidência solar durante todo o ano, devendo ser aproveitada para implantação para ambientes de longa permanência. As faces voltadas para o norte e sul devem possuir estratégias de sombreamento para determinadas épocas do ano e determinados horários do dia, podendo ser usado elementos como brises, cobogós, ou uma volumetria que provoque esse sombreamento. Já a face oeste deve ser considerada para implantação de ambientes de passagem, baixa permanência e áreas molhadas, uma vez que sofre com maior incidência solar e maiores temperaturas ao longo de todo o ano. Por fim, vale destacar a importância de decisões projetuais pensadas em situações de chuva, uma vez que elas são recorrentes no clima em que a cidade está inserida.

Figura 53 - Estudo de Incidência Solar através da Carta Solar 10° Sul

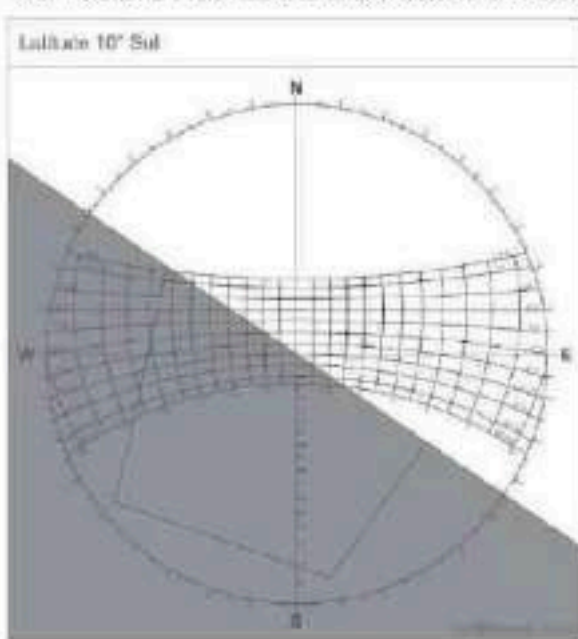
53a- Incidência solar na face confrontante com a EMEF Manoel Bonfim (leste)



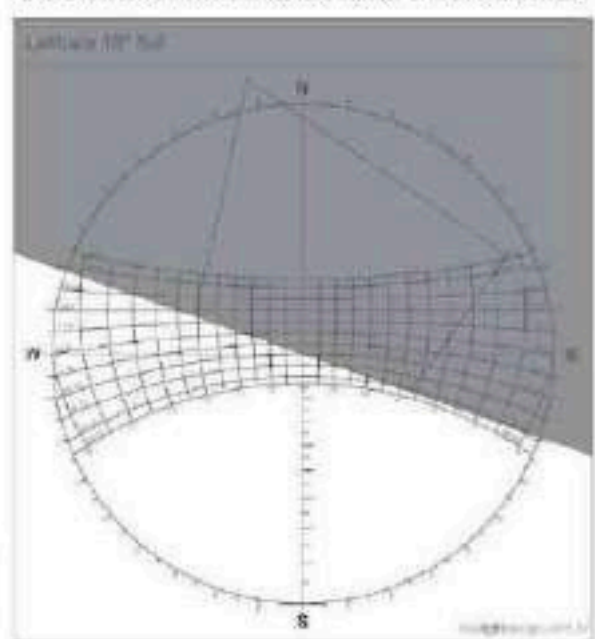
53b- Incidência solar na face da Rua Manoel (oeste)



53c- Incidência solar na face da Rua Geny da Silva Dias



53d- Incidência solar na face da Rua Pedro Vitor da Cruz

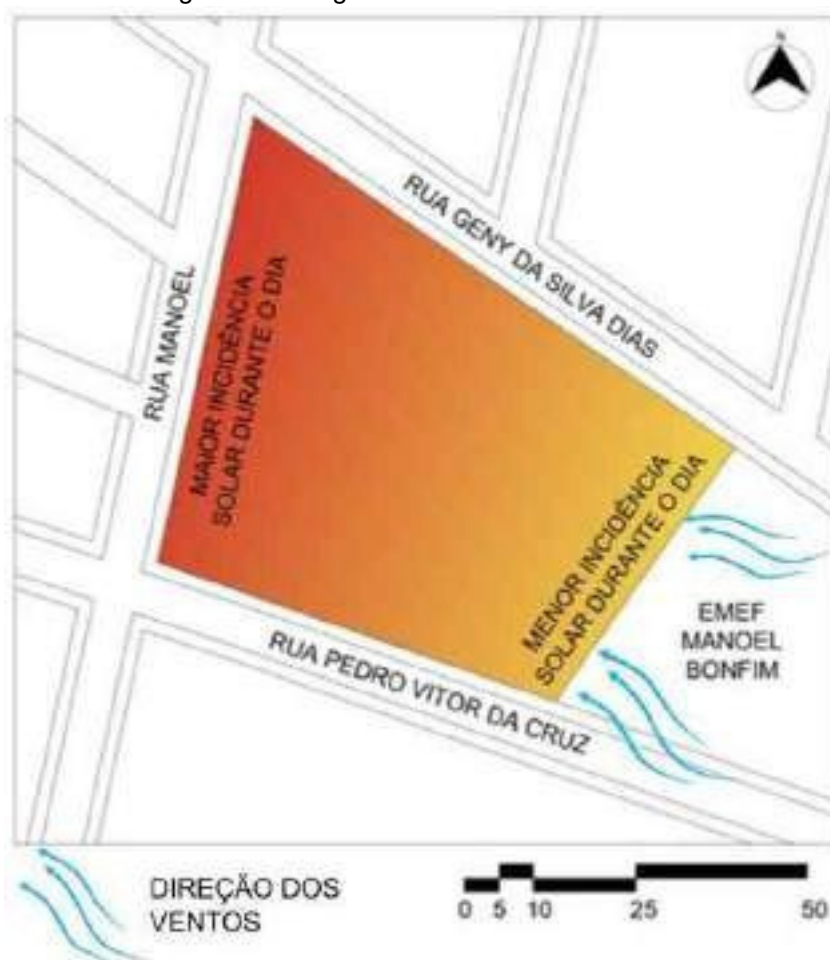


22

Fonte: Adaptado de Daylight Design, 2025

²² Disponível em <<https://daylightdesign.com.br/cidade/aracaju/>>. Acesso em 05 dez 2025.

Figura 54 - Diagrama Bioclimático do Terreno



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

PROPOSTA ARQUITETÔNICA

Neste capítulo serão descritas todas as etapas e decisões tomadas para elaboração da proposta arquitetônica, até o seu resultado final. Inicialmente será definido o programa de necessidades final, baseado nos estudos de casos correlatos apresentados e conforme as análises de potencialidades do terreno escolhido em relação ao contexto inserido. Esse programa será acompanhado de pré-dimensionamento de áreas, conforme as necessidades de cada ambiente disposto. Após isso, serão apresentados estudos de mancha, setorização, funcionograma e estudo em croquis e volumes para definição da forma inicial para implantação e estudo esquemático da planta baixa de cada pavimento.

Com a definição esquemática, o projeto será aprimorado com a definição de esquadrias, estruturas de proteção e sombreamento, sistemas estruturais e

materialidade, com maior detalhamento técnico geral, definindo assim as plantas, volumetria, cortes e fachadas finais da proposta arquitetônica. Para o desenvolvimento dessa proposta arquitetônica, foi adotado o **conceito** “Abraçar e Integrar a Diversidade”, constituindo o empreendimento como um espaço que acolhe, convida as pessoas a uma ambiência confortável e favorece as trocas entre os indivíduos.

5.1. Programa de Necessidades, Pré-Dimensionamento e Funcionograma

Conforme a necessidade de um espaço que funcione como habitação provisória para indivíduos LGBTQIA+ em vulnerabilidade socioeconômica, o programa de necessidades se constitui inicialmente com o setor de habitação. Pensando na necessidade de atendimentos especializados a esses indivíduos, complementa o projeto o setor de atendimento individual. Ademais, de forma a integrar a comunidade, define-se a necessidade de um setor cultural/educacional, que possibilita as trocas de experiências individuais, de forma que também estimule a ocupação do bairro através da comunicação entre o projeto a ser desenvolvido e os equipamentos citados no capítulo anterior. Acrescenta-se também um setor comercial, como forma de estimular a economia local e permitir que seja colocado em prática o conhecimento obtido nos cursos fornecidos pelo empreendimento. Por fim, um empraçamento finaliza as necessidades gerais, com espaços multiuso, que permitam integração dos espaços construídos com o espaço aberto da edificação.

O setor de habitação será de caráter privado, atendendo às necessidades de moradia e fornecendo espaços que possibilitem independência dos indivíduos na realização de serviços e no funcionamento da edificação. Nesse sentido, conta com ambientes de quarto, banheiros, lavanderia, living, refeitório, cozinha de preparos e profissionalização, despensa, salas administrativas, sala de resolução de conflitos, depósitos de materiais de limpeza (D.M.L.), recepção, lavabos e casa de lixo, com áreas definidas através de pré-dimensionamento (figura 55). Os quartos apresentam 2 tipologias, sendo uma individual, de longa permanência (6 a 24 meses) e outra compartilhada por duplas, de passagem temporária (até 6 meses). Além disso, essas tipologias apresentam quartos adaptados a pessoas com deficiência. Conforme essa necessidade, definiu-se duas tipologias de banheiro, uma de uso coletivo com cabines individuais, atendendo os quartos compartilhados, e outra individual, dentro do próprio dormitório individual.

O setor de atendimento individual será de caráter público, atendendo tanto os moradores do setor habitacional, quanto outras pessoas LGBTQIA+ que necessitam de assistência. Esse núcleo conta com salas de atendimento individual psicológico, social e jurídico, uma sala focada ao atendimento psicológico específico de pessoas trans, além de uma recepção, banheiros públicos acessíveis e ambientes de apoio aos profissionais, como copa, banheiro de funcionários e depósito (figura 56).

Figura 55 - Pré-dimensionamento do Setor de Habitação

SETOR DE HABITAÇÃO			
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA/UNIDADE (em m ²)	ÁREA TOTAL (em m ²)
Quartos individuais - "longa permanência"	12	10	120
Banheiros individuais	12	3	36
Quartos compartilhados duplo - "passagem rápida"	8	15	120
Quartos adaptados a P.C.D.s	2	15	30
Banheiros P.C.D.s	2	5,6	11,2
Banheiros compartilhados	2	28	56
Lavanderia compartilhada	2	10	20
D.M.L.	2	1,5	3
Living	1	20	20
Sala de Relações e Conflitos	1	9	9
Sala de Secretaria	1	12	12
Sala de Diretoria	1	12	12
Cozinha	1	30	30
Banheiros Administração	2	3	6
Refeitório coletivo	1	70	70
Despensa	1	6	6
Casa de Lixo	1	4	4
Recepção	2	15	30
Lavabo/Recepção	2	2	2
ÁREA ÚTIL TOTAL			597,2
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (+30% DE CIRCULAÇÃO E PAREDES)			776,36

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 56 - Pré-dimensionamento do Setor de Atendimento Individual

SETOR DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL			
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA/UNIDADE (em m ²)	ÁREA TOTAL (em m ²)
Salas de atendimento psicológico (geral)	3	12	36
Salas de atendimento psicológico transexual (exclusiva)	1	12	12
Salas de assistência/serviço social (geral)	2	10	20
Salas de assessoramento jurídico (geral)	2	10	20
Recepção	1	20	20
Copa de funcionários	1	8	8
Banheiro de funcionários	1	5	5
Depósito	1	4	4
Banheiros Públicos	2	3	6
ÁREA ÚTIL TOTAL			129
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (+30% DE CIRCULAÇÃO E PAREDES)			167,7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

O setor cultural e educacional também é de caráter público, e atende demandas comunitárias gerais. Nesse sentido, é constituído de uma biblioteca comunitária, com área de acervo e leitura, um espaço multiuso para eventos - que pode receber shows, palestras, oficinas, apresentações teatrais -, camarins de apoio, e sala de aula de informática, ateliê de beleza, artes plásticas e atividades corporais. Completam o programa uma recepção, banheiros coletivos e adaptados e um depósito (figura 57).

Por fim, o setor comercial conta com ambientes onde possam ser vendidos os produtos desenvolvidos pelos públicos atendidos pelo setor educacional. É composto de uma cafeteria - estruturada com área de mesas, balcão exporitor, banheiro público acessível e cozinha de finalização, banheiro de funcionários e despensa -, loja de artesanatos e de roupas, ambas com lavabos e depósitos, além de quiosques de alimentos (figura 58).

um empreendimento com área construída de 1816m². Vale ressaltar que o empreendimento também será constituído com áreas de suporte e cobertura que ainda não foram contabilizados na área construída pré-dimensionada. Além disso, o projeto também contará com estrutura de estacionamento público.

Figura 57 - Pré-dimensionamento do Setor Cultural e Educacional

SETOR CULTURAL E EDUCACIONAL			
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA/UNIDADE (em m²)	ÁREA TOTAL (em m²)
Recepção	1	30	30
Acervo de Livros	1	90	90
Área de Leitura	1	60	60
Sala de Informática	1	40	40
Depósito	1	6	6
Espaço multiuso interno para eventos	1	150	150
Camarins	2	12	24
Banheiro coletivo	1	30	30
Banheiros PCDs	2	3	6
Sala de Dança e Atividades Corporais	1	30	30
Ateliê de Beleza	1	30	30
Ateliê de Artes Plásticas	1	30	30
ÁREA ÚTIL TOTAL			496
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (+30% DE CIRCULAÇÃO E PAREDES)			683,8

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

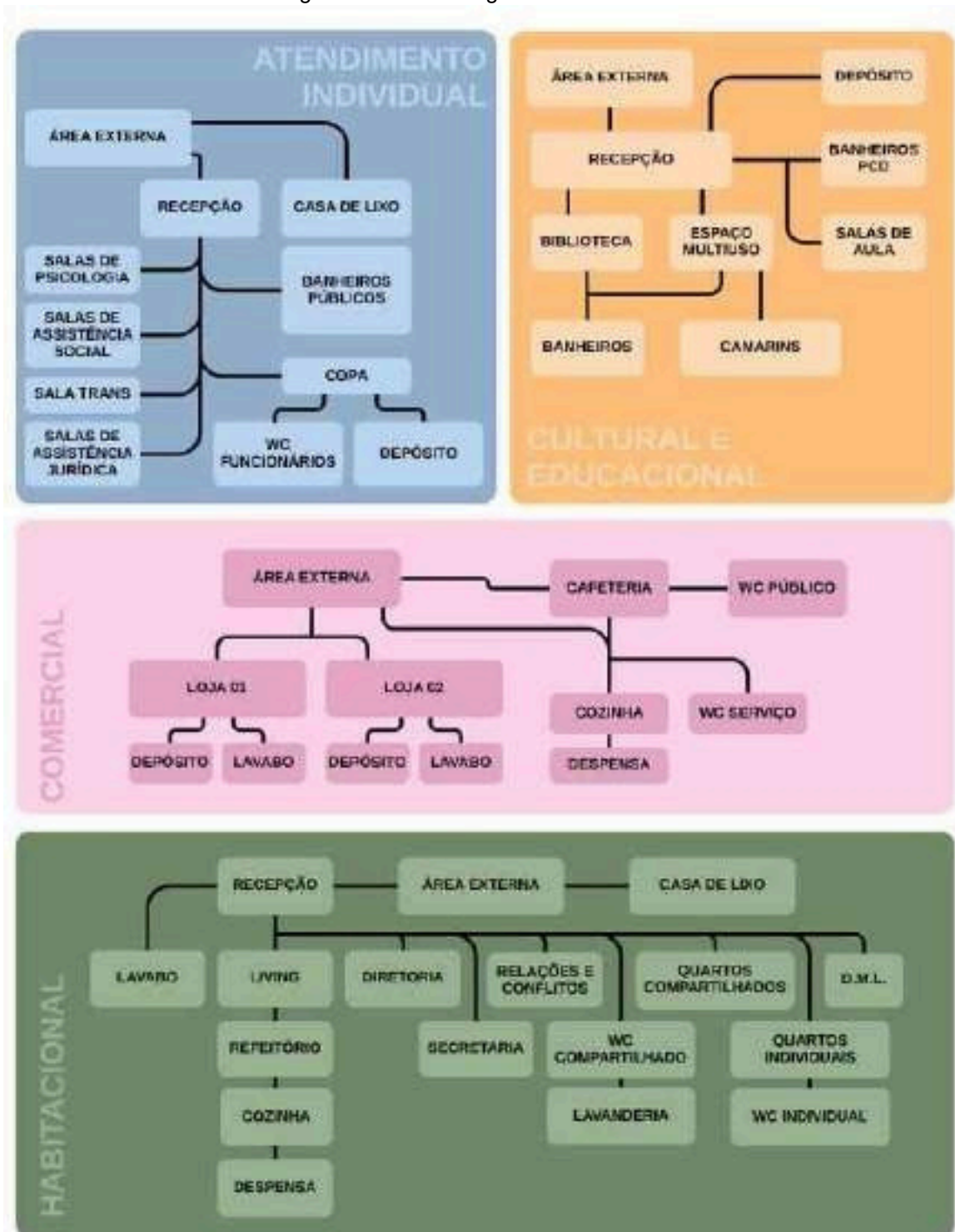
Figura 58 - Pré-dimensionamento do Setor Comercial

SETOR COMERCIAL			
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA/UNIDADE (em m²)	ÁREA TOTAL (em m²)
Cafeteria (área de mesas interna e balcão exporitor)	1	60	60
WC PCD	1	3	3
Cozinha de Finalização	1	8	8
WC Funcionários	1	2,9	2,9
Despensa	1	2	2
Quiosques	2	6	12
Loja de Roupas/Brechô	1	20	20
Loja de Artesanatos	1	20	20
Banheiros	2	4	8
Depósitos	2	4,5	9
ÁREA ÚTIL TOTAL			144,9
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (+30% DE CIRCULAÇÃO E PAREDES)			188,37

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Após o pré-dimensionamento, os ambientes, já setorizados, foram organizados em forma de funcionograma (figura 59), para definição da disposição de ambientes, indicando a ligação necessária entre eles, bem como os acessos. Tal ferramenta é fundamental na tomada de decisões projetuais na definição de um estudo de implantação e planta baixa, apresentados no próximo subcapítulo.

Figura 59 - Funcionograma de Ambientes



5.2. Estudos de Implantação e Volumetria

Para definição da implantação, foi adotada como diretriz a produção de uma edificação com até 3 pavimentos, em que as dependências dos setores de caráter público seriam implantadas predominantemente no térreo, enquanto o setor habitacional seria instalado nos pavimentos superiores, apenas com suas recepções e núcleos de circulação vertical no térreo. Além disso, definiu-se também a necessidade de distribuir esses setores ao longo de toda a extensão do terreno, de forma a incentivar a caminhabilidade e a ocupação em uma região central do terreno, que funciona como uma praça/pátio de respiro, onde ocorrem atividades culturais, trocas, conversas e encontros. Nesse sentido, foi estabelecido um estudo de manchas de distribuição dos setores públicos em 3 pontos do terreno, com dois acessos ao setor habitacional pelas ruas Geny da Silva Dias e Pedro Vitor da Cruz (figura 60). Definiu-se também que o setores comercial e de atendimento individual ocupariam 1 pavimento, o cultural e educacional 2 pavimentos e o habitacional 3 pavimentos.

Figura 60 - Estudo de Manchas do Térreo

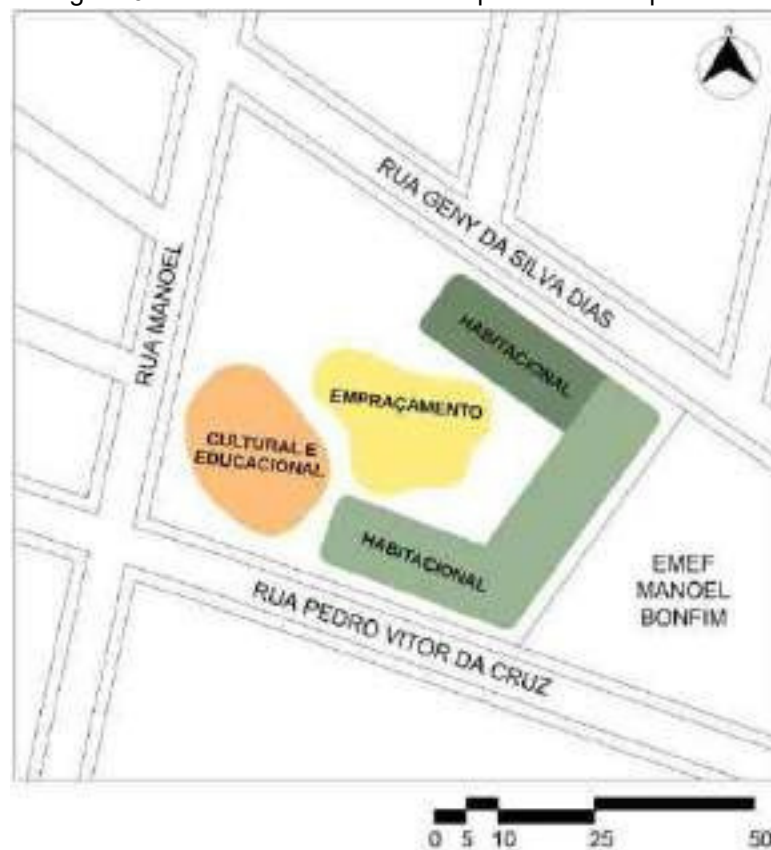


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Determinou-se que o setor de atendimento individual e o setor habitacional terão acesso facilitado e direto através da via coletora Geny da Silva Dias. O setor comercial foi posicionado voltado para a rua Pedro Vitor da Cruz e para o próprio empraçamento, de forma a dar movimento a rua e também integração direta dos espaços. Além disso, o setor habitacional apresenta outra entrada através dessa mesma via, garantindo também privacidade e um acesso direto aos dormitórios. O setor cultural e educacional foi posicionado na ponta oeste de forma que o ambiente possa se abrir para o empraçamento e que a edificação também gere sombreamento no mesmo espaço aberto. Sua integração com a parte central do terreno também coloca esse setor com uma face voltada à entrada de ventilação natural.

Nos pavimentos superiores (figura 61), estabeleceu-se que o setor habitacional ocuparia as faces voltadas para a Rua Geny da Silva Dias, para a EMEF Manoel Bonfim e para a Rua Pedro Vitor da Cruz, de forma a aproveitar a ventilação e sombreamento nos ambientes de longa permanência. Além disso, definiu-se a disposição dos quartos voltados para leste e sul por serem faces com menos ruído, principalmente durante o período noturno.

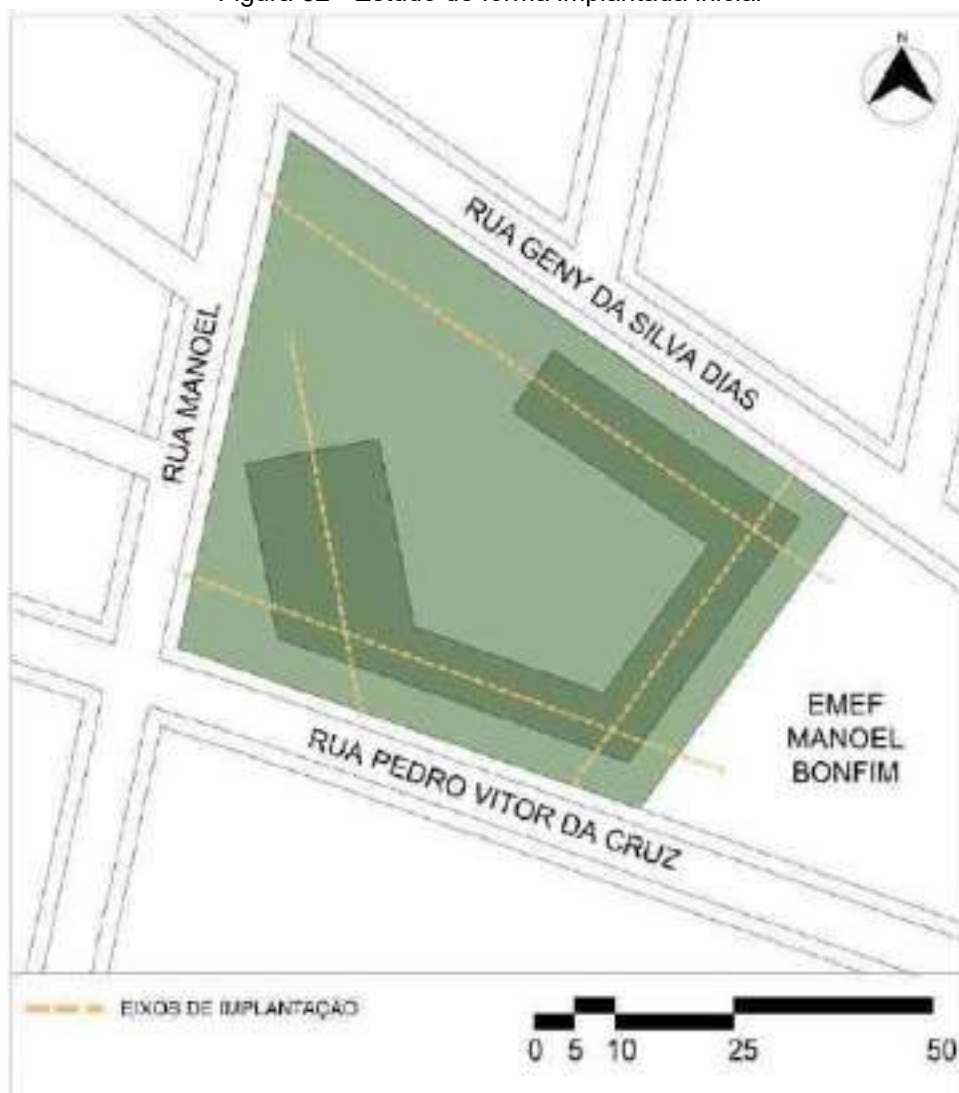
Figura 61 - Estudo de Manchas dos pavimentos superiores



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Para definição da forma implantada inicial, foram adotadas linhas de eixo paralelas às faces norte, sul e leste do terreno, no sentido de uma forma regular e linear ao terreno e que criasse uma área central não edificada ampla (figura 62). Na face oeste, a forma se quebra em uma rotação de 60° do eixo paralelo a rua Pedro Vitor da Cruz, de forma que a face principal de acesso a esse volume, onde estará o setor cultural, se volte para a direção leste como forma de se abrir ao empraçamento e melhor entrada de ventilação natural. Apesar da linearidade na implantação inicial, pretende-se que a forma final seja marcada por recortes na forma inicial, que marcam cantos, acessos, circulações, esquadrias e uma dinâmica de integração do espaço da rua com o espaço interno do terreno. Além disso, pretende-se a adição de elementos e formas curvas nesses recortes, de forma a dar ritmo, fluidez e movimento para a edificação.

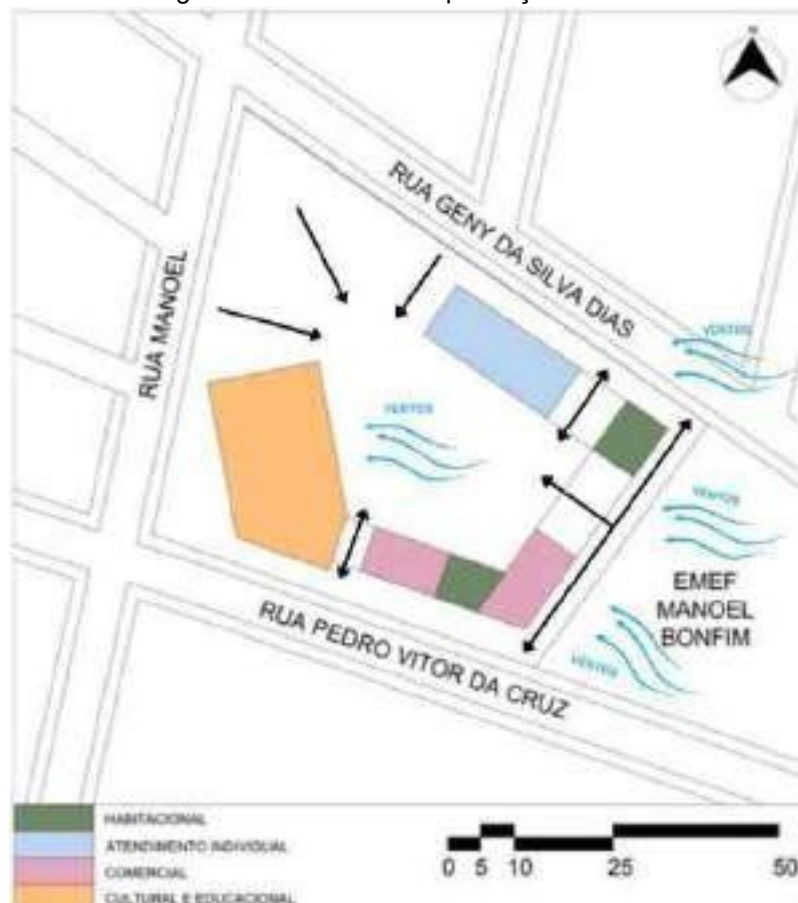
Figura 62 - Estudo de forma implantada inicial



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

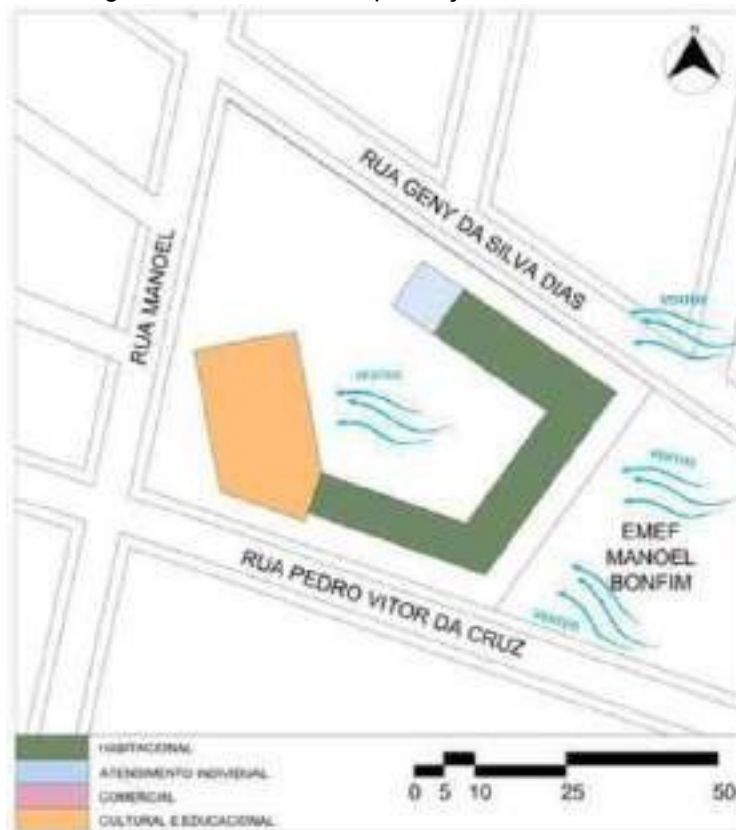
No nível térreo, os recortes na forma implantada setorizam o terreno conforme o estudo de manchas inicial e permite os fluxos determinados entre a rua e o empraçamento (figura 63). A face sul do setor cultural foi desalinhada da forma inicial a fim de criar destaque a esse espaço nessa fachada. No 2º pavimento, o setor habitacional ganha forma ampla que se abre para o empraçamento central como uma forma de visualização dos moradores a um espaço amplo interno, mas também com faces que se comunicam com o espaço externo da rua (figura 64). É também nesse nível que o setor cultural e educacional se conecta formalmente com o núcleo de moradia, apesar de não haver ligação direta de acessos entre eles. Já o 3º pavimento (figura 65) é marcado apenas pelo setor habitacional, com predominância de ambientes apenas de uso individual (dormitórios e banheiros), garantindo privacidade.

Figura 63 - Estudo de implantação - Térreo



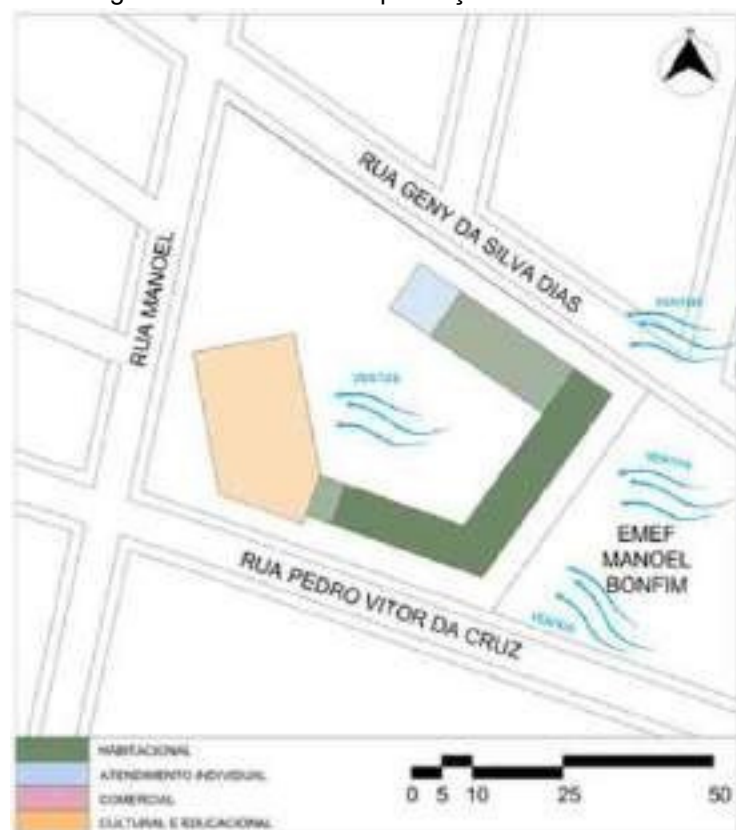
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 64 - Estudo de implantação - 2º Pavimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

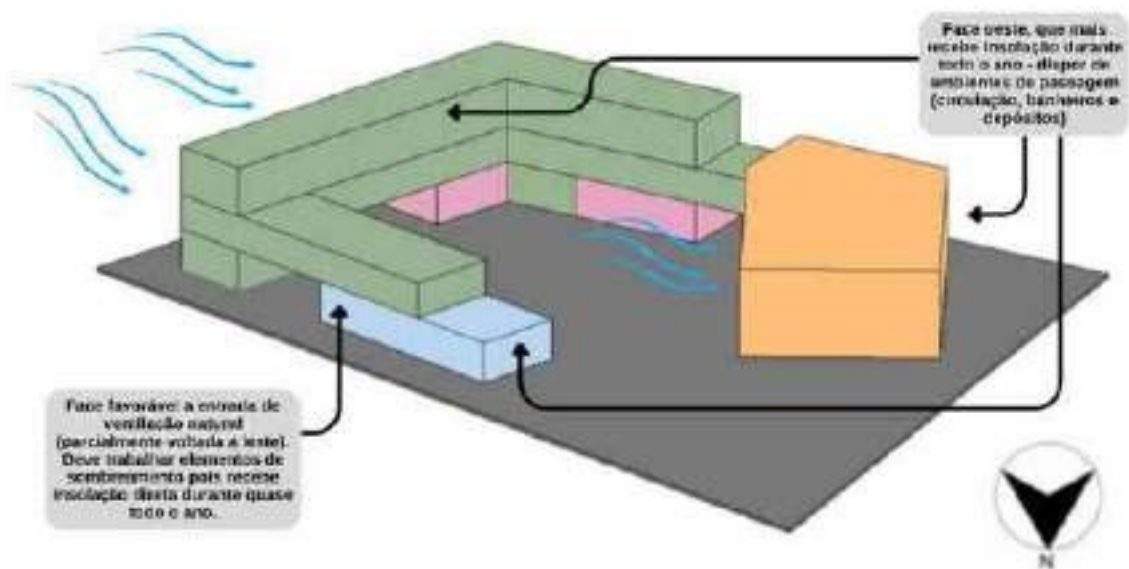
Figura 65 - Estudo de implantação - 3º Pavimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Definida a implantação e setorização inicial, foi desenvolvido um estudo volumétrico para definição de gabaritos de altura, de modo que a forma da edificação garanta sombreamento no empraçamento em diversos momentos do dia (figura 66). Além disso, os setores foram analisados de maneira a entender a relação espacial que eles possuem com o espaço não construído. Através dessa volumetria também foi possível destacar uma setorização interna de cada núcleo, de forma a posicionar ambientes de longa permanência em áreas com menor incidência solar e ambientes de passagem nas regiões mais quentes.

Figura 66 - Estudo volumétrico inicial

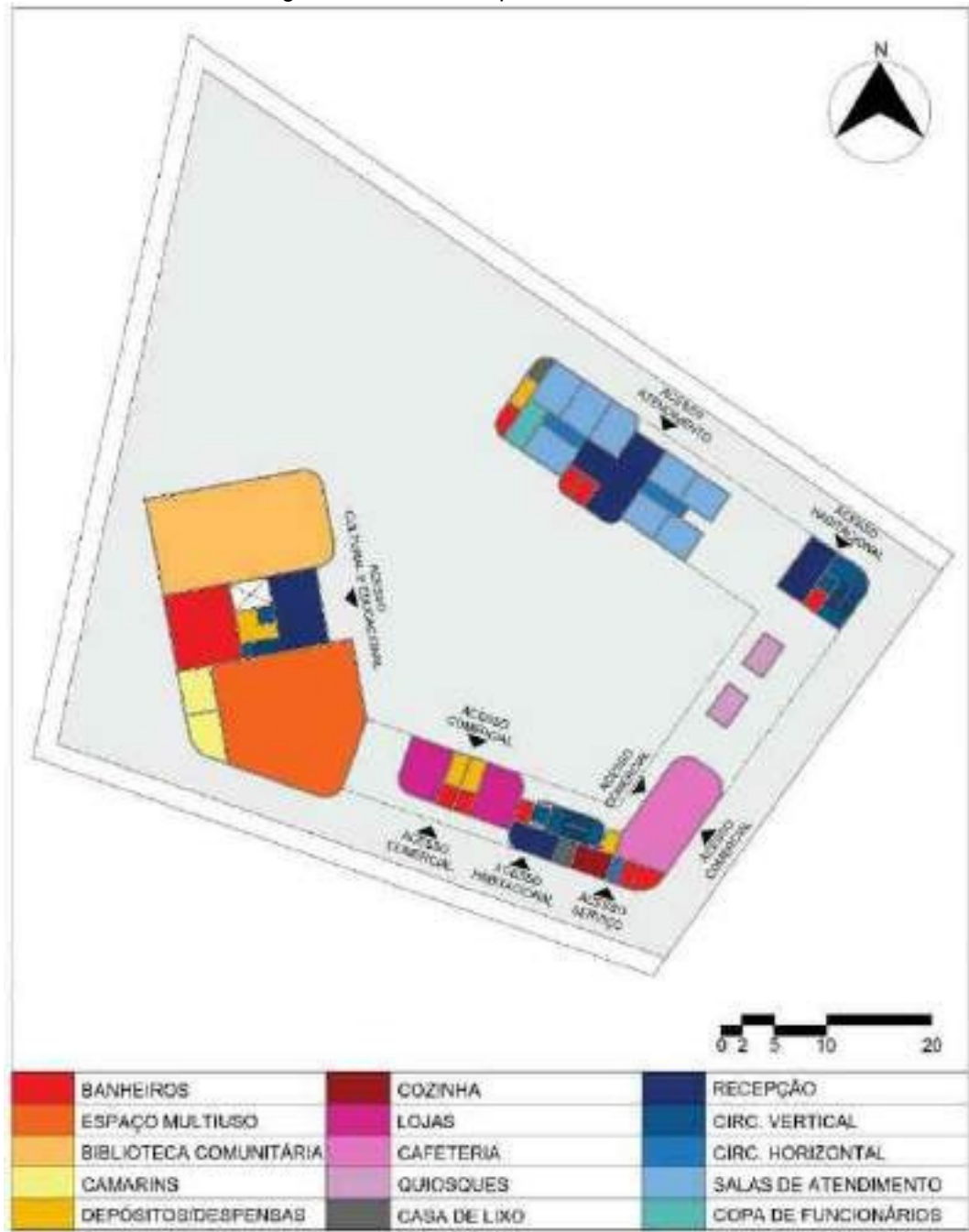


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Com esses estudos iniciais, foi possível desenvolver uma planta esquemática com a disposição dos ambientes e outras sugestões formais que desfazem a linearidade inicial proposta. No térreo (figura 67), nos núcleos de cultura e educação e de atendimento individual, ambientes de permanência prolongada, como a biblioteca, o espaço multiuso e as salas de atendimento foram dispostas de forma a receber menor incidência solar durante o dia e com faces que propiciam a ventilação natural cruzada. Banheiros e áreas de apoio e circulação foram alocados na face oeste, onde a incidência solar é maior durante todo o ano. A área comercial também foi alocada pensando nas condições de ventilação natural, de modo que, principalmente a cafeteria e os espaços de quiosque sejam confortáveis aos usuários. Os acessos de serviço foram alocados voltados para a rua Pedro Vitor da

Cruz, de forma a gerar privacidade e, também, situação de carga e descarga de maneira mais tranquila, uma vez que o fluxo de veículos é menor nessa via.

Figura 67 - Planta Esquemática do Térreo

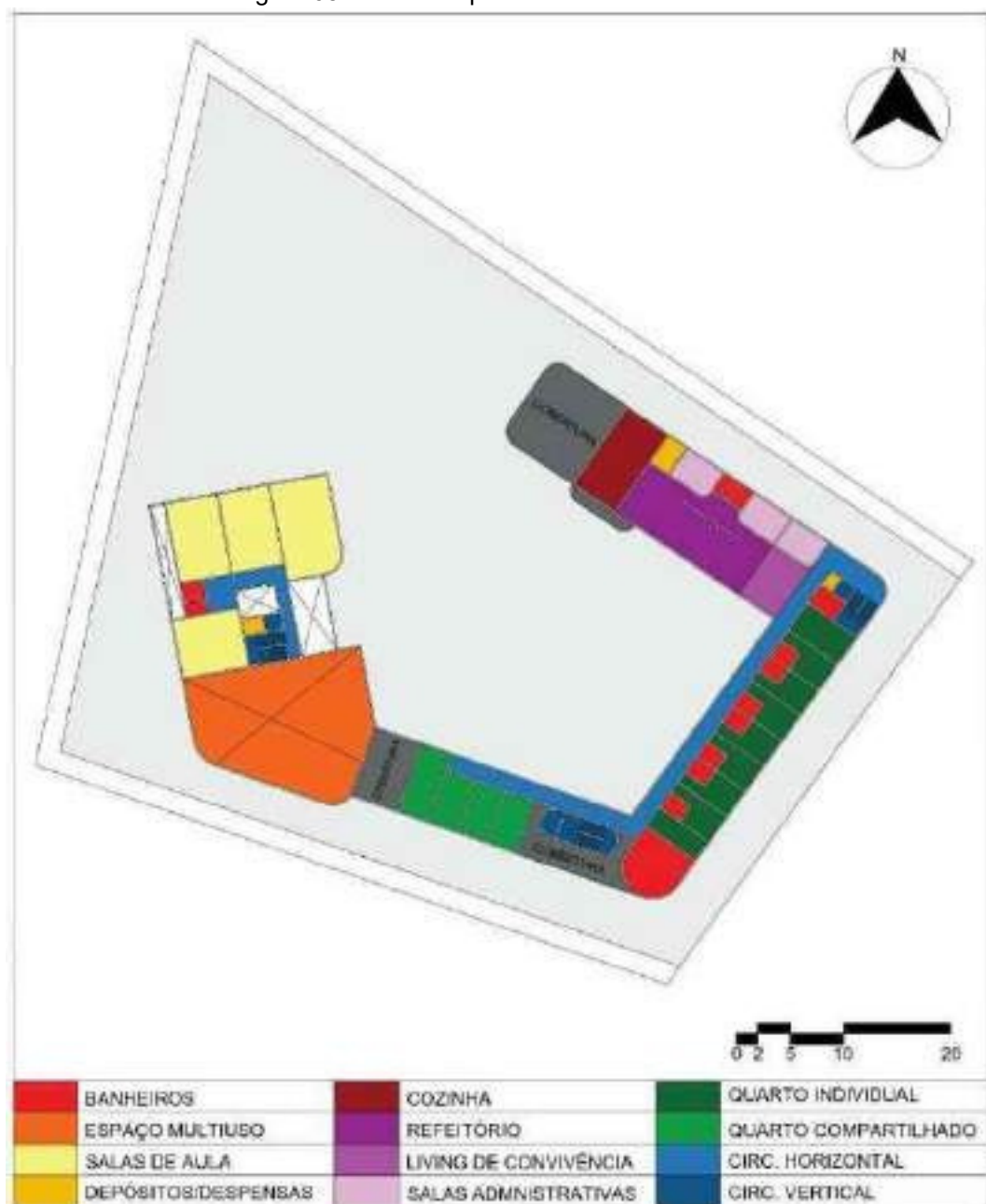


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

No 2º pavimento (figura 68), escolheu-se alocar os dormitórios individuais na face leste do terreno, por ser considerada a melhor posição com relação ao conforto térmico, de forma que a circulação e os banheiros individuais fiquem com sua face voltada para oeste, funcionando como proteção térmica para os quartos. O banheiro de uso compartilhado, que também compartilha espaço com a lavanderia compartilhada, foi posicionado na ponta desse núcleo de dormitórios individuais, de

forma a proteger o último quarto da insolação do verão que afeta a face sul do terreno. Na face sul também foram alocados os quartos de permanência passageira, onde se encontra uma menor emissão de ruído, mas que deverão ser estudados melhor com relação ao seu posicionamento e estratégias de sombreamento. Na face norte do terreno, foram alocados a parte administrativa e de refeitório/serviços, sendo a primeira voltada para a rua, e a segunda para o empraçamento. Tal decisão foi tomada pensando no uso esporádico do refeitório e da cozinha, protegendo o outro núcleo da insolação oeste.

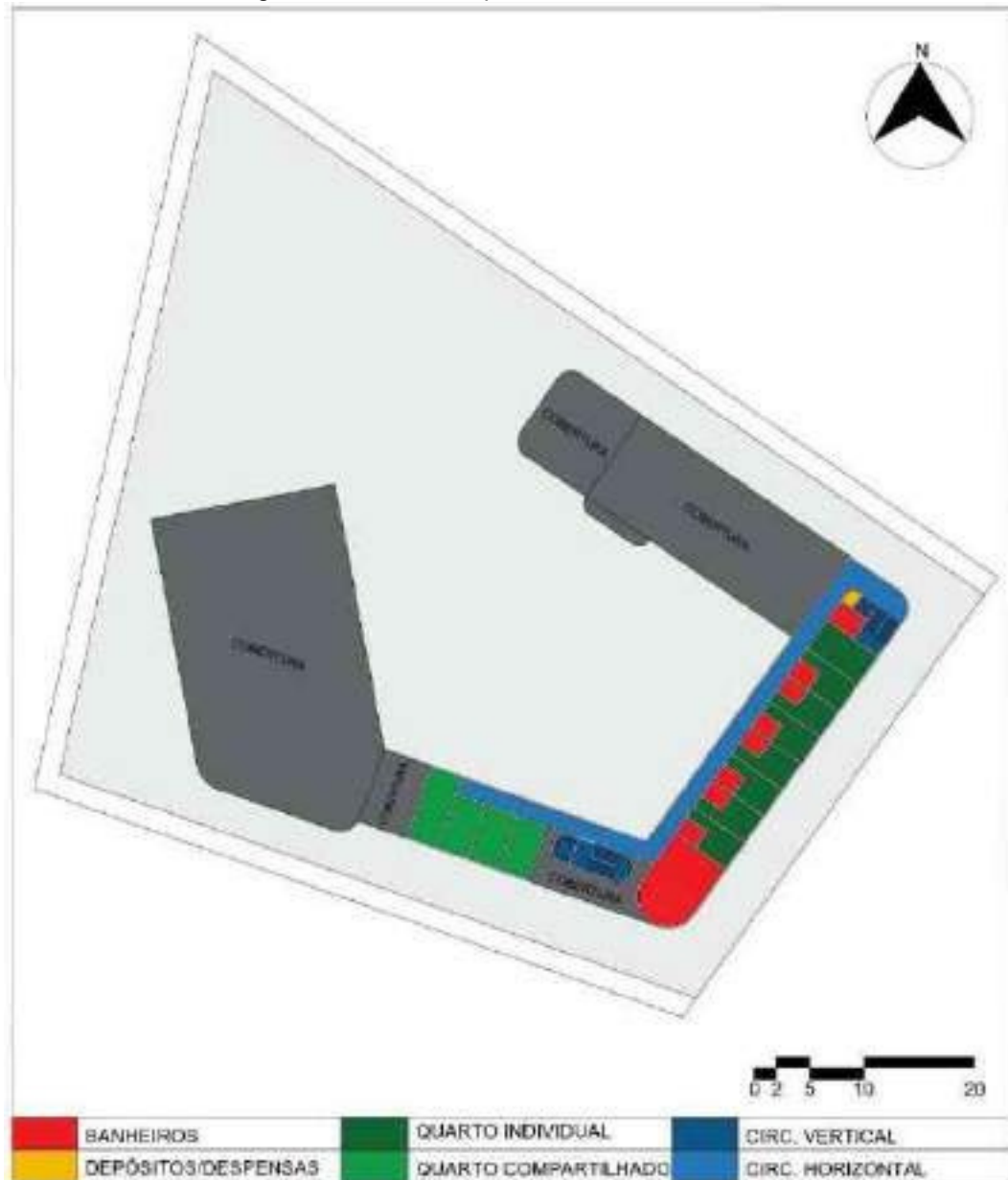
Figura 68- Planta Esquemática do 2º Pavimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Tais estratégias também foram replicadas no 3º pavimento, que dispõe do restante dos dormitórios (figura 69). Além disso, em todos os setores, foram exploradas novas formas, adotando linhas curvas, que será uma das materialidades formais que serão exploradas posteriormente no desenvolvimento do projeto.

Figura 69 - Planta Esquemática do 3º Pavimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

5.3. Proposta Final: Centro Linda Brasil

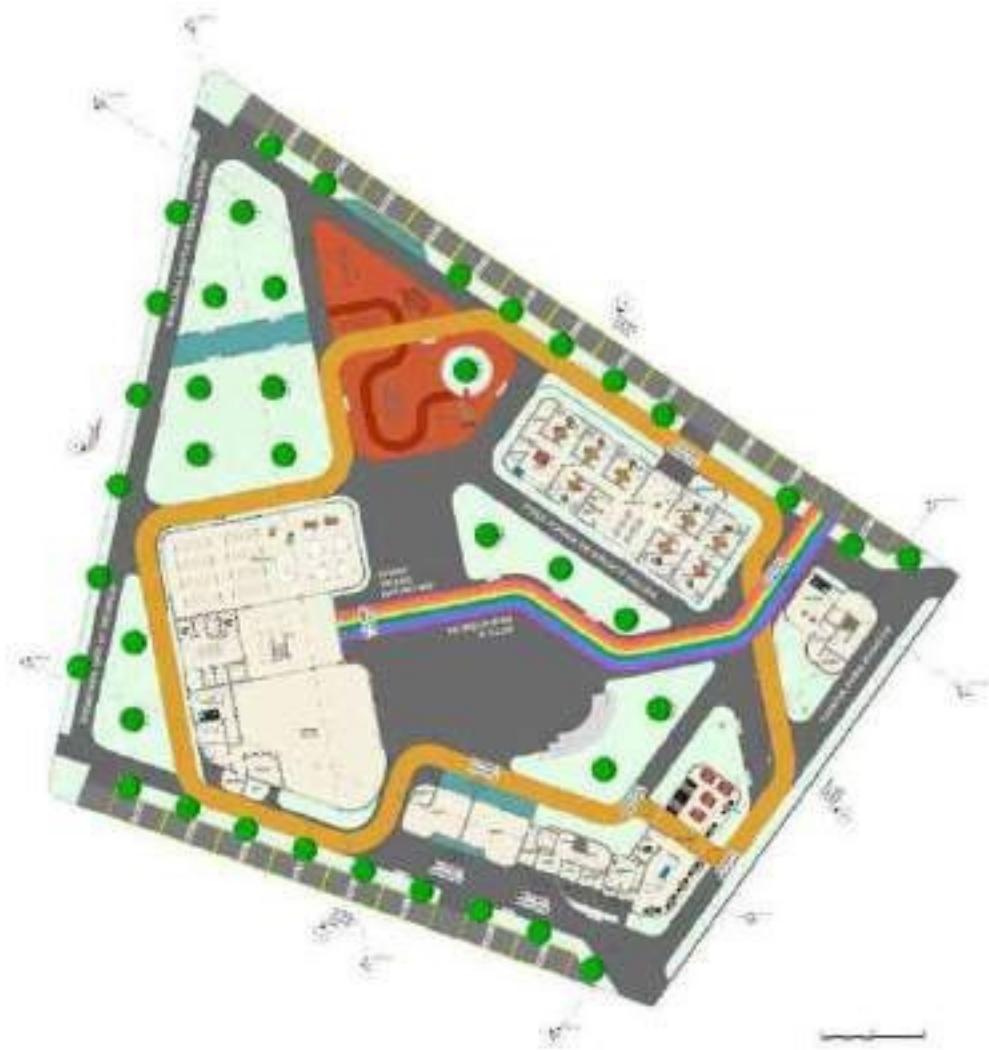
A proposta final do Centro Linda Brasil²³, reflete as diretrizes estudadas e definidas previamente neste trabalho nesse trabalho, resultando em uma edificação que atenda as necessidades funcionais de um centro de acolhimento, atendendo ao conforto do usuário através dos seus ambientes e as estratégias utilizadas, bem como uma união com o espaço urbano, de forma a fomentar a ocupação da cidade, através dos diversos usos e também do equipamento público que é a praça (ver Apêndice A).

A partir dos estudos de setorização, pré-dimensionamento e implantação apontados nos subcapítulos anteriores, houve o aprimoramento dos espaços, a partir da definição do layout, melhor definição formal, com recortes, acréscimos de novos ambientes de apoio, além de melhor definição dos caminhos, ambiências e áreas verdes da praça pública. Dessa forma também, pôde-se findar em uma implantação (figura 70), integrando o espaço construído com o empenhamento, utilizando caminhos coloridos e manchas de cores. Ademais, frases de impacto foram pensadas em ser dispostas ao longo dos caminhos, como um reforço da luta política e a ocupação da população LGBTQIA+ na cidade.

Além disso, a praça se torna espaço aberto para expressão artística, com o centro cultural que se abre através de suas esquadrias voltadas para o pátio da praça, com uma arquibancada em concreto, ampliando o espaço multiuso (figura 71). A escolha do piso sem pintura nesse espaço é definida como uma forma que a própria população ocupe esse espaço e deixe a sua identidade com grafismos. Do acesso principal do centro cultural sai uma pintura com as cores da bandeira LGBTQIA+, que se estende até a calçada do acesso principal, criando um caminho para o usuário, e, simbolicamente, espalha a cultura queer para a rua.

O nome²³ Centro Linda Brasil foi escolhido como uma forma de homenagear a deputada estadual Linda Brasil, principal nome da política sergipana atual na luta contra a homotransfobia e pelos direitos da população LGBTQIA+.

Figura 70 - Implantação Final - Térreo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 71 - Vista do pátio e do Centro Cultural



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Pensando na caminhabilidade na cidade, o projeto integra a calçada ao terreno e espaço construído, propondo em duas das três ruas vagas de estacionamento paralelas ao fluxo de veículos, um canteiro amplo com árvores espaçadas de 8 em 8 metros, promovendo sombreamento aos pedestres, e espaços com bancos e bicicletários (figura 72). Já com o propósito de agregar o público infantil, a praça também conta com um playground ao lado do núcleo de atendimento individual, próximo a uma área reservada para plantio de árvores, criando uma “mancha verde” na região (figura 73).

Figura 72 - Vista do passeio, estacionamento e canteiro



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 73 - Vista do playground



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Com relação a volumetria final do projeto, definidos os acessos, esquadrias e outras estratégias pensadas no conforto do usuários, além da melhor definição do layout, os espaços ganham quinas e formas arredondadas, que suavizam os fluxos, e trazem uma melhor sensação visual que as quinas retas. O centro de acolhimento se formaliza através de um volume predominantemente branco, neutro e regular, através da escolha de uma textura de tom claro e um revestimento com relevo, mas quebra essa neutralidade através de uma paleta de cores alegre e vibrante, que destaca esquadrias, acessos, circulações verticais e volumes de reservatórios (figura 74 e 75), além de dispor de estruturas em alvenaria e cobogó, que possuem uma função de proteção térmica e de privacidade (figura 76).

Figura 74 - Vista geral do Centro Linda Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 75 - Fachada da rua Pedro Vitor da Cruz



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Figura 76 - Elemento em alvenaria e cobogó na fachada



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Por fim, a proposta final consolidou os estudos preliminares anteriores, garantindo ventilação cruzada, iluminação natural, privacidade, definição de setores públicos, semi públicos e particulares e atende toda a comunidade como um equipamento público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário atual de violências contra pessoas LGBTQIA+, em todos os âmbitos da sociedade, acolher se faz uma tarefa necessária tanto por parte da população civil, quanto pelos representantes e instituições públicas. Na inexistência ou insuficiência de espaços que prestem serviços de habitação, assistência individual e educação, desenvolver propostas arquitetônicas de edificações para suprir essas necessidades coloca o arquiteto como sujeito principal que será responsável por entender as especificidades desse grupo, de forma a integrar essa população vulnerável a sociedade, sendo, assim, uma tarefa fundamental no planejamento de ambientes confortáveis e seguros.

Nesse sentido, o desenvolvimento deste trabalho permitiu entender a realidade da população LGBTQIA+ aracajuana em relação a ocupação da cidade, sendo possível ver uma disparidade entre os bairros da porção sul e central em relação a porção norte, que possui poucos espaços queer. Dessa forma, a escolha do bairro Bugio para a elaboração dessa proposta arquitetônica foi essencial para reconhecer e estabelecer formas que o bairro, que já possuiu uma antiga ocupação LGBTQIA+, com o FEST LGBT+, poderia se conectar e integrar com uma edificação de acolhimento, promovendo assim uma integração de espaços públicos e privados, bem como o compartilhamento de usos.

No desenvolvimento da proposta arquitetônica, foi possível consolidar também a importância de elementos como cores e volumes para a composição de um espaço vivo, que provoque sensações diferentes a quem presencia, evidenciando também a importância deles para a comunicação visual, estabelecendo conexões espaciais, destacando acessos e caminhos, e diferenciando espaços.

Por fim, o arquiteto deve ser um instrumento para a resolução de questões sociais, pensando nas melhores estratégias arquitetônicas e urbanas que promovam segurança aos indivíduos, mas que tudo deve fazer parte de uma política ampla de integração e diversidade, visto que o espaço projetado não resolve todas as problemáticas e vulnerabilidades, tendo em vista que muitas vezes o preconceito e a violência ocorre em ambientes tido como seguros, como a própria casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇANACIONALLGBTI+(org.).

Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024). Curitiba: Ibdsex, 2025. Disponível em: https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying_Alianca-LGBTI-1.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALVES, Lucas Silva; CELASCHI, Carolina Menzl. A neuroarquitetura e a investigação do caráter terapêutico do espaço. **Oculum Ensaios**, [S.L.], v. 21, p. 1-17, 8 abr. 2024. Cadernos de Fe e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Médicas e Revista de Educação da PUC-Campinas. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a5412>.

ARCHDAILY. **Centro de Capacitação Comum - CFC / Node Urban Lab Guardar no Meu ArchDaily.** 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1020107/centro-de-capacitacao-comum-cfc-node-urban-lab?ad_medium=gallery. Acesso em: 30 ago. 2025.

ARCHDAILY. **Los Angeles LGBT Center - Anita May Rosenstein Campus / Leong Leong + Killefer Flammang Architects.** 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com/917774/los-angeles-lgbt-center-anita-may-rosenstein-campus-leong-leong-plus-killefer-flammang-architects>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220-3:** Desempenho térmico de edificações – Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005. 30 p.

BARROS, Keila Cristina Costa *et al.* Saúde da mulher transgênera em situação de rua. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 1-9, fev. 2023. Revista Eletronica Acervo Saude. <http://dx.doi.org/10.25248/rea.s.e11698.2023>.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019.** São Paulo: Expressão Popular, Antra, Ibte, 2020. 80 p. Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 222 p.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2011000200016>.

BOEHM, Camila. **Conselho de Psicologia critica prática de "cura gay"**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-10/conselho-de-psicologia-critica-pratica-de-cura-gay>. Acesso em: 21 ago. 2025.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Tradução de: Guilherme João de Freitas Texeira.

BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; SILVA, Jorge Luiz da; MELLO, Flávia Carvalho Malta de; SILVA, Marta Angélica Iossi. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 71, n. 3, p. 1220-1227, jun. 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002923643>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.. **Decreto**. Brasília: Diário Oficial da União, 28 abr. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **ObservaDH**: Observatório Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF: MDHC, [2024]. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Tradução de: Renato Aguiar.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; CARDOSO, Heitor Mondardo; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 43, p. 79-90, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s806>.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 1-16, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n245995>.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932012000300003>.

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e a luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2015, Florianópolis. **Simpósio**. Florianópolis: Simpósio Nacional de História, 2015. p. 1-15.

CASA 1. **Como funciona a Casa 1**. 2023. Disponível em: <https://www.casaum.org/a-casa-1/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CASA VOGUE. **20 casas de acolhimento e iniciativas que defendem a causa LGBTQIAPN+ pelo Brasil**. 2025. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/orgulhe-se/noticia/2025/06/casas-de-acolhimento-e-iniciativas-lgbtqiapn..> Acesso em: 27 jun. 2025.

CORINO, Luiz Carlos Pinto. Homoerotismo na Grécia Antiga: homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Bíblios**, Rio Grande, v. 19, n. 19, p. 19-24, 2006.

DGS. Direção-Geral da Saúde (ed.). **Violência Interpessoal**: abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde. 2. ed. Lisboa: Direção-Geral de Saúde, 2016. 260 p. Disponível em: <https://platform.who.int/docs/default-source/mca-documents/policy-documents/guideline/PRT-GBV-19-04-GUIDELINE-2017-prt-Referencial-Tecnico-Violencia-Interpessoal>

-Abordagem-Diagnostico-e-Intervencao-nos-Servicos-de-Saude.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

DUARTE, Artur de Souza; CYMBALISTA, Renato. Não só moradia: a casa 1, suas estratégias espaciais, e o fortalecimento da vizinhança em diálogo com a militância lgbt. In: ENANPUR, 17., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: Enanpur, 2019. p. 1-13. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1329>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FERNANDES, Hugo *et al.* Violência interpessoal contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 35, p. 1-11, 2022. Acta Paulista de Enfermagem. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022ao014866>.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque.

FREYRE, Gilberto. O indígena na formação da família brasileira. In: FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. Cap. 2. p. 156-265.

FUNDO POSITIVO. **Incusão econômica e geração de renda da população LGBTQIA+ no Brasil: desafios, iniciativas e financiamentos**. São Paulo, 2024. Disponível em: https://institutomatizes.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Relatorio_Inclusao-Economica-LGBTQIA_Fundo-Positivo_Instituto-Matizes.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. São Paulo: Ltc, 1982. 160 p.

GONTIJO, Giulia Camara e Silva *et al.* SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+. **Revista Foco**, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 01-21, abr. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.54751/revistafoco.v17n4-135>.

GRINBERG, Emanuella. **O que é ser pansexual? Especialistas explicam conceito que existe desde Freud**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-e-ser-pansexual-especialistas-explicam-conceito-que-existe-desde-freud/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - Relatório 2021.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA (org.). **O que é o GGB.** Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/o-que-e-o-ggb/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório de mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2020.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBTQ Mortas no Brasil - Relatório 2017.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTQ Morta no Brasil - Relatório 2018.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório anual de mortes 2022.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2015 - Assassinatos de LGBTQ no Brasil.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2014 - Assassinatos de LGBTQ no Brasil.** Grupo Gay da Bahia. Disponível em:

<https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano IV. Nº 11.**

Julho de 1985. In: MOTT, Luiz (ed.). **Boletim do Grupo Gay da Bahia: 1981-2005.** Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2011. Cap. 11. p. 186-203.

GUELLI, Augusto; ZUCCHI, Paola. A influência do espaço físico na recuperação do paciente e os sistemas e instrumentos de avaliação. **Ras**, [S.l.], v. 7, n. 27, p. 43-50, jun. 2005. Disponível em: <http://www.bross.com.br/artigos/PaperRAS.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito de Família. **Mês do Orgulho LGBTQIA+:** stf criminalizou a homotransfobia há quatro anos. STF criminalizou a homotransfobia há quatro anos. 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10860>. Acesso em: 26 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aracaju:** Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 15 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde 2019:** orientação sexual autoidentificada da população adulta. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022:** composição religiosa da população e características gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Análises situacionais e retrospectivas:** população em situação de rua. Ipea, Brasília, v. 9, p. 5-8, 7 fev. 2025. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <http://dx.doi.org/10.38116/ri-cb-2050-situacao-de-rua>.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA. **What is intersex?** 2008. Disponível em: https://isna.org/faq/what_is_intersex/. Acesso em: 20 ago. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011. 510 p.

JOSEPH, Neetha. **Queer Space**: what is it?. What is it?. 2020. Disponível em: <https://www.re-thinkingthefuture.com/rtf-fresh-perspectives/a4319-queer-space-what-is-it/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

JUNQUEIRA, Rodrigo Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**: Educação e Diversidade, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 481-498, dez. 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320>. Acesso em: 25 ago. 2025.

KUHNEN, Ariane *et al.* A importância da organização dos ambientes para a saúde humana. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 538-547, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822010000300014>.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 344-347, out. 1984. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89101984000500002>.

LGBTQIA RESOURCE CENTER. **LGBTQIA Resource Center Glossary**. 2025. Disponível em: <https://lgbtqia.ucdavis.edu/educated/glossary/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LOS ANGELES LGBT CENTER (org.). **About the Center**. Disponível em: <https://lalgbtcenter.org/about/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LOS ANGELES LGBT CENTER. **Housing**. 2016. Disponível em: <https://lalgbtcenter.org/services/youth-services/housing/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072008000200003>.

MASIERO, Clara Moura. HOMOFOBIA: HISTÓRIA E CRÍTICA DE UM PRECONCEITO. **Emblemas**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 125-146, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/29239/16263>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MEDEIROS, Lis Paiva de; AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; NOBRE, Maria Teresa. Narrativas LGBT de pessoas em situação de rua: repensando identidades, normas e abjeções. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 1, n. 45: p. 1-16, mar. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3693/2308. Acesso em: 17 jun. 2025.

MEYER, Dagmar E. Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 219-239, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-46982007000200009>.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Acolher+**: conheça o programa do mdhc criado para fortalecer e implementar casas de acolhimento lgbtqi+. conheça o programa do MDHC criado para fortalecer e implementar Casas de Acolhimento LGBTQIA+. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/acolher-conheca-o-programa-do-mdhc-cria>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MIRANDA, Desirée. **Estudo aponta aumento, em todo o país, do número de brasileiros vivendo nas ruas**. 2025. Disponível em: <https://cbn.globo.com/brasil/noticia/2025/06/22/estudo-aponta-aumento-em-todo-o-pais-do-numero-de-brasileiros-vivendo-nas-ruas.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ONG ARCO. **Dicionário LGBTQIA+**: descomplicando a diversidade. descomplicando a diversidade. 2024. Disponível em: https://www.ongarco.org/post/dicion%C3%A1rio-lgbtqiap-descomplicando-a-diversidade?gad_source=1&gad_campaignid=20969771998&gbraid=0AAAAAqP4Sf53vZynVyfHE2KrzNjdPa127&gclid=CjwKCAjwtrXFBhBiEiwAEKen17XwjTGAm5gtASwvO-wjcaay2ueiVG6albCNZCi-27fuYvsionnhUxoCgBEQAvD_BwE. Acesso em: 24 ago. 2025.

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro. A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. **Rev. Spgagesp**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 41-54, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000200004&lng=pt&lng=pt.. Acesso em: 26 ago. 2025.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens

lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 67-76, mar. 2014. Tikinet Edicao Ltda. - EPP.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2014000100009>.

PINTO, Isabella Vitral *et al.* Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-13, 2020. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008. 144 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Lei Complementar nº 42, de 06 de outubro de 2000**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, e dá outras providências. Aracaju: Câmara Municipal, [2000].

REIS, Toni; CAZAL, Simón (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 3. ed. Curitiba: Ibdsex, 2021.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhi**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16931>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SANTANA, Alef Diogo da Silva *et al.* Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Revista de Enfermagem Ufpe On Line**, [S.L.], v. 14, 11 jan. 2020. Revista de Enfermagem, UFPE Online.
<http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25058>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SE NOTÍCIAS. **Orgulho que acolhe e transforma**: conheça projetos sociais voltados à população lgbtqiapn+ em sergipe. conheça projetos sociais voltados à

população LGBTQIAPN+ em Sergipe. 2025. Disponível em: <https://senoticias.com.br/se/orgulho-que-acolhe-e-transforma-conheca-projetos-sociais-voltados-a-populacao-lgbtqiapn-em-sergipe/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 28, p. 19-54, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOLIVA, Thiago Barcelos; SILVA JUNIOR, João Batista da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 17, p. 124-148, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sex/a/9BLMb9C7BrNHcMKCV94pWgK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SOUSA, Patricia Juliana de; FERREIRA, Luiz Oscar Cardoso; SÁ, Janilson Barros de. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 18, n. 8, p. 2239-2251, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232013000800008>.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de *et al.* Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00077514>.

SOUZA, Sandra Andréa Silva. Processo de urbanização de Aracaju: um desafio a geografia e a sustentabilidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 5., 2011, São Cristóvão, Se. **Anais [...]**. São Cristóvão, Se: Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 2011. p. 1-13. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10193/10/33.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010&ori=1#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20concluiu%20nesta%20quinta,tipifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20do%20Racismo..> Acesso em: 26 ago. 2025.

VILLAROUCO, Vilma *et al.* **Neuroarquitetura**: a neurociência no ambiente construído. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021. 256 p.

WEEKS, Jeffrey. O CORPO E A SEXUALIDADE. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O CORPO EDUCADO**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Cap. 2. p. 35-82.

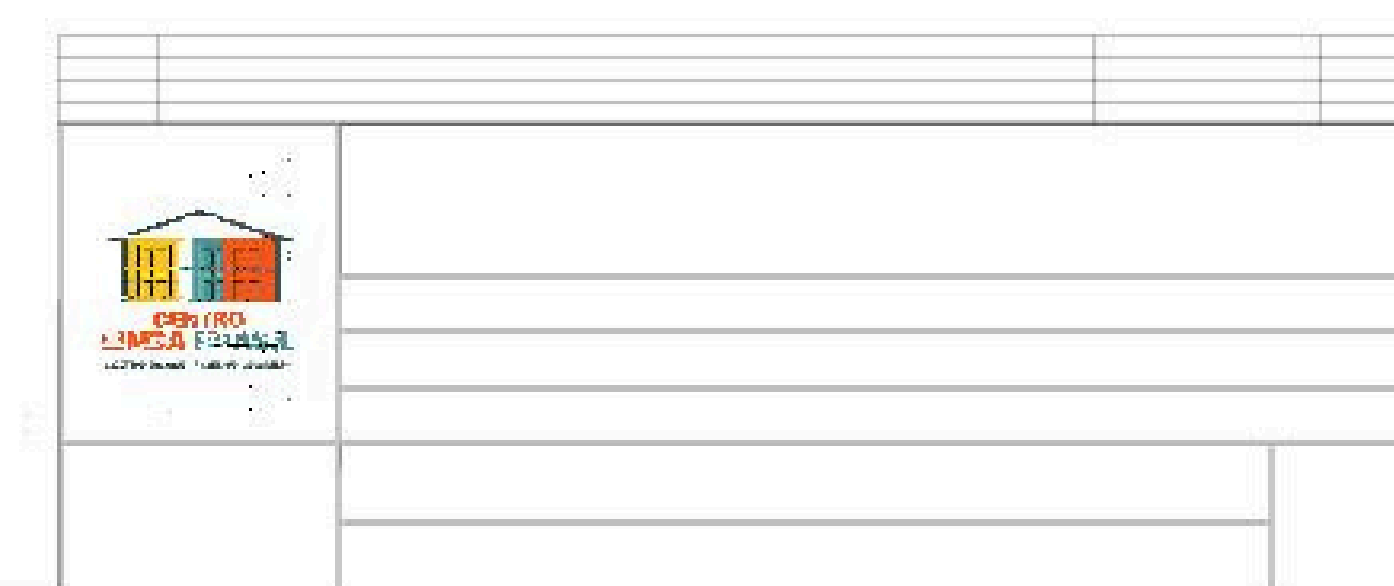
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **CONSTITUTION OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION**. Nova Iorque, 1946. 2 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/pbwho/2002.v80n12/983-984/en>. Acesso em: 26 ago. 2025.

World Health Organization. **Defining sexual health**: report of a technical consultation on sexual health 28-31 january 2002, geneva. Geneva: World Health Organization, 2006. 30 p. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/dmdocuments/2009/defining_sexual_health.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

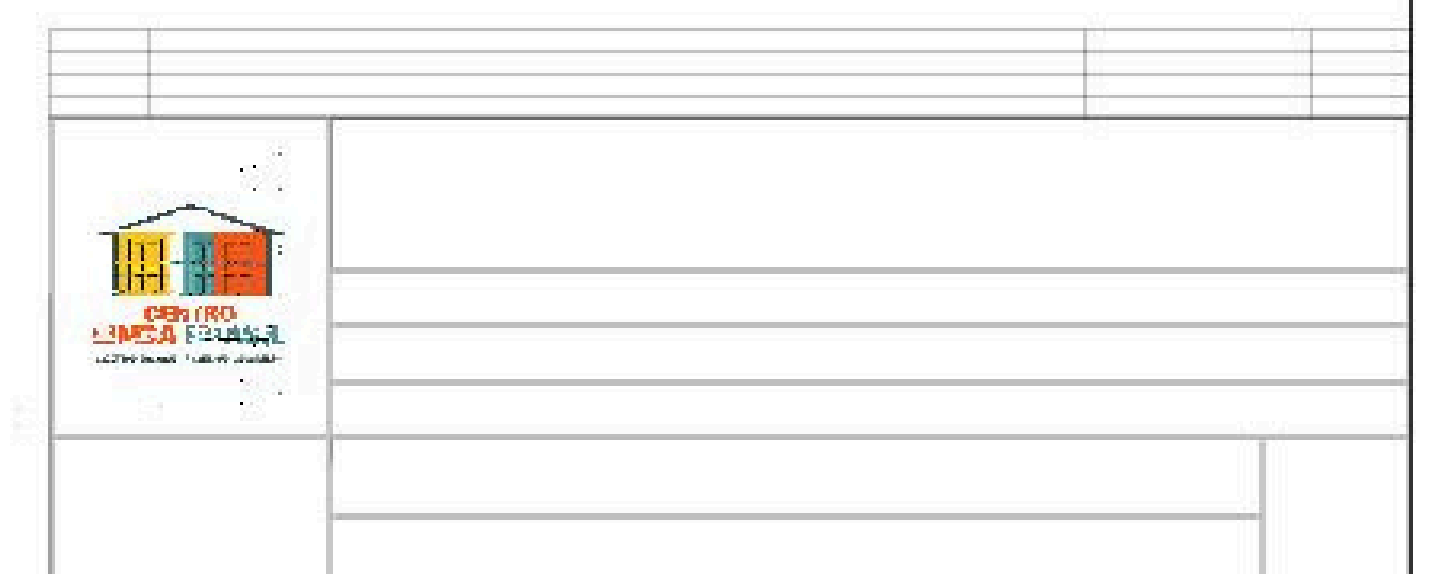
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Gender and health**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/gender-and-health>. Acesso em: 17 ago. 2025.

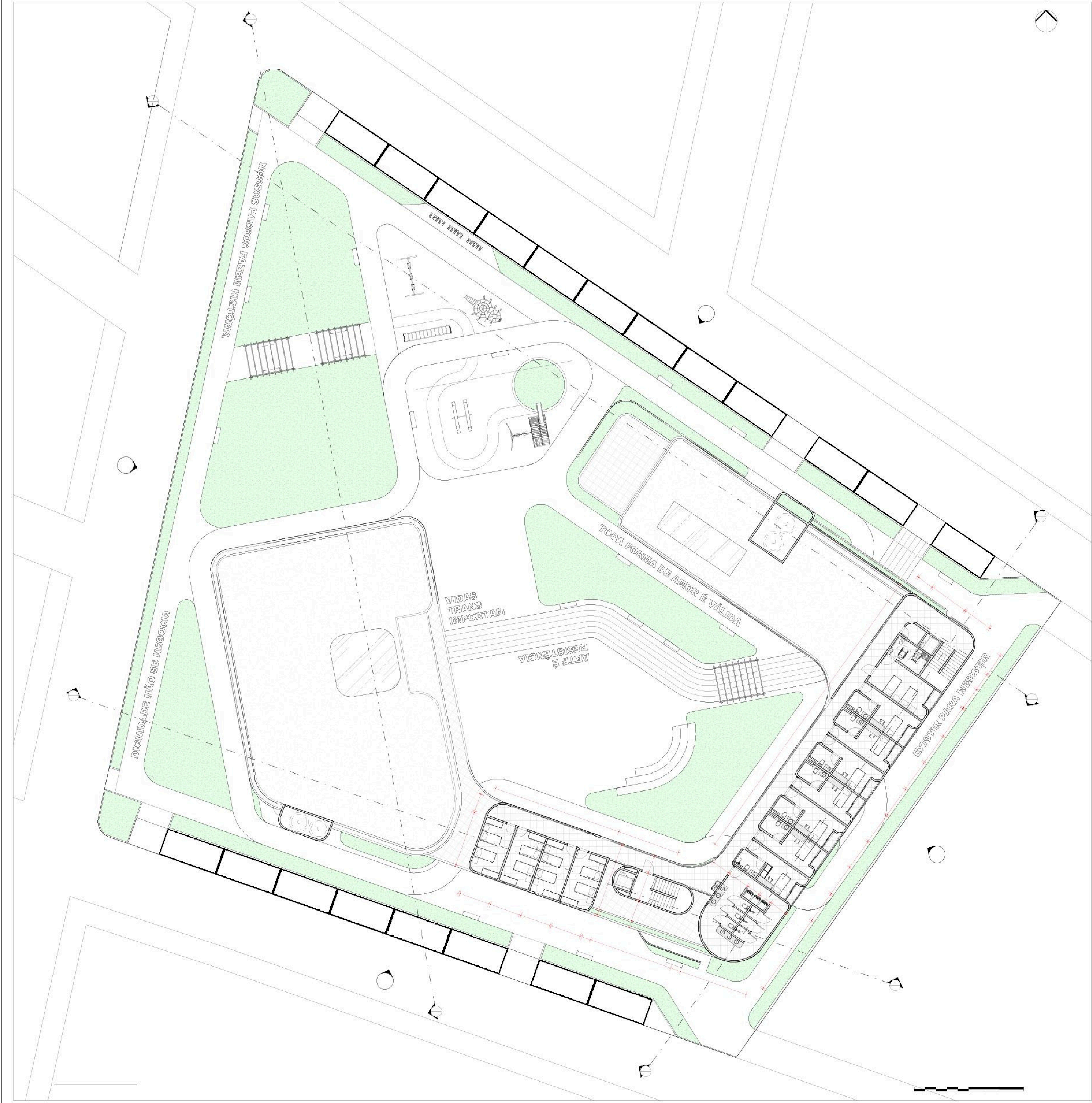
WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Gender incongruence and transgender health in the ICD**. 2025. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/frequently-asked-questions/gender-incongruence-and-transgender-health-in-the-icd>. Acesso em: 21 ago. 2025

APÊNDICE A - PRANCHAS DA PROPOSTA ARQUITETÔNICA DO CENTRO LINDA BRASIL









ESCOLA LINHA COLORIDA

